

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA  
E SOCIEDADE - CPDA**

**TESE DE DOUTORADO**

**Produção e Reprodução na Agricultura Familiar: O Caso  
dos Agricultores Assentados no Município de Morrinhos  
(Goiás)**

**Roseli Gonçalves da Rocha**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE - CPDA**

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O  
CASO DOS AGRICULTORES ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE  
MORRINHOS (GO)**

**ROSELI GONÇALVES DA ROCHA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. Renato Sérgio Jamil Maluf**

*e Coorientação do Professor*  
**Dr. Márcio Carneiro dos Reis**

Tese submetida com requisito parcial para obtenção do grau de **doutora em Ciências Sociais** do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais.

Rio de Janeiro, RJ  
Março de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GR811p

Gonçalves da Rocha, Roseli , 1970-  
Produção e Reprodução na Agricultura Familiar: O  
Caso dos Agricultores Assentados no Município de  
Morrinhos (Goiás) / Roseli Gonçalves da Rocha. -  
Goiânia, 2021.  
188 f.: il.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf.  
Coorientador: Márcio Carneiro dos Reis.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade, 2021.

1. Agricultura Familiar. 2. Reprodução  
Socioeconômica. 3. Soberania e Segurança Alimentar e  
Nutricional. 4. Sistema Agroalimentar. 5. Políticas  
Públicas. I. Sérgio Jamil Maluf, Renato , 1952-,  
orient. II. Carneiro dos Reis, Márcio , 1963-,  
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

## **ROSELI GONÇALVES DA ROCHA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 11/03/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

---

Prof. Dr. RENATO SERGIO JAMIL MALUF (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Prof. Dr. MARCIO CARNEIRO DOS REIS (UFSJ)  
(Coorientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SIMONE DE FARIA NARCISO SHIKI (UFSJ)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> KARLA EMMANUELA RIBEIRO HORA (UFG)

## DEDICATÓRIA

À Deus, pois sem ele não teria forças para suportar a ausência de minha mãe durante essa caminhada!

À minha mãe (*in memoriam*), pelo exemplo de coragem, determinação e resiliência durante toda vida!

À minha querida filha, Brunna, pela inspiração e paciência!

A meu pai pelo amor e carinho!

Aos meus irmãos e sobrinhos pelo apoio incondicional!

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é pouco diante de tudo que me aconteceu nos últimos 4 anos. O que eu vivo agora é um misto de sentimentos, dor, alegrias, tristezas e muita gratidão. Gratidão à Deus, à minha família (Brunna, Maria, Vergílio, Virgílio, Rosângela, Jhonathan, Mateus, Otávio, Pedro Jorge, Geovanne), amigos e colegas de trabalho (não citarei nomes para não correr o risco de esquecer alguém) que amo e que me apoiaram incondicionalmente o tempo todo! Sempre digo que sou 8 ou 80 e nesse período não foi diferente, sempre muito intensa em tudo, altos e baixos, momento de muito otimismo e ao mesmo tempo momentos de muito desânimo pela falta de conhecimento na tese que me propus a desenvolver. À minha filha devo um agradecimento enorme, pois não mediu esforços em me ajudar, inclusive lendo meu texto para me auxiliar na escrita. Te amo muito filha!!

Usar ou não o velho clichê “antes e depois do doutorado”, no meu caso eu posso usá-lo sim! Pois realizei coisas que jamais me senti capaz, entrei em uma área que nunca tive a menor habilidade, tudo em nome de um sonho. Mudei de Estado (morar no Rio de Janeiro foi muito importante, não só por conta das disciplinas, mas também pelos colegas que tive o prazer de dividir apartamento (Lara, Alessandra, Luiz e Fernando) vocês são maravilhosos! Dividimos uma casa e muitos momentos inesquecíveis, tenho um carinho muito grande por todos e vou levá-los para sempre no meu coração, serei eternamente grata pelo apoio que me deram. Os professores que tive oportunidade de conhecer – como foi gratificante ser aluna de professores que eu já tinha ouvido falar tanto e hoje são minhas referências. O sentimento é de pura gratidão mediante às novas possibilidades que pude experimentar.

Entretanto, nem tudo são flores, sofri muito! A notícia mais triste da minha vida eu recebi nesse período, minha mãe, minha rainha, a pessoa que mais admiro nessa vida foi embora e eu nem tive tempo de me despedir olhando nos olhos dela, como dói falar sobre isso! Só não desisti por conta do carinho e apoio da minha filha - Brunna, do meu pai, dos meus irmãos e sobrinhos que sempre estiveram comigo nesses anos... Embora nada mais fizesse sentido, pois foi minha mãe a primeira pessoa a me apoiar nessa loucura de doutorado e agora ela já se foi! Mas tenho certeza que de onde ela estiver está orgulhosa da minha determinação. Mamãe, essa tese é para você, que nunca mediu esforços para dar o melhor aos seus filhos e se hoje sou uma mulher de bem, devo tudo isso a você!

Como sou grata aos meus colegas do DINTER que não mediram esforços em tornar minha estadia no Rio de Janeiro menos solitária e, no final, menos triste. Emival, Claudia,

Paulie, Cristhian, Pável, Paulo - vou levar vocês para sempre no meu coração. Devo um agradecimento especial à Lara, Sandra, Glacie e Alessandra que viajaram nas minhas loucuras, dividindo muita insegurança e ao mesmo tempo muita determinação e vontade de vencer. Também tivemos horas de descanso, momentos que rimos muito, todas essas novas amizades já valeram a pena!

Aos professores: Roberto, John, André, Nelson, Jorge, Fátima, George, Sérgio, agradecer é pouco por todo apoio e incentivo recebido, vocês não são só bons professores, são os seres humanos mais incríveis que já conheci, só tenho a dizer que foi muito bom estar com vocês! Um agradecimento especial às professoras Débora, Karina e Leonilde pelo apoio aos alunos de Goiás, maneira como elas se referiam aos alunos do DINTER. Obrigada pelo apoio, acolhimento e respeito que tiveram conosco!

A turma do CPDA é única, nunca vi tanto empenho por metro quadrado, dá gosto ver pessoas tão dedicadas! Desde as meninas e meninos da secretaria: Fernanda, Ana Lídia, Reginaldo, Diana... todos! A Janete fazendo nossos cafezinhos, as meninas da limpeza, quanta gentileza e educação! Também teve colegas que me viu com um olhar diferente, deve ser por conta do meu sotaque carregado no 'R', mas tudo bem, carrego minhas origens com orgulho! Enfim, agradeço a todos os colegas de mestrado e doutorado que pude conviver nesse período.

Em momento algum, o frio, o vento, a poeira e o medo de dirigir 220 km, por inúmeras vezes, naquelas estradas todas esburacadas, sem nenhuma manutenção ou sinais de melhorias me fizeram desistir das visitas aos assentamentos e conhecer de perto as famílias assentadas. E o resultado não podia ser melhor! Embora alguns tenham me olhado com bastante desconfiança, desconfiança essa que é bem compreensível diante de tantas incertezas, em nenhum momento tive resposta negativa, foram todos atenciosos comigo e responderam ao meu questionário e minhas entrevistas. Também preciso registrar que muitos deles me atenderam com a esperança de que a minha pesquisa ajudasse a dar visibilidade para eles e à sua importância enquanto agricultor familiar.

De todas as pessoas que me receberam nos assentamentos devo um agradecimento especial às lideranças dos assentamentos Tijuqueiro I e II – Sr. Divino Goulart; o Sr. Divino Agmar do assentamento São Domingos; as secretárias da COOPERFAT e COOP SAFRA, Renata e Lucivânia, respectivamente. Também devo um agradecimento especial ao secretário da Secretaria de Agricultura Familiar em Morrinhos – Sr. João Donizete. Todas as pessoas me auxiliaram e me apoiaram na busca de informações importantes sobre as famílias assentadas para que minha pesquisa de campo fosse menos árdua.

Aos amigos queridos que tenho em Morrinhos, não são de sangue, mas considero como parentes, em especial à família da Tia Edna e Tia Geni, que me deram apoio e guarita em inúmeras visitas aos assentamentos, biblioteca, secretaria de agricultura familiar, cooperativas, IBGE.

Ao Instituto Federal Goiano tenho vários agradecimentos. Por meio de política de incentivo à qualificação foi possível a licença para cursar as disciplinas no Rio de Janeiro; a redução de 50% da minha carga horária por 2 anos e 3 meses e bolsa de incentivo à qualificação. Também agradeço aos meus colegas de trabalho, principalmente da Pró-Reitoria de Extensão (antigos e novos) que me incentivaram e tiveram paciência de me ouvir falar o tempo todo de doutorado nesses 4 anos, 7 meses e 3 dias. Sou muito grata a todos!

À CAPES, pela bolsa concedida durante 12 meses, para custear minha estadia no Rio de Janeiro e pela mediação do Convênio entre o IF Goiano e o UFRRJ para que fosse possível a realização do DINTER. Sem essa bolsa eu não teria oportunidade de fazer esse doutorado.

Ao meu querido coorientador, Márcio Carneiro dos Reis, preciso dizer como foi bom encontrá-lo, como foi bom conhecer uma pessoa com tanto conhecimento e tão humilde ao mesmo tempo, não tenho palavras para descrever e agradecer por tudo que fez por mim, a sua generosidade é coisa rara! Pode ter certeza que usarei seu exemplo quando eu voltar a dar aulas. A sua simplicidade precisa ser disseminada. O mundo precisa de mais ‘Márcios!’.

Deixei o meu querido orientador por último por motivos óbvios, o agradecimento precisa ser um pouco maior, Renato! Pois se cheguei até aqui devo tudo a você, pela humildade, empenho e paciência diante dos meus excessos de otimismo e desânimo. Confesso que já tinha ouvido falar de você, muito bem, é claro! Mas nunca tinha lido um texto seu até conhecê-lo em sala de aula e o sentimento que tenho é que deveria ter conhecido e lido suas publicações muito antes. Você sabe que senti vontade de desistir muitas vezes pela falta de conhecimento, até adoeci, e adoeci várias vezes, mas nem assim você desistiu de mim, muito menos da minha tese. Uma das frases que mais gosto nessa vida é de Carl Gustav Jung que diz: “Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana seja apenas outra alma humana”. E pensando nessa frase posso dizer que você, Renato, me tocou de verdade! Como é bom ver pessoas como você que preocupam com o próximo, com as desigualdades sociais, com o bem-estar de todos! Como é bom ver você, que poderia tranquilamente estar aposentado, não parar um minuto em busca de alternativas para ajudar as pessoas mais vulneráveis e para um mundo melhor! Então só posso dizer muito obrigada por tudo! O mundo precisa de mais ‘Renatos!’



Por fim, eu só queria registrar o que sempre digo: nunca quis estudar para ter um título e mostrar às pessoas, eu sempre quis estudar para adquirir conhecimento, sair da minha zona de conforto e me tornar uma pessoa melhor e, graças a Deus, hoje considero que avancei um pouquinho como ser humano e vou continuar com meu lema de vida: “desistir é para os fracos, eu continuo lutando!”.

*Quando um pobre morre de fome, não é porque  
Deus não cuidou dele. É porque nem você nem eu  
quisemos lhe dar o que ele precisava.*

*Madre Tereza de Calcutá*

## RESUMO

ROCHA, Roseli Gonçalves. **PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DOS AGRICULTORES ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GOIÁS)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - RJ. CPDA. Rio de Janeiro, 2020, 186 páginas.

O avanço das transformações capitalistas no meio rural tem influenciado as condições de manutenção e reprodução da vida em escala global, colocando em evidência as questões sociais, econômicas, políticas, culturais e os fenômenos sociais como pobreza, miséria e a fome. Essas mudanças impactam diretamente no aumento da concentração fundiária, desarticulação e desterritorialização de agricultores, êxodo rural, pobreza no campo e na cidade, insegurança alimentar e nutricional, entre outros aspectos que mudaram as dinâmicas territoriais, motivando, ao longo dos anos, conflitos de interesses que variam de acordo com os contextos históricos, atores sociais e políticos. Como forma de apreender a trajetória de agricultores assentamentos da reforma agrária, este estudo se propôs a analisar as estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares de três assentamentos no município de Morrinhos – GO e conhecer o papel das políticas públicas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no contexto de hegemonia do agronegócio. Para compreensão do contexto histórico foram abordadas a modernização da agricultura e da reforma agrária no Brasil e em Goiás, e a relação entre agricultura familiar e o agronegócio no estado, visando identificar e caracterizar os fenômenos socioeconômicos. Com o propósito de entender as condições de reprodução socioeconômica de famílias rurais, apresentamos as principais implicações advindas do sistema alimentar mundial, o tema da pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura e a evolução e o papel das políticas públicas de SSAN no Brasil. Para o presente estudo utilizamos uma abordagem qualitativa e revisão da literatura, levantamentos e análise de dados de fontes primária e secundária. Como pesquisa de campo realizamos um questionário aplicado a vinte famílias e entrevistas a quatro lideranças dos três assentamentos e ao secretário de agricultura familiar do município. Um olhar para a realidade de famílias rurais nos permitiu analisar a problemática relativa à agricultura familiar em meio às transformações em curso e possibilitou-nos conhecer as estratégias que esses agricultores utilizam para sua reprodução socioeconômica. Identificamos que algumas mudanças ocorrem mediante a necessidade de atender às exigências impostas pelo mercado, à instabilidade de políticas públicas em todas as esferas e à negligência do Estado. Dentre elas está a mudança da produção de hortaliças para pecuária leiteira. Entre os principais gargalos estão: a dificuldade de comercialização; falta de crédito e assistência técnica; tamanho dos lotes que, de acordo com os agricultores, são insuficientes para atender todas as suas necessidades. Como estratégias de reprodução e alternativas, as famílias buscam a diversificação da produção e, a combinação das atividades agrícolas e não agrícolas, a participação em entidades organizativas, principalmente cooperativas, e a produção para o autoconsumo. Verificamos que a capacidade dessas famílias de resistir e sua resiliência ao longo da trajetória para permanecerem no campo situam-se entre a necessidade de sobrevivência e a falta de oportunidades fora do estabelecimento. Além do mais, os agricultores demonstram ligação afetiva pelas terras onde vivem, pelas atividades que desempenham e pelo modo de vida no campo.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Reprodução Socioeconômica. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema Agroalimentar. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

ROCHA, Roseli Gonçalves. **PRODUCTION AND REPRODUCTION IN FAMILY AGRICULTURE: THE CASE OF FARMERS SETTING IN THE MUNICIPALITY OF MORRINHOS (GOIÁS)**. Doctoral Thesis of the Graduate Program in Social Sciences in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro - RJ. CPDA. Rio de Janeiro, 2020, 187 pages.

The advance of capitalist transformations in the rural environment has influenced the conditions for the maintenance and reproduction of life on a global scale, highlighting social, economic, political, cultural issues and social phenomena such as poverty, misery and hunger. These changes directly impact the increase in land concentration, disarticulation and deterritorialization of farmers, rural exodus, poverty in the countryside and in the city, food and nutritional insecurity, among other aspects that have changed territorial dynamics, motivating, over the years, conflicts of interest. which vary according to historical contexts, social and political actors. As a way of understanding the trajectory of farmers in agrarian reform settlements, this study aimed to analyze the socioeconomic reproduction strategies of family farmers in three settlements in the municipality of Morrinhos - GO and to understand the role of public policies on Sovereignty and Food and Nutrition Security, in the context of agribusiness hegemony. To understand the historical context, the modernization of agriculture and agrarian reform in Brazil and Goiás were addressed, as well as the relationship between family farming and agribusiness in the state, in order to identify and characterize socioeconomic phenomena. In order to understand the socioeconomic reproduction conditions of rural families, we present the main implications arising from the world food system, the theme of pluriactivity and multifunctionality in agriculture and the evolution and role of public policies for SSAN in Brazil. For the present study, we used a qualitative approach and literature review, surveys and data analysis from primary and secondary sources. As a field research, we carried out a questionnaire applied to twenty families and interviews with four leaders of the three settlements and the secretary of family agriculture in the municipality. A look at the reality of rural families allowed us to analyze the problems related to family farming in the midst of the ongoing transformations and made it possible for us to learn about the strategies that these farmers use for their socioeconomic reproduction. We identified that some changes occur due to the need to meet the demands imposed by the market, the instability of public policies in all spheres and the negligence of the State. Among them is the change in the production of vegetables for dairy farming. Among the main bottlenecks are: the difficulty of commercialization; lack of credit and technical assistance; size of plots which, according to the farmers, are insufficient to meet all their needs. As reproduction strategies and alternatives, families seek to diversify production and, the combination of agricultural and non-agricultural activities, participation in organizational entities, mainly cooperatives, and production for self-consumption. We found that the ability of these families to resist and their resilience along the way to remain in the countryside are between the need for survival and the lack of opportunities outside the establishment. In addition, farmers show an affective connection to the land where they live, the activities they perform and the way of life in the countryside.

**Keywords:** Family Farming. Socioeconomic Reproduction. Sovereignty and Food and Nutritional Security. Agri-food system. Public policy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Localização geográfica do Município de Morrinhos – Goiás.....	28
<b>Figura 2</b> - Municípios da Microrregião do Meia Ponte.....	29
<b>Figura 3</b> - Área plantada cana-de-açúcar por microrregião pertencente à mesorregião sul de Goiás...	33
<b>Figura 4</b> - Fluxograma das quatro funções da multifuncionalidade da agricultura.....	65
<b>Figura 5</b> - Mapa dos Assentamentos Tijuqueiro I e II.....	92
<b>Figura 6</b> - Mapa do Assentamento São Domingos no município de Morrinhos.....	94
<b>Figura 7</b> - Utilização de terras em 2009.....	117
<b>Figura 8</b> - Utilização de terras em 2014.....	117
<b>Figura 9</b> - Utilização de terras em 2019.....	118
<b>Figura 10</b> - Ocupações fora do estabelecimento.....	120
<b>Figura 11</b> - Média de Renda Mensal e Fonte de Renda.....	120
<b>Figura 12</b> - Expectativas dos agricultores em relação ao futuro.....	123

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Principais empresas de Morrinhos (GO).....	32
<b>Quadro 2</b> - Faixa etária do responsável pelo estabelecimento.....	98
<b>Quadro 3</b> - Escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos.....	100
<b>Quadro 4</b> - Principais atividades desempenhadas pelos entrevistados.....	114
<b>Quadro 5</b> - Transformações em curso e as grandes tendências da produção agroalimentar.....	125

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - População nos Censos Demográficos por situação de domicílio - 1970-2010.....	30
<b>Tabela 2</b> - Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização entre os anos 2011 - 2018 no Estado de Goiás – (valores em reais).....	83
<b>Tabela 3</b> - Número de estabelecimentos agropecuários/dirigentes por faixa etária em percentual - (%)..	99
<b>Tabela 4</b> - Valores liberados do PAA – Período de 2012 a 2017 para COOPERFAT (valores em reais).	108
<b>Tabela 5</b> - Valores liberados do PAA – Período de 2011 e 2012 para Coop Agrif (valores em reais).....	108
<b>Tabela 6</b> - Valores liberados do PAA – Período de 2013 e 2016 à Coop Safra (valores em reais).....	109
<b>Tabela 7</b> - Aquisições da agricultura familiar via PNAE no Município de Morrinhos/Goiás.....	110
<b>Tabela 8</b> - Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras em Morrinhos.	113

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF	Agricultura Familiar
BM	Banco Mundial
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAN	Colônia Agrícola Nacional
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CF	Constituição Federal
CFN	Conselho Federal de Nutrição
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEINCOM	Fundo de Expansão da Indústria e Comércio
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOMENTAR	Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMB	Instituto Mauro Borges
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social



LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAF	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional do Crédito Fundiário
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PP	Políticas Públicas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
RA	Reforma agrária
REBRIP	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
RSE	Reprodução Socioeconômica
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
UEG	Universidade Estadual de Goiás
SIE	Selo de Inspeção Estadual
SIM	Selo de Inspeção Municipal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
	<b>CAPÍTULO I</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM MORRINHOS-GO</b>	<b>9</b>
2.1	Modernização da Agricultura e as transformações no estado de Goiás	9
2.2	Reforma agrária no Brasil e em Goiás	15
2.3	Agronegócio em Goiás e seus reflexos para o município de Morrinhos	21
2.4	A emergência da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN	34
	<b>CAPÍTULO II</b>	<b>43</b>
<b>3</b>	<b>PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS</b>	<b>43</b>
3.1	A construção do conceito de Agricultura Familiar no Brasil	44
3.2	Reprodução das famílias rurais e as características da agricultura familiar	52
3.3	A Pluriatividade como estratégia de reprodução socioeconômica das famílias rurais	60
3.4	A Multifuncionalidade da Agricultura	64
3.5	Sistemas alimentares e suas repercussões na reprodução da agricultura familiar	67
3.6	O Papel das políticas públicas para a Agricultura Familiar e a promoção de ssan no Brasil	75
	<b>CAPÍTULO III</b>	<b>87</b>
<b>4</b>	<b>A REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM MORRINHOS: OPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES</b>	<b>87</b>
4.1	Pesquisa empírica e metodologia	88
4.2	Os assentamentos no município de Morrinhos	91
4.2.1	Assentamentos Tijuqueiro I e Tijuqueiro II	91
4.2.2	Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água	94
4.3	Trajetória e Perfil Socioeconômico das famílias assentadas	96
4.4	Estratégias de produção e reprodução das famílias pesquisadas	101
4.4.1	O papel das PP de SSAN no processo de reprodução dos assentados	102
4.4.2	O papel das cooperativas e associações: Produção e Mercado	106
4.4.3	O uso da terra, produção e consumo dos assentados	112
4.4.3.1	Produção nos assentamentos	113
4.4	Atividades agrícolas e atividades não-agrícolas nos assentamentos	119
4.5	Percepção das famílias rurais em relação a sua condição de agricultor familiar	121
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>127</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>138</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADAS NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GO)</b>	<b>157</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS JUNTO AOS GESTORES LOCAIS E LIDERANÇAS</b>	<b>168</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço das transformações capitalistas no meio rural, sob a perspectiva da modernização da agricultura, tem influenciado as condições de manutenção e reprodução da vida em escala global. Estudos demonstram que a modernização colocou em evidência as questões relacionadas aos fenômenos sociais como pobreza, fome, miséria, mudanças climáticas, ausência de biodiversidade e aumento de poluição ambiental. Segundo Rocha (2017), Ranganathan *et al* (2016) e Willett *et al* (2019), estudos referentes à modernização da agricultura tomam como elemento central da análise e das propostas os chamados sistemas alimentares.

As mudanças nos sistemas alimentares trouxeram impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, principalmente para o meio rural. Para Rocha (2017) esses impactos percorrem ao longo de toda a cadeia de abastecimento, desde a produção, processamento e comercialização. Além disso, a produção global de alimentos ameaça a estabilidade climática e a resiliência dos ecossistemas, impulsionando a degradação do meio ambiente.

No Brasil, seguindo as tendências globais da produção de “commodities”, o sistema agroalimentar é influenciado pela hegemonia da produção em grande escala com elevada mecanização e uso de agrotóxicos e transgênicos. Ao lado desse movimento, há o crescente controle de mercado por parte das grandes corporações estrangeiras, impactando diretamente no aumento: da concentração fundiária; desarticulação, desterritorialização e reterritorialização de agricultores; êxodo rural; pobreza no campo e na cidade; entre outros aspectos que mudaram a dinâmica rural-urbana e recolocaram, ao longo dos anos, inúmeros conflitos de interesses (CONSEA, 2007).

O aumento da concentração de terra resultou em importantes debates em relação ao desenvolvimento rural, à preservação e conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, à soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN), entre outros aspectos. De acordo com Maluf e Luz (2018) uma das principais preocupações do enfoque da SSAN diz respeito ao direito de os povos definirem suas estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos. Conseqüentemente, a garantia desse direito se vê afetada pelos conflitos que surgem da interação entre os diferentes sistemas alimentares coexistentes. Além do mais, as alterações nas relações territoriais decorrentes dessas transformações produziram novos modelos de organização, novas identidades, acordos e lutas por espaço e poder sobre os territórios, inclusive

no estabelecimento de estratégias para que agricultores familiares possam continuar sua reprodução socioeconômica.

Historicamente, o desenvolvimento rural brasileiro foi moldado pelo processo de colonização, no qual a hegemonia social, política e econômica de grandes proprietários tem prevalecido, inclusive por meio de estímulos provenientes da política agrícola. De acordo com Delgado (2001), política agrícola é vista como ação pública que visa afetar tanto o comportamento conjuntural de curto prazo dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais de tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social e carga fiscal, que determinam o seu comportamento de longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como as políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente).

Em meio às intervenções sobre a realidade rural, sejam públicas ou privadas, sempre prevaleceu o caráter exploratório e os interesses dos grupos econômicos hegemônicos, provocando desigualdades e exclusão social, sobretudo, por meio da permanência de uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Nessa direção, Wanderley (1995) afirma que a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, recebendo estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar a sua reprodução.

Para Maluf (2007), a questão alimentar é mais complexa do que promover distribuição de alimentos ou estimular iniciativas localizadas de geração de emprego. Segundo o autor, a capacidade de acesso aos alimentos por parte dos povos em todo o planeta é questão crucial para a segurança alimentar e nutricional (SAN), colocando-a como eixo estratégico de desenvolvimento. Primeiro, sendo um direito humano básico para a condição de vida. Segundo, o conjunto de atividades ligadas à produção, abastecimento e consumo de alimentos desempenha um papel central na configuração econômica, social e cultural dos países. E terceiro, as questões ligadas aos alimentos e à alimentação sempre foram fontes de preocupações, mobilizações sociais e objetos permanentes das políticas públicas (PP).

Compreende-se que a nova dinâmica engendrada pela hegemonia de grandes corporações impacta as formas de reprodução social e econômica no meio rural, e são condicionadas pelas tendências dominantes a nível global. Essa nova conformação, principalmente no que se relaciona à tecnologia e ao controle de mercados, contrapõe-se aos conhecimentos e às formas tradicionais de produção, distribuição e consumo.

Assim sendo, o debate sobre o conceito de soberania alimentar coloca em evidência os problemas inerentes à crise alimentar e as consequências advindas desse sistema. Gordillo e Méndez (2013) tomam como destaque, no âmbito das Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o fato de que o conceito aponta para a assimetria nos diferentes mercados e espaços de poder envolvidos, bem como nas áreas de negociações comerciais multilaterais. Além disso, o debate em torno da questão da soberania alimentar evidencia formas orientadas de produção em pequena escala e da agricultura familiar, que não sejam industriais, preferencialmente orgânicas e que se adotem a perspectiva da agroecologia.

Três outros conceitos contribuem para uma perspectiva ampliada da agricultura familiar, sendo eles: a pluriatividade; a multifuncionalidade; e a segurança alimentar e nutricional. De acordo com Schneider e Cassol (2013), essas novas abordagens referem-se aos processos de produção e reprodução das famílias rurais. E, ainda, a abordagem do desenvolvimento rural se expande ao demonstrar que a agricultura familiar pode ser multifuncional, sendo reconhecida como portadora de funções socioculturais e ambientais que permitem analisar a interação entre famílias rurais e os territórios na sua dinâmica de reprodução socioeconômica.

Dentre os conceitos mencionados, a pluriatividade é uma característica das famílias rurais, engajando atividades diversas, agrícolas e não agrícolas. Ela estabelece expectativas e estratégias de inserção socioeconômica, e viabiliza sua reprodução nos contextos contemporâneos, trazendo o reconhecimento de que a produção de alimentos não é o único objetivo da agricultura familiar.

O conceito de multifuncionalidade destaca as múltiplas funções da agricultura, relacionadas, por exemplo, ao meio ambiente, à organização dos territórios e à viabilidade socioeconômica das áreas rurais. Para Bonnal *et al.* (2009) a multifuncionalidade possibilita a compreensão do território como uma unidade complexa que extrapola os espaços urbano-rural. Nessa direção, o papel das unidades familiares ultrapassaria a barreira de simples produtora de alimentícios, passando a desempenhar funções para além da produção. Ainda, sob essa ótica, ocorre a valorização da agricultura familiar, permitindo a concepção de políticas públicas baseadas nas diferentes funções: social, econômica e ambiental desempenhadas pelos agricultores familiares (MALUF, 2002; WANDERLEY, 2003).

Por fim, a segurança alimentar e nutricional representa um conceito bastante abrangente, comportando questões que se manifestam em várias escalas, visto que a definição abarca a realização do direito de todos ao:

[...] acesso regular e permanente à alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

As tendências em curso para agricultura exigem um olhar para esta realidade. Por um lado, observa-se que a modernização do campo tem colocado um pequeno grupo da sociedade (controladores de corporações, inclusive financeiras, grandes empresas e latifundiários) em um contexto privilegiado, dado o cenário viável à acumulação e à produção em larga escala, com ‘modernas’ tecnologias. Em contrapartida, observa-se que os agricultores familiares são excluídos dos seus territórios e/ou lhes são impostos processos de subordinação à lógica do capital, visto que boa parte das famílias rurais não conseguem alcançar os padrões tecnológicos requeridos e condições de mercado equivalentes.

Um dos obstáculos enfrentados por esses agricultores é a elevada concentração de terra e renda nas mãos de poucos proprietários. Além da dificuldade de acesso à terra, os agricultores que permanecem no campo enfrentam outros desafios, tais como: organização da produção e reprodução; possibilidade de comercialização; crédito; assistência técnica; acesso às políticas públicas e meios de assegurar sua inclusão social.

Em muitos casos, esses agricultores se veem obrigados a migrarem para as periferias dos centros urbanos, revelando-nos, por meio desses processos históricos, que a utilização dos recursos naturais, sobretudo a terra, e o trabalho, gradativamente foram subordinados à lógica de acumulação. Porventura, algumas dessas famílias rurais continuam se desenvolvendo e apresentando diferentes estratégias de reprodução socioeconômica que garantem sua permanência no campo. Uma das questões que surge nesse contexto é em relação aos limites e às possibilidades colocadas para agricultores familiares e as comunidades tradicionais que eles formam.

Ploeg (2006), ao falar sobre estratégias de reprodução, afirma que elas estão intimamente associadas à existência de diferentes lógicas reprodutivas e, qualquer que seja a estratégia predominante, a tomada de decisão agrícola e a organização das relações sociais de produção ficam nas mãos do próprio agricultor. Assim sendo, a reprodução socioeconômica dependerá das estratégias empregadas pelos atores envolvidos. Lamarche (1993) e Wanderley (2001) consideram que as estratégias de reprodução, diante das condições modernas de produção, em grande parte assentam-se na valorização dos seus recursos.

Se por um lado a permanência no campo e reprodução socioeconômica dos agricultores familiares dependerá das estratégias empregadas por eles, em contrapartida, o processo de

tomada de decisões ocorre em contextos socioeconômicos específicos. Assim, estaria englobando tanto o processo de modernização da agricultura em curso, quanto a oferta, a qualidade e o acesso a políticas públicas, inclusive as que têm em conta suas demandas imediatas ligadas aos problemas do desenvolvimento em geral.

O presente estudo deixa em evidência as estratégias de reprodução da agricultura familiar, indagando acerca das alternativas que esses agricultores estão se valendo para sua reprodução socioeconômica. Trata-se de dificuldades presentes na maioria das famílias rurais espalhadas em todo mundo, visto que o avanço do capitalismo no campo vem se intensificando e espalhando-se, sobretudo nas últimas décadas, sob o signo da modernização.

Um exemplo disso é a forma como a modernização da agricultura se dá no Centro-Oeste brasileiro, em especial no estado de Goiás, se desdobrando como será visto adiante em transformações sociais e ambientais, como o êxodo rural e a concentração de renda (BORGES; CALAÇA, 2007). Os estudos sobre a modernização do território goiano enfatizam a modernização, inserindo a região na dinâmica do capitalismo globalizado e alterando a estrutura do campo e da cidade no território.

O rumo que a agricultura está tomando diante das circunstâncias acima mencionadas nos leva a questionar se os agricultores familiares e as comunidades que elas formam darão conta de mitigar as desigualdades no meio rural e, ainda, se as alternativas que estão buscando serão suficientes para permanecerem no campo e preservarem sua identidade cultural. Além do mais, essas famílias apresentam desigualdades e particularidades que variam de região para região, comprovando a diversidade de suas condições de desenvolvimento.

Isto posto, pressupõe-se que essas mudanças aos poucos colocam em risco os avanços econômicos e sociais alcançados a partir do reconhecimento político da categoria 'agricultura familiar' no Brasil, principalmente no que se refere às políticas públicas. Em meio a esse quadro, consideramos que as estratégias utilizadas por esses agricultores refletem essas transformações. Antigas estratégias historicamente adotadas vêm sendo revistas e desenvolvidas. Oportunamente, é importante compreender as possibilidades que os agricultores possuem em termos de tecnologia, acesso ao mercado, organização familiar em relação ao trabalho, organização social, entre muitas outras estratégias que essas famílias têm utilizado para sua reprodução.

As questões que orientaram a pesquisa e que fundamentam a presente tese foram as seguintes: quais os fatores dos processos de transformação em curso que mais incidem sobre a reprodução socioeconômica das famílias rurais? Que estratégias os agricultores familiares vêm

construindo nesse contexto de rápidas transformações para garantir sua reprodução de modo a permanecerem no campo? Qual a percepção dos agricultores sobre essas transformações e como estão reagindo? Que papéis as políticas públicas de SSAN têm desempenhado nas estratégias dos agricultores familiares?

Justifica-se esse trabalho tendo em conta a importância da agricultura familiar para o alcance da soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela se encontra inserida num contexto de instabilidade das políticas públicas com importantes repercussões sociais e econômicas, e de mudanças no sistema agroalimentar que acompanha a expansão do agronegócio em Goiás com reflexos para o município de Morrinhos (GO). A escolha da área a ser pesquisada se deve às rápidas transformações em curso no município no período recente, transformações que a autora acompanha em função de estar muito próxima aos assentamentos rurais onde a pesquisa de campo foi realizada, por ter residido no município por 36 anos e por fazer parte, de forma indireta, das suas atividades profissionais.

A construção da abordagem apresentada no presente trabalho teve início com uma pequena pesquisa preliminar realizada naquela região, cujo resumo foi publicado nos anais do Instituto Federal Goiano em 2014. Para além dos objetivos dessa pesquisa em particular, pretende-se com a presente tese contribuir para a discussão e produção de conhecimento sobre a reprodução socioeconômica de famílias rurais e as possibilidades da agricultura familiar em diferentes territórios e campos de análise.

Somam-se à reflexão aqui proposta, além das transformações em curso, o cenário político, econômico e financeiro, a hegemonia do agronegócio e as incertezas relacionadas às políticas públicas (PP) para a agricultura familiar. A modernização da agricultura em Goiás, caracterizada sob o aspecto produtivista, apresenta alterações significativas no seu ordenamento territorial, o que traz reflexos para os municípios goianos. Nesse sentido, aponta-se para a incidência socioeconômica, política e cultural prevaletentes no município de Morrinhos (GO), analisado a partir de suas particularidades e o contexto territorial. O objeto de estudo são as famílias assentadas de três assentamentos no município. Os assentamentos são oriundos da reforma agrária, totalizando 121 famílias, sendo: Tijuqueiro I – 20 famílias; Tijuqueiro II – 15 famílias; e São Domingos dos Olhos D'água – 86 famílias.

A intensa reestruturação dos espaços produtivos, alavancada por políticas públicas, promoveu a implementação de novas tecnologias, insumos e maquinários nos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços originados no campo. Por um lado, pressupõe-se que tais mudanças podem inviabilizar a reprodução das famílias rurais mediante



os desafios impostos pelas transformações do sistema agroalimentar. Paradoxalmente, a presente a tese parte da premissa de que as famílias rurais têm mostrado capacidade de adaptação e resistência, sendo resilientes às exigências de mercado em um contexto carregado de obstáculos e incertezas, sendo capazes de construir estratégias para produzirem e se reproduzirem de modo a permanecerem no campo.

Nessa direção, estudos sobre a resiliência e capacidade de adaptação da agricultura familiar ganharam força nos debates de alguns autores. Ploeg (2008), embasado em estudos de Chayanov, defende que o agricultor ‘camponês’ tem potencial para desempenhar um importante papel na produção de alimentos e na sustentabilidade, desde que deixe de ser negligenciados e possua melhores condições para construção da ‘soberania alimentar’ de forma independente das grandes corporações do sistema agroalimentar. Para o autor, muitos agricultores vêm se adaptando à vida ‘moderna’, mesmo que vinculada à produção familiar, sendo capazes de resistir, enfrentar ou mesmo ampliar sua inserção ao mercado. Por seu turno, Lamarche (1993) afirma que os agricultores familiares estabelecem uma enorme capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais. Todavia, essa capacidade de adaptação é bastante variável, visto que a agricultura familiar abrange diferentes classes sociais.

Diante dessa conjuntura, novas dinâmicas e possibilidades foram criadas para o meio rural. Novas formas de diversificação produtiva e de fontes de renda, as atividades são determinadas por diferentes lógicas e articuladas por fatores internos e externos aos estabelecimentos rurais. Essas possibilidades foram observadas tendo como lente a pluriatividade e o aspecto multifuncional da agricultura.

Ao longo do estudo, evidenciamos a importância da multiplicidade de estratégias para reprodução das famílias rurais, tendo em conta suas expectativas de reprodução socioeconômica, inserção social e autonomia. A presente tese se propôs, por meio de embasamento teórico e pesquisa de campo, a apreender a trajetória dos agricultores de assentamentos da reforma agrária, procurando compreender a estratégia de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares de três assentamentos do município de Morrinhos e compreender o papel das políticas públicas de SAN nesse processo. E, por fim, buscou-se analisar em que medida essas estratégias contribuem para sua resistência de modo a permanecerem no campo.

Para tanto, buscamos analisar: a trajetória e o perfil dos assentamentos pesquisados; os impactos oriundos das transformações do sistema alimentar e a expansão do agronegócio na região pesquisada; as estratégias socioeconômicas adotadas pelas famílias assentadas; o papel

das políticas públicas de SSAN no processo de produção e reprodução desses agricultores, e as possíveis consequências com o arrefecimento dessas políticas. Por fim, procuramos conhecer o papel e a contribuição das cooperativas e/ou associações existentes nos assentamentos como estratégias de inserção desses agricultores ao mercado.

A metodologia utilizada consistiu numa revisão da literatura, levantamento e análise de dados de fontes primária e secundária, e pesquisa de campo, com aplicação de questionário e realização de entrevistas. Para análise dos dados utilizamos uma abordagem qualitativa.

A tese está estruturada em três capítulos. No Capítulo I intitulado ‘Agricultura Familiar no Brasil e a trajetória das famílias assentadas no município de Morrinhos (GO)’ abordamos a modernização da agricultura, a reforma agrária, o agronegócio no estado de Goiás e a construção dos conceitos de agricultura familiar no Brasil. Em seguida, retomamos o estado de Goiás, o objeto de estudo e a dinâmica territorial no município de Morrinhos.

O Capítulo II intitulado, ‘Reprodução das famílias rurais no Brasil: características e perspectivas’, analisa as condições de reprodução socioeconômica de famílias rurais tomando em conta diferentes aspectos, como as implicações decorrentes do sistema alimentar mundial que se conformou, a pluriatividade como estratégia de reprodução, a multifuncionalidade da agricultura, a emergência da SSAN e o papel das políticas públicas apoiadas nesse enfoque no Brasil.

O Capítulo III traz uma análise sobre ‘A reprodução das famílias assentadas em Morrinhos: opções, desafios e possibilidades’. O intuito dessa análise foi entender melhor as estratégias das quais esses agricultores estão se valendo para sua reprodução. Indagamos sobre o processo de reprodução socioeconômica das famílias assentadas em Morrinhos (GO) mediante o contexto apresentado.

Nas considerações finais são apresentados os pontos principais desenvolvidos nos Capítulos I, II e III, e os resultados da pesquisa realizada nos assentamentos, apontando os principais entraves para reprodução das famílias assentadas, o contexto no qual estão inseridas e as carências existentes para sua estabilidade. Além de trazermos uma análise dos desafios e possibilidades colocados para sua reprodução socioeconômica da agricultura familiar, e ainda em que medida as famílias rurais demonstram resiliência para permanecerem no campo.

## **CAPÍTULO I**

### **2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM MORRINHOS-GO**

Nos últimos 50 anos, as unidades de produção familiares no Brasil passaram por grandes transformações, principalmente pelo processo de modernização da agricultura. Tais transformações provocam debates sobre as formas de produção e as alterações no sistema agroalimentar, visto que impactam a vida das pessoas, a economia e o meio ambiente. Apesar de ser vista como relevante para desenvolvimento local e regional, a produção familiar, do ponto de vista das políticas públicas, sempre foi relegada a um segundo plano. Isto ocorreu concomitantemente aos processos de homogeneização da agricultura por meio de pacotes tecnológicos que contribuíram para a concentração fundiária e a expansão das monoculturas. Esses fatores vêm promovendo a expropriação dos agricultores familiares, a destruição da natureza e, conseqüentemente, ameaçando a SSAN das populações, principalmente no meio rural.

A compreensão da agricultura familiar passa pelo entendimento do ambiente social e econômico em que estiver inserida. Esse ambiente compõe-se de um espaço social e econômico e de um conjunto de instituições, que tendem a fornecer estímulos e determinar limites e possibilidades, exercendo uma influência exterior decisiva sobre as unidades familiares (SCHNEIDER, 2003).

Diante disso, neste capítulo serão discutidos os avanços e transformações da agricultura familiar no Brasil, abordando os dilemas e conflitos de interesses entre os diversos atores sociais envolvidos, com o propósito de compreender o quanto essas transformações impactam as questões ligadas à agricultura. Aponta-se para a necessidade de se olhar mais de perto a problemática relativa à modernização da agricultura e reforma agrária no estado de Goiás, e quais os reflexos para o município de Morrinhos (GO), onde se encontra o objeto de estudo analisado, tema que será discutido no próximo tópico.

#### **2.1 Modernização da Agricultura e as transformações no estado de Goiás**

Compreende-se que os problemas envolvendo a agricultura brasileira resultam do processo de expansão do capitalismo no meio rural caracterizado pela lógica produtiva em larga

escala, principalmente a partir de 1960/1970. Essas mudanças são vinculadas à modernização da agricultura, cujo foco principal é aumentar a produção e a produtividade agrícola de culturas de interesse do mercado internacional, sobretudo por meio de crédito e inserção de inovações tecnológicas, apoiadas em políticas governamentais em favor das grandes propriedades e/ou das propriedades mais capitalizadas.

De acordo com Graziano da Silva (1996), o termo modernização da agricultura é utilizado para designar a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra. As modificações intensas da produção no campo e das relações capital versus trabalho com a implementação de inovações tecnológicas no processo produtivo geraram uma nova configuração, a qual envolve aspectos socioeconômicos e espaciais, especialmente para o meio rural. Essa nova dinâmica produtiva gerou diferentes impactos socioeconômicos e ambientais, como a perda da biodiversidade, a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, o distanciamento da produção e consumo, uso indiscriminado de agrotóxicos, entre outros fatores. De acordo com Graziano da Silva (1999, p. 119, grifo do autor):

[...] a intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, em um contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da **inchaço** das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente.

O ponto de partida para entender esse cenário está na compreensão e questionamento do quanto essas mudanças trazem em termos de consequências para os grupos familiares envolvidos na produção primária, visto que os avanços alcançados até então não resultaram em melhorias concretas nas condições de vida dessas pessoas. Pressupõe-se que a partir do entendimento dessas transformações é possível contribuir com a discussão sobre as alternativas para o meio rural brasileiro que privilegiem a diversidade cultural, assegurando as condições necessárias para uma maior diversificação produtiva, a utilização de tecnologias compatíveis com o meio ambiente e a redução das desigualdades sociais.

O desenvolvimento das relações capitalistas no contexto dos sistemas agroalimentares apresenta impactos para a sustentabilidade ambiental, a saúde humana e a SSAN. Resultado prático disso é que os processos de tomada de decisão acerca de questões que envolvem a produção, o abastecimento e o consumo alimentar, aliados ainda aos determinantes do acesso aos alimentos, colocam em evidência diferentes contradições, visto que as propostas políticas que vêm sendo implementadas encontram-se amparadas em preocupações determinadas pela manutenção dos processos de acumulação de capital.

No que se refere ao projeto de modernização, foram cumpridas as metas almeçadas pelas políticas públicas de aumentar a produtividade; no entanto, essas novas estruturas de produção agrícola favoreceram as culturas para exportação e os produtos considerados de primeira necessidade, vistos sob a ótica do mercado interno, foram colocados em segundo plano. Conforme Graziano da Silva (1981) as políticas de desenvolvimento rural não alcançaram as pequenas unidades agrícolas, em especial as que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Exemplo disso é que, hoje em dia, parte das grandes propriedades ocupa espaços antes destinados à produção de alimentos para o mercado interno. Desta forma, além de desestruturar a produção para a subsistência, inviabiliza o crescimento e desenvolvimento da pequena propriedade, evidenciando a situação de expropriação e territorialização do capital e desterritorialização de pequenos produtores. Contraditoriamente, a agricultura familiar se apresenta como modelo alternativo à lógica da expansão do capitalismo, inclusive como fonte alternativa à produção de alimentos e fornecimento de produtos tanto para o mercado interno, quanto ao externo. A expressão territorial dessas reivindicações se desdobra em alterações na organização das propriedades, dada a ampliação de possibilidades implicadas diretamente na atuação sobre os territórios, inclusive a partir de políticas públicas.

Portanto, há um encadeamento de fatores que voltaram a ser tratados pela literatura e atores sociais em relação às questões agrária e agrícola e de desenvolvimento rural. Esses encadeamentos revelaram novos atores vis a vis aos processos políticos em curso, que se deram a partir do fortalecimento do movimento dos trabalhadores que lutam pelo direito à terra. Além disto, o tratamento dado a essas questões foi capaz de recolocar, dentre outras, temáticas relativas à migração rural-urbana, como um movimento que intensifica processos de desterritorialização e reterritorialização na direção de grandes regiões metropolitanas e de regiões de fronteira (HAESBAERT, 2004). Dentre as alterações significativas no que se refere aos territórios, pode-se afirmar que a modernização da agricultura foi capaz de engendrar intensos processos de desterritorialização, como a expropriação de terra, a desconexão da agricultura com a natureza, entre outros. Todavia, estratégias de resistência e contra-hegemônicas vêm sendo criadas na busca da reterritorialização, por meio da luta pela posse da terra e estratégias de reconexão da agricultura com os territórios como sugere a agroecologia.

Na esteira dessas transformações, a região Centro-Oeste também foi incorporada, no âmbito da ação estatal, como área de expansão de fronteira agrícola. Contribuíram para isto as condições de logística, clima, entre outros fatores que, juntos, ofereceram condições e

incentivos à expansão da produção de grãos por meio do uso das tecnologias disseminadas pelo processo de modernização. Nesse contexto, o setor agrícola surge em Goiás como transição entre a mineração e a atividade pecuária de exportação. A pecuária extensiva contribuiu para a formação de grandes propriedades rurais durante o regime de sesmarias, tendência que prosseguiu com a política de terras em Goiás, beneficiando os grandes proprietários, o que contribuiu para a formação de latifúndios (ANACLETO, 2014).

Com o processo de modernização acelerada que foi se acentuando ainda mais a partir dos anos 1980, Ortega (1997) e Mattei (2017) afirmam que ocorreram mudanças significativas na agricultura do Centro-Oeste ocasionadas pelas inovações tecnológicas. A produção primária de produtos agroalimentares básicos e de pouca transformação industrial cedeu lugar à cultura de grãos, apresentando grande crescimento em termos econômicos, associado a um acentuado crescimento populacional e um alto índice de urbanização. Ao ser inserido nesse processo de transformações, o estado de Goiás experimenta alterações significativas no seu ordenamento territorial, desde o sistema produtivo, nas relações socioespaciais e seus complexos agroindustriais, e, posteriormente, o agronegócio (CALAÇA, 2014).

Nessa mesma direção, Estevam (2014) afirma que o estado de Goiás apresentou consideráveis alterações na sua estrutura socioprodutiva, substituindo as técnicas de produção historicamente verificadas por aquelas em que predominam os segmentos industriais. Ao mesmo tempo que alterou as relações socioeconômicas regionais, principalmente no centro-sul do estado que, de acordo com Mattei (2017), é onde se constata com mais intensidade a substituição crescente de lavouras tradicionais por culturas agrícolas modernas e pouco intensivas em mão de obra.

O estado de Goiás desempenha papel importante nos processos relativos ao avanço da agricultura, sendo considerado um dos principais produtores de grãos do país e produtor de culturas em grande escala, atuando de forma significativa no processo de avanço da produção agropecuária (BEZERRA; JUNIOR, 2004). E, neste contexto, a ‘modernização conservadora’, referenciada no modelo agrícola exportador e implantada nas áreas de cerrado no Centro-Oeste brasileiro, viabilizou a manutenção das elites agrárias no poder, cujas ações resultaram em expropriação de pequenos agricultores (MENDONÇA *et al.* 2002).

Mediante essa conjuntura, Goiás aumentou a produção de grãos e intensificou a pecuária. Também aumentaram os problemas de ordem social no estado, como a intensificação da migração campo-cidade, o desemprego, a proliferação dos subempregos, a diminuição da produção de alimentos voltados para o abastecimento do mercado interno, a crise de moradia,

de saúde, de educação, entre outras questões (LIMA; CHAVEIRO, 2010). Em períodos mais recentes, as práticas mais recorrentes estão assentadas na ocupação do cerrado para fins produtivos e de especulação fundiária, privilegiando grandes propriedades. Isso é justificado pelas próprias características do bioma, que exige moderna aplicação de tecnologia e aporte de capital, em meio a uma estrutura fundiária fortemente concentrada (XAVIER *et al.* 2012, p. 29). Prevaleceu, assim, a concepção de que o agronegócio é o modelo de produção ideal para o país, o que contribuiu para seu alastramento que se dá por todas as regiões brasileiras, não só no estado de Goiás.

Em contexto geral, Abreu (2013) afirma que, embora os efeitos positivos da expansão agrícola brasileira tragam a ideia de crescimento e prosperidade, há de se considerar os contrassensos presentes em afirmações que contrariam a realidade vivida pela agricultura familiar. Esses ‘contrassensos’ denotam o impacto desse processo na questão agrária brasileira e nas desigualdades regionais. De acordo com Rodrigues (2015, p. 29),

[...] as desigualdades regionais são criadas e recriadas por possuírem um papel econômico e político fundamental e são elas que estão na base da pauperização absoluta das classes subordinadas, especialmente no campo.

A questão agrária no Brasil é bastante complexa, visto que ela está relacionada com a concentração fundiária, a desigualdade e a pobreza no meio rural. De acordo com Graziano da Silva (2001) a questão agrária está ligada às mudanças nas relações de produção, de como produzir e de que forma produzir. E a maneira como o país tem aumentado a sua produção vem acarretando impactos negativos sobre o nível de renda e emprego da população rural. A modernização da agricultura, além de agravar a questão agrária, alterou de forma significativa o padrão alimentar da população, principalmente no que se refere à crescente substituição dos produtos alimentares tradicionais por produtos processados.

Ao longo dos últimos 50 anos, observou-se a evolução de uma conjuntura de crescimento econômico, no qual o discurso predominante tinha como premissa que os aparelhos do Estado podiam ser usados para promover a aceleração da indústria por meio da modernização. A preocupação em aumentar exportações e equilibrar as balanças comercial e de pagamentos fez com que o potencial agrícola nacional fosse voltado para o atendimento da demanda proveniente do mercado internacional. E, seguindo as tendências globais de produção de “commodities”, além de incentivar as monoculturas, estabeleceu-se no Brasil essa tendência, potencializada recentemente pelo uso indiscriminado de agrotóxicos para produção intensiva, privilegiando o agronegócio.

Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, para a participação no Produto Interno Bruto (PIB), para geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, conseqüentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego, entre outros. (SANTOS, 2016, p. 42).

Conforme afirma Mançano (2006), o processo de expansão capitalista no campo contribuiu para aprofundar ainda mais a exclusão social e as desigualdades regionais no país, colocando a concentração fundiária de um lado, com o advento do agronegócio, e a exclusão social do outro, com a gama de pequenos produtores, os quais apresentam valores e interesses distintos, ratificando que a estrutura fundiária sempre esteve sob o domínio da grande propriedade:

As revoluções tecnológicas na agropecuária e as políticas agrícolas ampliaram o processo de produção de alimentos, associando-se com diversos setores industriais e com os mercados, criando assim, o novo modelo de desenvolvimento denominado de agronegócio. Embora este modelo tenha aumentado extraordinariamente a produtividade agrícola e pecuária, também gerou problemas ambientais e desemprego estrutural, além de manter as desigualdades e a fome. (MANÇANO, 2006, p. 53).

Fernandes (2007) afirma que a imagem do agronegócio vem sendo construída para mudar a imagem da agricultura capitalista, visando ocultar o caráter concentrador e excludente, dando relevância somente ao caráter produtivista, na qual a implementação de novas tecnologias e o avanço agroindustrial incentivaram e fortaleceram o modelo de produção voltado para a exportação de produtos agropecuários.

No contexto geral, essa nova conjuntura também se expressa através de uma crise alimentar. Contudo, tal crise não pode ser compreendida isoladamente, visto que ela não causa impactos somente no que diz respeito à alimentação. Isto é, outras dimensões somam-se ao quadro da crise alimentar, como: os impactos no meio ambiente, que se revelam na poluição das águas e na perda da biodiversidade e sobre o pequeno produtor rural, revelados pela pobreza rural; a crise econômica, advinda da concentração de mercados; e, ainda, a político-institucional que vem fragilizando a elaboração de políticas públicas para valorização da diversidade cultural. De acordo com Ploeg (2008, p. 27):

[...] está se aproximando uma crise que: a - diz respeito aos três eixos [...]; se relaciona com a qualidade dos alimentos e com a segurança da distribuição de alimentos, com a sustentabilidade da produção agrícola, e está associada à negação generalizada das aspirações de emancipação daqueles que estão envolvidos na produção primária; b -



pela primeira vez, uma crise global, isto é, seus efeitos são sentidos em todo o mundo; c - e, finalmente, essa crise agrária internacionalizada e multifacetada representa, cada vez mais, um nó górdio, no sentido em que o alívio de um determinado aspecto, em um dado momento e lugar, apenas agrava a crise em outro lugar e em outros momentos e/ou a transfere para outras dimensões.

De um lado, essa crise demonstra uma verdadeira mudança na produção e na qualidade de alimentos, visto que o alimento se tornou mercadoria, alterando a dinâmica do sistema alimentar, e sua produção e distribuição estão cada vez mais concentradas e sendo determinadas por poucas empresas. Em contrapartida, a falta de alimento e a destruição dos hábitos alimentares tradicionais determinadas pelo sistema levam à outras dificuldades que são enfrentadas pela população em geral, principalmente a rural. Neste contexto, agricultores familiares têm tido como um dos seus focos principais a produção para o mercado local e regional, preenchendo as lacunas deixadas pelo modelo produtivista.

Mas, em contraste com o que está acima, o que aqui se pretende colocar em evidência pode ser expresso nas seguintes questões: a partir da agricultura familiar, é possível pensar na ampliação do acesso aos alimentos e aos direitos sociais que visem a redução da fome e pobreza? Há a possibilidade de execução de um projeto alternativo à modernização conservadora e à estrutura fundiária concentrada, cuja viabilidade econômica produza benefícios para o conjunto da sociedade? Isto posto, no próximo tópico será apresentado a reforma agrária no Brasil e no estado de Goiás, buscando apreender como se deu esse processo e os desafios para os agricultores assentados mediante a conjuntura apresentada.

## **2.2 Reforma agrária no Brasil e em Goiás**

A territorialização do modo de reprodução do capital e a implementação dessa lógica de produção no campo expandiram-se sobre o espaço ocupado pelas pequenas propriedades, provocando alteração na forma e no conteúdo da produção e colocando o trabalho familiar a serviço da grande indústria, do comércio ou de outras formas de trabalho. Essa situação perdura ao longo dos anos como fruto da modernização e sob o regime político autoritário implementado com o Golpe Militar de 1964, acentuando as desigualdades no meio rural e no meio urbano não só no estado de Goiás, mas em todo país.

Nesse período, as expectativas de realização de uma reforma agrária mudam de foco, visto que ela deixa de ser questão política para se tornar um problema técnico, dissociando-a da violência recorrente contra lideranças políticas e sindicais, que levou à cassação de direitos

políticos, prisões, entre outras ações ligadas à luta pela terra e contra a concentração de propriedade fundiária. Isto é, de acordo com Medeiros (2003) o processo de modernização da agricultura, além de desfavorecer a pequena propriedade, também influenciou negativamente o equacionamento da questão relativa à reforma agrária no Brasil:

[...] no rearranjo de forças políticas que se seguiu ao golpe, a possibilidade de uma reforma agrária com base na desapropriação foi posta de lado, em favor de um modelo fundado no apoio à modernização tecnológica das grandes propriedades, incentivos fiscais e crédito farto e barato. (MEDEIROS, 2003, p. 25).

Com o golpe de 1964, os movimentos organizados no campo foram afetados radicalmente. As ligas camponesas e outras organizações políticas foram duramente reprimidas, reduzindo o espaço social para inserção do conceito de campesinato, substituído pelo discurso do governo militar de colonização, de ocupação dos espaços vazios e de transformação tecnológica. As ligas camponesas surgiram por volta de 1945, ligadas ao partido comunista e tinham como finalidade organizar os camponeses para se oporem e resistirem à expropriação e expulsão da terra, e como recusa ao assalariamento.

Mediante a lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, o conjunto dos agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, divididos em pequenos, médios e grandes. Assim sendo, os ‘camponeses’ passam então a ser tratados como pequenos produtores (NETO; BERGAMASCO, 2017). Após o Golpe Militar iniciam-se os programas de desenvolvimento econômico e regional materializados no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). De acordo com Ferreira (2016, p. 101) o Plano tinha como objetivo:

[...] organizar o território brasileiro, com base em uma lógica geopolítica, que buscava a integração nacional, por meio da expansão da “fronteira econômica” do país a partir do centro-sul, em direção ao Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste, de forma rápida e combinada. Segundo Costa (2000) o conceito de “fronteira econômica” era aplicado para várias instâncias, como fronteira agrícola, industrial, agroindustrial, urbana, de infraestrutura regional, etc., além disso, os planos de desenvolvimento regional eram direcionados tanto para as áreas mais desenvolvidas do país, quanto para áreas em desenvolvimento.

Enquanto a distribuição de terras se alastra pelo Brasil, assistimos à territorialização do capital no bioma Cerrado via agronegócio, principalmente a partir da década de 1980. Utilizamos o conceito de agronegócio como sendo um bloco econômico e de poder bastante amplo e internacionalizado, relacionado às diversas atividades agrícolas, agrárias e estratégicas para o desenvolvimento do setor agrícola (CALAÇA; DIAS, 2010).

Somente com a redemocratização do país, as atividades desenvolvidas por segmentos sociais começam a alterar as relações entre Estado e sociedade civil. Neste contexto, novos espaços de participação social foram reestabelecidos, criando condições para elaboração e proposições de PP, regras e instrumentos institucionalizados, assinaladas por fenômenos globais e setoriais, que passaram a orientar as ações do Estado. Essas orientações afetaram e afetam as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

É a partir de 1985 que se iniciam alguns avanços na direção da reforma agrária, viabilizados pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), cujo objetivo era a aplicação rápida ao Estatuto da Terra<sup>1</sup> (MEDEIROS, 2002), garantindo, entre outros aspectos, ampla política agrícola para viabilizar a produção dos assentamentos e outros agricultores familiares (BERGAMASCO; NODER, 1996). O termo ‘assentamento rural’ foi criado no bojo das políticas públicas e de ações que visam a regularização e desapropriação de imóveis rurais, até a destinação de terras a populações que, desprovidas desse bem, ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado (MEDEIRO; LEITE, 2004). Com a visibilidade política dos movimentos sociais e de novos atores e mudanças na institucionalidade do sistema político brasileiro, foi possível a concretização de centenas de assentamentos rurais por todo país (DELGADO, 2007, p. 176).

No entanto, com o discurso declarado à preservação do direito de propriedade, nesse mesmo ano cria-se a União Democrática Ruralista (UDR<sup>2</sup>), denominados ruralistas, para impedir a aprovação de projetos de lei a favor da reforma agrária. Trata-se de uma instituição que mobilizou fazendeiros para pressionar os governos contra a realização do PNRA. Nesse contexto, os ruralistas conseguiram impor diversos recuos na programação do governo (BERGAMASCO; NORBER, 1996).

Entre idas e vindas, o processo de reforma agrária no Brasil seguiu com inúmeras inconsistências. No governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), os sem-terra sofreram forte repressão, afetando principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inviabilizando, em vários sentidos, o processo de luta e de territorialização dos assentamentos. O líder da UDR, Ronaldo Caiado, que já passou por vários cargos políticos - os

---

<sup>1</sup> Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha (BRASIL, 1964).

<sup>2</sup> UDR - A União Democrática Ruralista se apresenta como uma entidade associativa brasileira que reúne grandes proprietários rurais e tem como objetivo declarado "a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País".

dois últimos foi Senador da República (no período 2015 a 2018). É governador do estado de Goiás, foi considerado o principal articulador e o primeiro presidente da entidade, sendo figura representativa na defesa dos latifúndios. Caiado é fazendeiro, pertencente a uma tradicional família de políticos do estado de Goiás. A entrada da UDR foi imediatamente aceita entre os latifundiários e médios proprietários rurais, que fizeram o uso da força como o instrumento para impedir ocupações de terras.

Marques (2004) afirma que a forte oposição dos grandes proprietários rurais, representados pela UDR, com a base ruralista, e os compromissos assumidos no governo José Sarney (1985-1990) fizeram com que o I PNRA estivesse longe de atingir suas metas. O Plano seguiu com inúmeras alterações em relação à proposta original, ficando clara a hegemonia dos grandes proprietários de terras. Entre as mudanças importantes no Plano, a desapropriação por interesse social deixa de ser prioridade dando-se preferência para ocupação de terras públicas, ou seja:

[...] houve uma clara tentativa de deslocar a luta pela terra para os locais mais afastados e desabilitados do país, sobretudo em áreas de fronteira agrícolas, o que, mesmo assim, não evitou a concentração fundiária nem os conflitos pela posse de terra. (BERGAMASCO; NORBER, 1996, p.21).

Nesse interstício, enquanto ocorre a territorialização da agricultura moderna no estado de Goiás, também se tornam visíveis as pressões por reforma agrária no estado. Diante das mobilizações de trabalhadores rurais e da organização dos camponeses em torno da luta pela reforma agrária, o governo viu-se obrigado a ceder às pressões sociais dos movimentos, dando início a implementação de assentamentos no estado. Embora a primeira ocupação se dê na Fazenda Estiva (que, mais tarde, originou o assentamento São João do Bugre na cidade de Goiás (GO)), foi a ocupação da Fazenda Mosquito, no mesmo município, que foi reconhecida pelo INCRA. Esta ocupação foi também o primeiro projeto de assentamento de reforma agrária do estado de Goiás, no ano de 1986 (ALMEIDA, 2009).

A formação do assentamento Mosquito motivou a possibilidade de outros sem-terra se inserirem no campo por meio da reforma agrária. O cenário das lutas pelo acesso à terra começou a mudar em tal perspectiva, tendo dado início a um processo de desterritorialização e formação de uma nova conjuntura rural por meio dos assentamentos no estado (SOUZA *et al.* 2005).

A partir dessas resistências, o governador do estado de Goiás dessa época, Iris Resende (1983-1986), com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Goiás

(FETAEG), lançou em 1986 campanha pela instituição do Comodato<sup>3</sup>, modalidade que foi imediatamente rechaçada pelos partidos políticos, CPT e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Contraditoriamente, os assentamentos Tijuqueiro I e Tijuqueiro II no município de Morrinhos, objeto da presente pesquisa, entraram nesse sistema de comodato até as liberações das terras por meio da reforma agrária (BERTTI, 2002).

Enquanto os ruralistas faziam o uso da força e da violência para impedir ocupações de terras, o MST orientava as famílias a buscarem terras improdutivas, sendo este o direcionamento utilizado como estratégia política de luta pela terra e de reforma agrária. Contudo e ao mesmo tempo, a violência no campo aumentou de forma expressiva não só no estado de Goiás, como em todo território brasileiro, predominando o poder coercitivo:

Enquanto a política do MST era a de colocar a nu a terra improdutiva e a grilagem de terra pelos latifundiários, a resposta foi a violência policial ou a criminalização das lideranças. São os casos do Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, do massacre de Corumbiara, em Rondônia e Eldorado do Carajás, no Pará. (OLIVEIRA, 2001, p. 201).

Mediante essas circunstâncias, o tema reforma agrária volta à agenda política, ganhando legitimidade na sociedade brasileira. Após inúmeras reivindicações e mobilizações populares, tanto urbanas quanto rurais, vão surgir em vários estados debates em torno da realização da reforma agrária. Camponeses sem terra passaram a protestar contra a estrutura vigente e, a partir daí, começaram a se organizar em comunidades e a ocupar grandes propriedades improdutivas, constituindo-se em famílias camponesas organizadas por meio de movimentos, principalmente o MST.

O MST, em oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar vem lutando, ao longo dos anos, pela garantia de acesso à terra para ocupação de latifúndios. Diante disso, os movimentos sociais passaram da resistência isolada em posses antigas à ocupação de áreas improdutivas em um processo de espacialização e territorialização (FERNANDES, 1999). Nesta mesma linha, Sauer (2008) afirma que:

[...] a luta pela reforma agrária, com a consecutiva democratização da propriedade fundiária, ampliação e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa promove mudanças tantos no meio rural, alterando bases e princípios do atual modelo agropecuário, quanto na estrutura econômica, política e cultural da sociedade como um todo. A constituição dos sujeitos políticos e a integração social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de alargarem as perspectivas de trabalho e de vida,

---

<sup>3</sup> O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto. É o contrato gratuito pelo qual alguém (comodante) entrega a outrem (comodatário) uma coisa infungível, para que dela se utilize, gratuitamente, e a restitua, depois (BRASIL, 2002).

alteram a correlação de forças, permitindo a democratização das relações sociais. (SAUER, 2008, p. 50).

O período também é marcado pela luta dos pequenos produtores por direitos que até então estiveram esquecidos, começando a ganhar força a denominação ‘agricultura familiar’. O conceito de pequena produção transmutou-se para agricultura familiar. Esse novo grupo passou a congrega o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre tantos outros (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

Com a força política dos movimentos sociais foram criadas condições favoráveis à consolidação da agricultura familiar, que além de conceituá-la como categoria social e política, também viabilizaram espaço na concepção de políticas de desenvolvimento rural, ações e projetos direcionados às famílias rurais. Esse novo cenário permitiu a ampliação das discussões acerca dos impasses da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico, da segurança alimentar e nutricional e da importância da produção de alimentos em pequena escala para o mercado interno.

Nesse período também ganha destaque o debate sobre a Soberania Alimentar no sentido de dar importância para os pequenos produtores, tendo como premissa que o debate sobre soberania alimentar:

É indissociável de um conceito de produção de pequena escala no qual a tônica é a autogestão e a diversidade criativa e criadora, é também pensado na perspectiva dos circuitos curtos de distribuição e consumo, cujo diferencial está na parcimônia energética e no pressuposto das trocas virtuosas, em que há lugar para muitos. (PAULINO, 2015, p. 189).

Contraditoriamente e mesmo que os agricultores familiares tenham conseguido visibilidade e oportunidades para se desenvolverem, as mudanças no modo de produzir e organizar a produção agrícola também provocaram instabilidade. Isto é, movimentos antirreforma agrária e em prol da ‘modernização’ permaneceram hegemônicos na definição de PP que acabaram por restringir as opções dos pequenos agricultores no sentido de terem que se adequar às condições impostas pelas alterações do sistema agroalimentar. Essas condições se expressam também na absorção de novas tecnologias e conhecimentos atualizados para que possam atender a um mercado cada vez mais exigente.

Além do mais, e como regra geral, esses agricultores dispõem de áreas pequenas de terra, principalmente quando se trata de agricultores assentados. Esse fato torna as possibilidades reduzidas para acessar essas tecnologias e uma das consequências foi – e tem sido – a redução das opções, em termos de estratégias, para muitos dos agricultores familiares.

Muitos migram para a cidade e/ou trabalham como empregados em tempo parcial. De acordo com Lamarche (1993), nos países industrializados, muitos dos ‘exploradores familiares’ desapareceram porque não puderam modificar seu sistema de produção e adaptá-lo às novas exigências do mercado. A exploração familiar:

[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15).

Por outro lado, Schneider (2003) afirma que a agricultura familiar dispõe de uma heterogeneidade de formas de reprodução, surgindo novas abordagens e categorias explicativas. Essas procuram esclarecer as várias possibilidades que os agricultores vêm buscando para sua reprodução socioeconômica associada à permanência no campo.

Entretanto, os desafios a serem enfrentados para que o agricultor familiar possa manter seu espaço produtivo frente à modernização da agricultura, à pressão exercida pelo latifundiário, à falta e/ou oscilação de PP específicas, entre tantos outros aspectos, precisam ser debatidos. Entre esses desafios está a forma que o sistema agroalimentar vem se conformando para a compreensão da dinâmica das famílias rurais.

Todas essas possibilidades colocadas para a agricultura familiar se defrontam com a reconhecida força econômica e poder político do modelo empresarial brasileiro e no estado goiano, o que impede a agricultura familiar e sua viabilidade de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Diante disso, no próximo tópico apresentaremos a realidade da agricultura goiana analisando-a a partir das reflexões acerca do agronegócio e agricultura familiar no estado e os reflexos para o município de Morrinhos.

### **2.3 Agronegócio em Goiás e seus reflexos para o município de Morrinhos**

Tendo em conta a modernização do campo no estado de Goiás e seus reflexos no município de Morrinhos, a reorganização do território e as alterações nas relações de poder e nas dinâmicas territoriais, o presente trabalho aponta como problemática as formas que os agricultores familiares estão reagindo a esse contexto. Busca-se, assim, conhecer ao mesmo tempo: a) os fatores dos processos de transformação em curso que mais incidem sobre a reprodução socioeconômica das famílias rurais; e b) o que essas famílias estão fazendo e

pensando em fazer em face a esses processos em curso, e quais alternativas estão criando. Enfim, trata-se de conhecer melhor os processos de produção e reprodução na agricultura familiar a partir do estudo de caso dos agricultores assentados no município de Morrinhos (GO).

Tanto o debate acerca do agronegócio, quanto o da agricultura familiar costumam ser tratados de maneira muito polarizada. Essa dicotomia gerou e ainda gera inúmeras discussões acerca de constantes disputas políticas e econômicas. Schneider (2009), ao abordar esse dualismo, afirma que, mesmo não sendo independentes em sua dinâmica, trata-se de propostas antagônicas de desenvolvimento rural. Na mesma direção, Delgado (2010) assinala que, embora tenham sido criadas várias políticas voltadas para o meio rural, sempre foi mantida a prioridade para a agricultura empresarial, eliminando alternativas mais consistentes para mudar o padrão predominante de modernização da agricultura.

As reflexões acerca do agronegócio e da agricultura familiar em Goiás sugerem uma compreensão do processo de desenvolvimento em suas diferentes dimensões, passando pelo avanço das fronteiras e a forma de ocupação do território. Essa nova conformação contribuiu e contribui, direta ou indiretamente, para a reprodução dos agricultores, bem como para disputas territoriais no estado. Por meio de incentivos fiscais, como isenção de impostos, financiamentos para infraestrutura e outras políticas públicas ancoradas na visão produtivista, em pouco tempo as áreas do Centro-Oeste foram transformadas nas mais produtivas do país. Em contrapartida, observou-se também a desarticulação dos sistemas produtivos familiares, com a conseqüente migração dos agricultores para os centros urbanos, além de impactos socioambientais negativos em função da intensificação e expansão do capitalismo no campo.

De acordo com Delgado (2012), há uma contradição na estratégia de expansão agrícola em curso, impondo à sociedade brasileira a utilização intensiva de agroquímicos e a abertura de novas áreas, adotando formas de reprodução incoerentes com várias exigências da saúde e sanidade dos alimentos e dos recursos naturais utilizados.

Nesse contexto, o estado de Goiás compõe um quadro moldado por um crescimento pautado na política do Governo Federal, voltada para a ocupação e desenvolvimento do interior brasileiro, onde as ações públicas tiveram papel relevante na expansão da fronteira econômica tanto no país, quanto no estado. A política de crédito rural subsidiado permitiu reunir os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária, permitindo ao estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política financeira expansionista (SILVA, 1996).



Na esteira da expansão agrícola vários investimentos em infraestrutura e modernização agrícola chegaram ao território goiano de forma diferenciada, e mudaram em pouco tempo o perfil de sua economia e da sociedade, dando espaço a uma nova configuração socioespacial e territorial:

As transformações ocorridas a partir das décadas de 1930 e 1940, no Brasil, abriram as portas para um processo de interiorização do território nacional com forte teor político: ocupar os espaços “vazios” do Oeste era uma forma de garantir a presença e a autoridade dos agentes oficiais. O Estado, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), difundiu o discurso da Marcha para o Oeste, até sua materialização por meio das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN). (...). Estava em curso um processo de incorporação de regiões “não civilizadas”, localizadas no interior país, com o objetivo de inseri-las nas atividades organizadas para a reprodução ampliada do capital sediado na região concentrada. Tal processo pautou-se em uma ocupação especulativa de terras e cumpriu um papel decisivo no preenchimento dos espaços vazios localizados no território nacional. (FREITAS; MELLO, 2014, p. 473).

Os poucos projetos de inserção do espaço rural no cenário nacional ora se basearam nos projetos de colonização com a ocupação de espaços vazios que levariam ao ‘amansamento’ das terras para o capital, ora pelo avanço da fronteira agrícola sob o modelo do agronegócio (HORA *et al.*, 2019, p. 143).

No decorrer dos anos e em face de um cenário bastante competitivo entre Unidades da Federação, o estado de Goiás se apresentou como um dos mais ativos na política de incentivos fiscais (ARAÚJO, 2016), visando a ampliação do parque industrial no estado. Corrobora neste sentido o fato de que em 1971 foi criado o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio (FEINCOM), cujo propósito era oferecer uma infraestrutura básica, como energia elétrica, serviço de comunicação, tratamento de esgoto, fornecimento de água e estradas com intuito de receber novas indústrias (AMARAL, 2016). Além disso, alguns programas foram relevantes para a expansão da fronteira agrícola goiana e para divulgar a agricultura moderna no Cerrado, dentre eles estão o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). O primeiro, criado em 1975, teve como objetivo a modernização da atividade agropecuária da região, com a ocupação do Cerrado de modo ordenado e racional, estimulando-se, assim, a agropecuária.

Segundo Queiroz (2010, p. 53), o POLOCENTRO teve como orientação principal promover a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais. Suas principais metas foram a criação de linhas de crédito e financiamento rural, acelerando e fortalecendo o processo de capitalização das propriedades rurais por meio da imposição de processos de mecanização, aquisição de insumos modernos e fertilizantes,

orientando-se para o fortalecimento das grandes propriedades. Já o PRODECER visava atender às médias propriedades produtoras de grãos, orientado pela aliança cooperativa entre o Brasil e Japão instituída em 1976. O programa propiciou investimentos fundiários, investimentos para cobrir custos da exploração produtiva da terra e investimentos em infraestrutura (PARANAIBA, 2012). Esse processo de internacionalização da agropecuária efetivada no Cerrado ainda atenderia aos interesses internacionais à medida que se daria pela aquisição por parte de produtores brasileiros de maquinário e insumos. Consequentemente essas medidas ampliaram o cultivo e oferta de produtos agropecuários para o mercado internacional.

Em 1984, o FEINCOM foi sucedido pelo Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), visando incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovessem o desenvolvimento industrial do estado (ARAÚJO, 2016). Em meio a críticas, falhas contingentes e diversas modificações na legislação, o programa FOMENTAR também foi encerrado no ano de 1999, sendo substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR). O PRODUZIR tem sido, desde então, o principal instrumento utilizado pelo governo para atrair novos empreendimentos para o estado e acelerar o processo de industrialização, contribuindo para a implantação de novas indústrias e expansão, modernização e diversificação das indústrias goianas. Desta forma, um dos aspectos mais importantes do PRODUZIR refere-se à sua aplicação com vistas a incentivar o desenvolvimento industrial (BORGES, 2014).

O crescimento e especialização da agricultura em Goiás se deu em razão da expansão da fronteira agrícola do Sudeste, advindo pela valorização da industrialização e a criação de uma infraestrutura voltada para o transporte, visando melhorar as condições de comercialização (BORGES, 1996). Foi por meio dos programas FOMENTAR e PRODUZIR que foram desenvolvidas diversas estratégias para atrair indústrias, de vários seguimentos e setores, mediante a concessão de benefícios fiscais e de créditos.

Diante disso, o estado de Goiás passa a integrar de forma expressiva o cenário agropecuário nacional desde a década de 1970, estimulado pelos esforços estatais em atrair indústrias. Esses esforços foram fundamentais para a territorialização de grandes empresas agropecuárias vinculadas a um amplo processo de modernização econômica e de acumulação de capital, confirmando o fato de que a expansão da fronteira agrícola e a promoção do desenvolvimento formaram o pano de fundo de todo esse processo (FRANCISCO, 2015).

De acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB) os investimentos industriais foram responsáveis pelo adensamento das cadeias produtivas do agronegócio e pela diversificação da

estrutura produtiva, como: indústrias de fabricação de etanol e açúcar, fabricação e montagem de automóveis, medicamentos genéricos, além da elevação de investimentos da produção mineral. O agronegócio dinâmico vem se consolidando nessas últimas décadas desde o produtor até o beneficiamento e venda dos produtos agropecuários.

De acordo com estimativas do Instituto Mauro Borges (IMB), o estado de Goiás ocupava a nona posição na economia brasileira com PIB de R\$ 189 bilhões no ano de 2017, o que representa 2,8% do PIB nacional. E a estratégia de desenvolvimento adotada por sucessivos governos, ao longo dos anos, esteve baseada no estímulo à atração de empreendimentos industriais. Assim sendo, a agricultura no estado segue o ritmo da modernização, alterando toda estrutura da economia goiana, alavancando a agricultura voltada para agroindústria e para exportação de produtos agrícolas.

Isto é, as ações e estratégias do estado para o desenvolvimento se deram em torno da agricultura em larga escala. Conforme Calaça (2014, p. 6), os produtos de maior expansão a partir do ano 2000 foram a soja, o milho e a cana-de-açúcar. A mandioca e o arroz, culturas predominantes na ‘agricultura camponesa’, tiveram redução gradativa da área plantada no período. Ainda de acordo com o autor, o crescimento da área ocupada pelos ‘cultivos comerciais’ está relacionado à estratégia de expansão dos investimentos de capital no setor agroindustrial dentro da lógica do agronegócio, sendo financiados por bancos públicos, com juros subsidiados e longos prazos para pagar:

Concomitantemente à expansão da sojicultura, verifica-se a redução da produção de arroz, um produto tradicional da lógica da reprodução do campesinato goiano. A expansão das lavouras comerciais, associada a outros fatores, implicou em [...] refluxo das lavouras destinadas ao abastecimento interno e ao autoconsumo, base de sustentação da unidade de produção camponesa [...]. Esta é uma consequência da dominação e da subordinação, imposta aos camponeses pelos princípios do agronegócio (Calaça, 2014).

Segundo Arrais (2007, p. 2), “a modernização da agricultura em Goiás ocorreu tanto pela ampliação da área plantada, quanto pela intensificação da produtividade, por meio do uso de maquinário e insumos agrícolas”. Diante disso, nas áreas de cerrado como um todo, passaram a predominar as grandes propriedades, ocupando o espaço da agricultura familiar e das pequenas propriedades (SANTOS, 2017, p. 91). Houve uma mudança visível que alterou de forma significativa o mundo rural goiano (ESTEVAM, 2004, p. 78).

Corroborando com Misnerovicz (2015) na medida em que a concentração econômica e fundiária se eleva, maiores são as dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais. Com a facilidade de escoamento da produção de Goiás para outros estados, a agricultura familiar vem

sendo substituída por culturas intensivas, transformando o modo de vida e as atividades produtivas anteriores e efetivando a integração regional:

[...] pode-se dizer que no que se refere a sua estrutura fundiária, quanto mais concentrada for esta, mais injusta e mais desequilibrada será a totalidade social. Por isso, pode-se dizer que a concentração da terra em Goiás é causa principal dos problemas econômicos, sociais, políticos, culturais, de violência e destruição ambiental. No Estado em que a agropecuária é a principal atividade econômica, ao se concentrar a terra concentra-se a riqueza e a renda, fortalecendo a desigualdade socioeconômica e gerando desequilíbrio na sociedade, ou seja, a perversidade está na natureza da estrutura fundiária latifundiária circunscrita. (MISNEROVICZ, 2015, p. 79-80).

Conforme Arrais (2007, p. 6), “o fato de o estado de Goiás estar no centro do país e ter assumido o papel de fronteira agrícola foi fator decisivo na rapidez das transformações socioeconômicas e no conseqüente grau de desigualdade regional”. Ianni (1984) aponta essas desigualdades sociais como sendo:

Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e ideias. (IANNI, 1984, p. 243).

Recentemente, Goiás figura entre os maiores produtores de soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão em nível nacional. Na pecuária, é destaque em rebanho bovino e está entre os maiores produtores nacionais de suínos, equinos, aves, leite e ovos, e mostra-se bastante competitivo no abate de bovinos, suínos e aves. As atividades agropecuárias e minerais são destaques na produção de “commodities” para exportação (IBGE, 2019). Ademais, inúmeras empresas do agronegócio com filiais instaladas no estado estão entre as que lideram o ranking brasileiro nos setores onde atuam, como: Archer Daniels Midland (ADM), na cidade de Ipameri (GO); Brasil Foods (BRF), em Buriti Alegre (GO); Syngenta e COMIGO, em Rio Verde (GO); Caramuru Alimentos, Itumbiara (GO); Monsanto-Bayer, Complem e Central Energética Morrinhos (CEM) em Morrinhos (GO), entre outras (REVISTA EXAME, 2017; RASTRO RURAL, 2018).

O conjunto de fatos trazidos ao longo deste capítulo nos ajuda na compreensão da estratégia das forças do capitalismo no campo e a modernização da agricultura, auxiliando também na compreensão mediante a realidade vivenciadas pelas famílias rurais. Ao longo do século XX e das primeiras décadas século XXI, as desigualdades regionais cresceram. Neste

contexto, o Estado passa a interferir no padrão de integração regional, aumentando as desigualdades entre as regiões e, paradoxalmente, com a necessidade de intervenção para reduzi-las por meio de planejamento regional (ARRAIS, 2007, p. 04). Ianni (1984) afirma que a manutenção dessas desigualdades se dá, sobretudo, pela flexibilidade e, com as possibilidades de movimento de ocupação territorial interna, o processo de ocupação e povoamento parece não terminar.

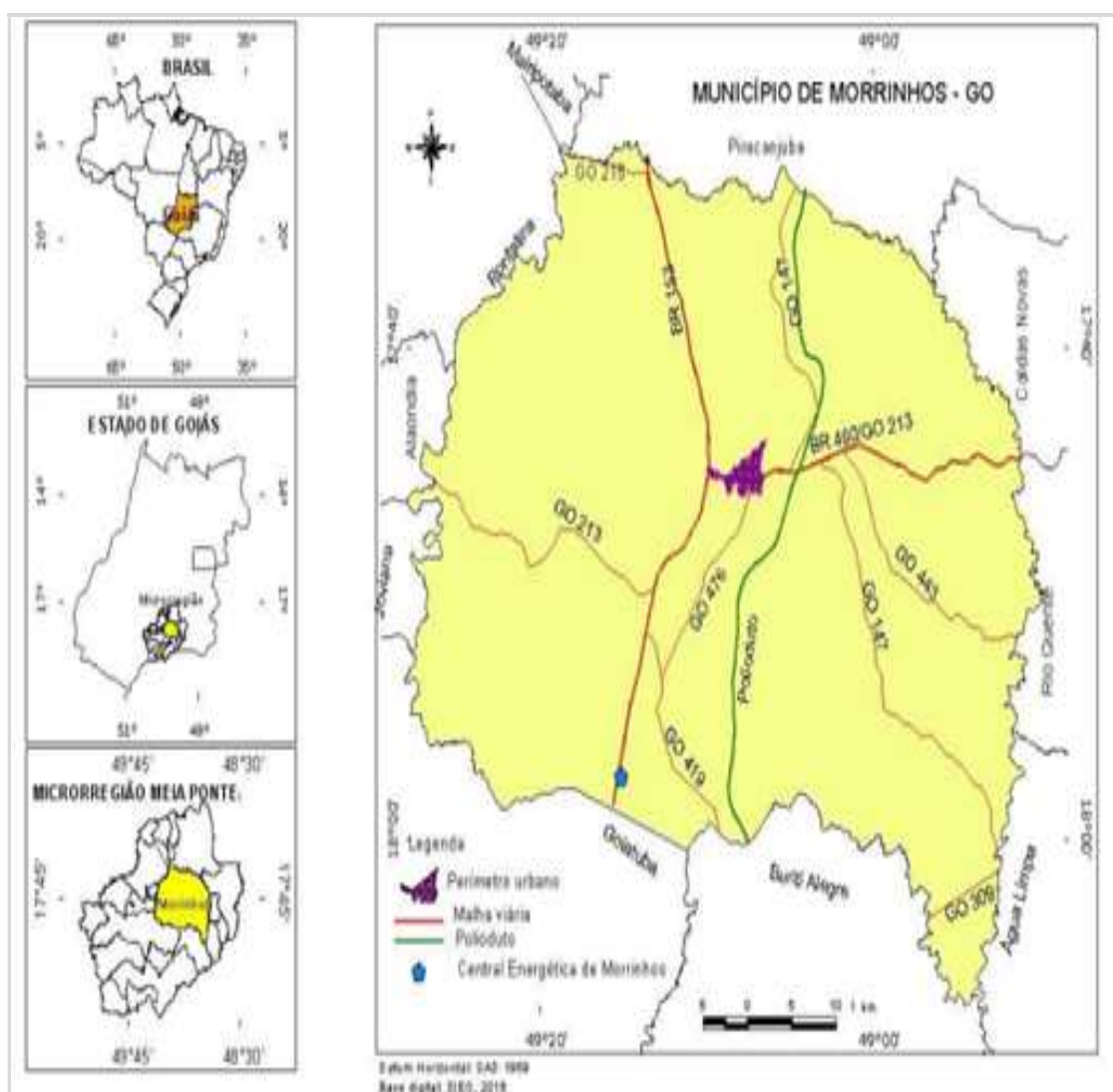
O trabalhador rural é o elo mais fraco, na cadeia do sistema produtivo que começa com a sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco (IANNI, 1984, p. 125).

Para Salgado *et al.* (2010), essa desigualdade gerou problemas ao longo dos anos como a periferização, a violência urbana, o desemprego, a degradação ambiental etc., atingindo diversas regiões goianas. Isso motivou as diferentes visões de planejamento em Goiás. O Estado se coloca como um território de modernização acelerada em razão dos aportes sociais, econômicos, culturais, todavia, esse quadro também apresenta as desigualdades.

Com o processo de modernização, as alterações no ordenamento de todo território goiano foram intensificadas com mudanças que incluem o sistema produtivo, as relações socioespaciais e o comportamento cultural. Pode-se então pressupor que essas alterações geram instabilidade social e econômica aos agricultores familiares, uma vez que essas famílias sempre enfrentaram condições de desvantagem para acessar, produzir e comercializar seus produtos. Essa ‘desvantagem’ também se manifesta nos processos de concorrência com as grandes propriedades que, geralmente, contam com incentivos maiores, insumos, assistência técnica e, sobretudo, o apoio de políticas públicas consistentes, o que dificulta ou até inviabiliza a inserção de agricultores familiares nos mercados de forma efetiva.

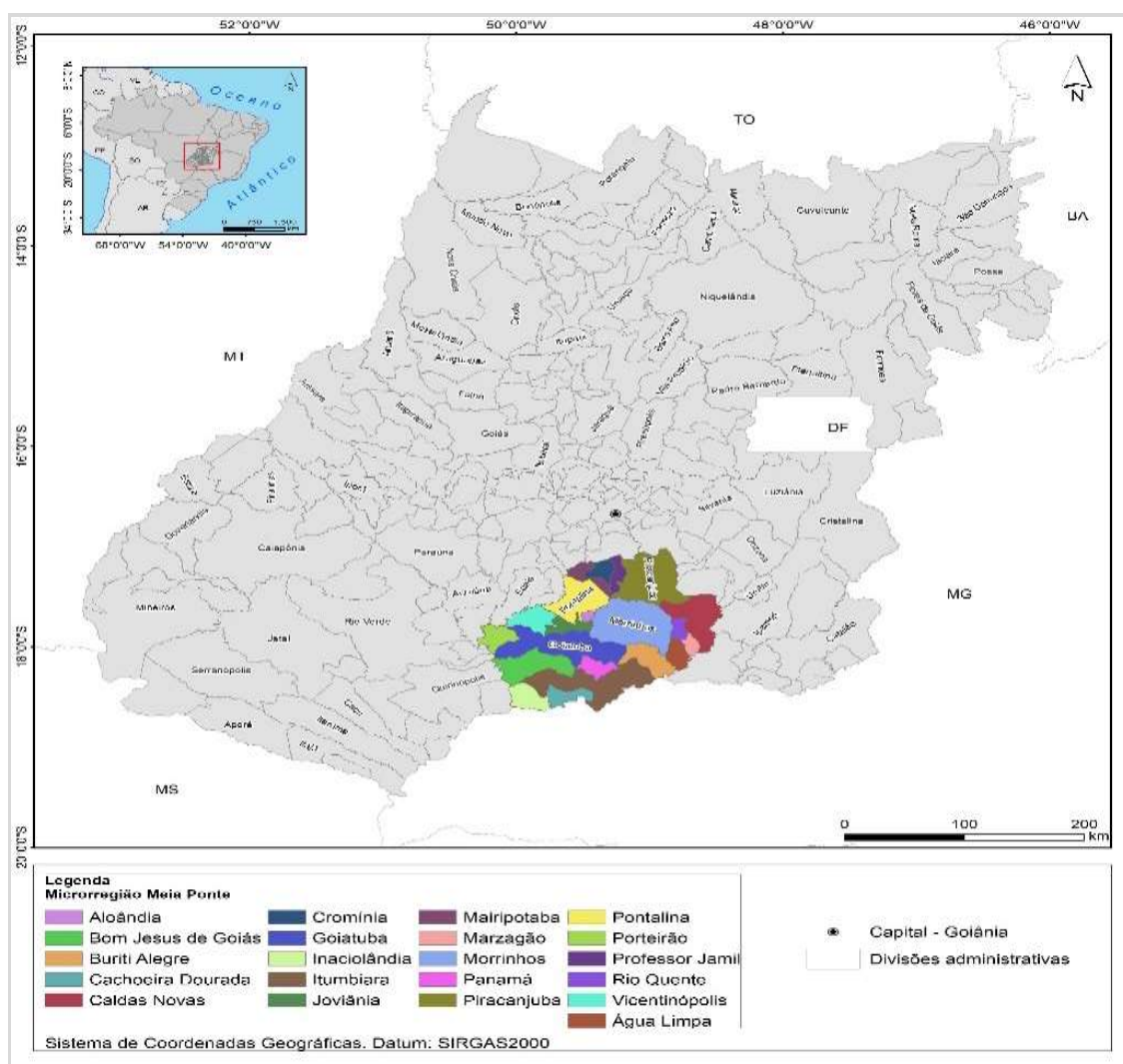
O crescimento econômico e excludente agravou a concentração de riquezas e o desequilíbrio nas relações de poder, ocasionando a marginalização da agricultura familiar, visto que os benefícios econômicos e sociais, quando é possível acessá-los, nem sempre são suficientes para auxiliar na consolidação da autonomia socioeconômica de maneira sustentável no âmbito desse grupo social e dessa forma de organização social da produção rural. As transformações que ocorreram no estado provocaram mudanças no espaço rural e urbano dos municípios goianos, e Morrinhos não foge à regra. Esse município, onde estão situados os assentados, também experimenta intensas transformações, principalmente a partir da década de 1990, destacando-se em várias atividades agrícolas e tendo a modernização do campo como uma das características diante dos novos usos do território.

De acordo com Vieira (2010), as mudanças em relação ao avanço do agronegócio e do setor sucroenergético vêm gerando problemas ambientais no município, como o aumento do uso de agrotóxicos, o desmatamento de matas ciliares, o assoreamento dos cursos de água e a má utilização dos recursos hídricos (o município possui 157 pivôs). Esses problemas são ainda agravados pelo não cumprimento das leis ambientais, sugerindo que as relações de poder forjadas no âmbito da atuação do Estado fizeram com que surgisse um novo contexto, com técnicas e procedimentos que causaram um processo de reordenamento do uso das áreas nesse território. De forma concomitante, a consolidação da modernização do campo no estado de Goiás, acompanhada da enorme força política daí decorrente, também se manifesta no município de Morrinhos. A figura 1 apresenta a localização geográfica do município.



**Figura 1** - Localização geográfica do Município de Morrinhos – Goiás. Fonte: Dias e Marcelino, 2016, p.30.

A ocupação do território remonta ao início do século XIX, quando famílias vindas de Minas Gerais se estabeleceram na região e iniciaram os primeiros cultivos e a criação de rebanhos. O nome da cidade foi inspirado em três acidentes geográficos na região: Morro do Ovo, que dá acesso à cidade de Piracanjuba (GO); Morro da Cruz, local que fica a estátua do Cristo Redentor na região central da cidade; e Morro da Saudade, que fica localizado na saída da cidade, sentido Caldas Novas (GO). Morrinhos faz parte da microrregião Meia Ponte, com 26 municípios, integrando a mesorregião do Sul Goiano, com 82 municípios. A Figura 2 apresenta a microrregião do Sul Goiano.



**Figura 2** - Municípios da Microrregião do Meia Ponte. Fonte: Autoria própria, 2017.

O município se estende por 2.846,199 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica é de 14,57 habitantes por km<sup>2</sup> no município e o IDHM é de 0,734 (IBGE, 2010). O PIB *per capita* em 2017 era de R\$ 28.084,89. Sendo contemplado por uma importante via, a BR-153.

Recentemente o trecho de 204 km entre Goiânia e Itumbiara (GO) – uma das cidades próximas ao município (87km) foi duplicado dada a sua importância para a intensa circulação de pessoas e de mercadorias.

Compreendemos que a dinâmica territorial se refere às mudanças na relação entre o território e os atores sociais que nele permanecem. Nesta perspectiva, o espaço urbano e rural do município de Morrinhos foi bastante modificado devido ao tipo de ‘desenvolvimento’ colocado em prática pela ‘modernização do campo’, inicialmente pela produção agropecuária e depois pelas agroindústrias instaladas em seu território. Até a década de 1980 a população municipal era predominantemente rural e, seguindo a tendência imposta pela industrialização, houve inversão nesse indicador (SILVA, 2006). Conforme pode se observar na Tabela 1 o processo de urbanização altera-se na década de 1980, sendo intensificado a partir da década de 1990:

**Tabela 1** - População nos Censos Demográficos por situação de domicílio - 1970-2010.

ANO	GOIÁS				MORRINHOS			
	Urbana	%	Rural	%	Urbana	%	Rural	%
<b>1970</b>	1.134.242	<b>46,11</b>	1.325.765	<b>53,89</b>	14.063	<b>44,40</b>	17.609	<b>55,60</b>
<b>1980</b>	2.172.965	<b>62,29</b>	1.056.254	<b>32,71</b>	20.216	<b>62,94</b>	11.906	<b>37,06</b>
<b>1991</b>	3.241.119	<b>80,77</b>	771.443	<b>19,23</b>	25.247	<b>77,87</b>	7.175	<b>22,13</b>
<b>2000</b>	4.390.660	<b>87,88</b>	605.779	<b>12,12</b>	30.881	<b>83,63</b>	6.045	<b>16,37</b>
<b>2010</b>	5.420.714	<b>90,29</b>	583.074	<b>9,71</b>	35.959	<b>86,73</b>	5.501	<b>13,27</b>

Fonte: IBGE, 2010.

A dinâmica territorial leva à discussão dos processos de desenvolvimento localizado, tendo como resultado o tipo e o grau de interação que existe entre o território, o seu sistema produtivo e os sistemas territoriais (MORAES, 2015). Raffestin (1993) ao escrever “Por uma Geografia do Poder”, afirma que o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço:

[...] o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

De outro prisma, Cazella *et al.* (2009, p. 61) afirma que “as dinâmicas territoriais podem ser entendidas como o resultado de interações entre componentes econômicos, sociais, ambientais e espaciais do território”. Em suas diferentes acepções, o território pode ser pensado



a partir das relações de poder entre os diferentes sujeitos, instituições e relações sociais. Compreende-se que, diante das dimensões de poder e o controle social advindo dos territórios, é possível problematizar a questão do seu processo de transformação e o quanto isso prevalece nos dias atuais. Conforme Fernandes (2013) os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais:

O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região é o lugar, que possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade. (FERNANDES, 2013, p. 285).

Considerando Raffestin (1993) e Fernandes (2013), buscamos entender a dinâmica do território de Morrinhos no processo de apropriação do espaço e as relações de poder, visto que o município traz em sua história grandes nomes no cenário político goiano, com várias representações no Legislativo Estadual até a década de 1950. Ao longo dos anos, a representação política do município declinou até se tornar inexpressiva. A existência desse grupo político foi determinante para projetar o município no cenário regional, auxiliando no processo de apropriação do território em termos de estruturação e de relações sociais, econômicas e políticas. Todavia, Morrinhos não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento das cidades vizinhas (SANTOS; LUZ, 2013).

As alterações que se deram nas relações da produção agropecuária contribuíram para uma nova dinâmica, permitindo a modernização das estruturas técnicas e produtivas, e reordenando o território. A produção passa a atender o mercado, tanto na escala local, como na externa. E ainda, as práticas agropecuárias existentes nesse espaço foram substituídas por novas práticas, alterando a vida dos trabalhadores que ocupam o território (SANTOS, 2017).

Ao estudar as características do município de Morrinhos, buscamos conhecer os reflexos e as consequências que a modernização do campo trouxe para o município, procurando identificar as principais tendências e o que elas influenciam na vida dos agricultores assentados. De acordo com Santos (2017), Morrinhos apresenta-se atrativa para a economia e para fixação e desenvolvimento dos fluxos de recursos subvencionados, nos quais as pessoas vão em busca de empregos gerados por empresas instaladas no município, com o advento de programas de incentivos fiscais que o estado oferece para estabelecimento no território.

O município conta com diversas indústrias, principalmente na área de laticínios e conservas, sendo um dos maiores responsáveis pelo abastecimento de produtos lácteos no estado de Goiás. As principais empresas de Morrinhos podem ser vistas no Quadro 1.

**Quadro 1 - Empresas de Morrinhos (GO).**

<b>EMPRESA</b>	<b>RAMO</b>
Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (COMPLEM)	Produção de leite
Central Energética Morrinhos (CEM)	Produção de cana
Dez Alimentos	Produtos enlatados
Indústria Sul-Americana de Alimentos Ltda. (CISAL)	Produtos enlatados
Alimentos Qualitti	Frangos e processados
Conservas Olé	Produtos enlatados

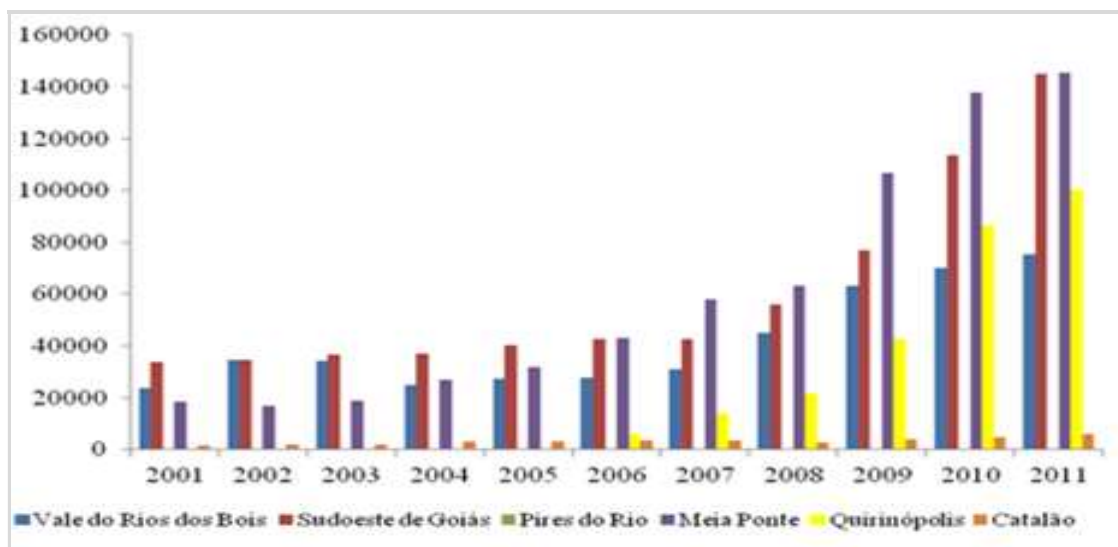
Fonte: Autoria própria, 2021.

A modernização da agricultura no município se desenvolveu aos moldes do que aconteceu no restante do estado, principalmente a partir da década de 1970, período que novas formas capitalistas de produção no campo começaram a ser adotadas (SANTOS, LUZ, 2013). As mudanças que ocorreram nas atividades agropecuárias se ampliaram principalmente por conta da localização privilegiada do estado, juntamente com a integração da agroindústria com a agropecuária moderna.

Ao longo dos anos, tanto o estado de Goiás, quanto o município de Morrinhos vêm se destacando na produção agropecuária. Exemplo disso foi que, em 2019, Goiás ficou em primeiro lugar na produção de tomate do país, enquanto Morrinhos ficou em terceiro lugar no estado, produzindo 162.000 toneladas, ficando atrás de Itaberaí com 257.785 toneladas e Cristalina com 356.000 toneladas. Morrinhos ficou em terceiro lugar entre os maiores produtores de palmito do estado com 1.200 toneladas, seguido de Uruana com 1.396 toneladas e Itapuranga com 7.280 toneladas. Na produção de goiaba, Morrinhos ficou em primeiro lugar do estado com produção de 2.593 toneladas, à frente de Edealina com 980 toneladas e Águas Lindas de Goiás com 162 toneladas (SEAPA, 2020). Morrinhos também se destaca na produção de cana-de-açúcar, milho, sorgo e arroz: a média anual de produção de cana-de-açúcar do município varia de 500.001 a 1.000.000 de toneladas; milho de 50.001 a 100.000 toneladas/ano; soja de 100.001 a 400.000 toneladas; sorgo varia de 10.001 a 20.000 toneladas, e o arroz até 500 toneladas (SEAPA, 2020).

Em 2019, o número de rebanho bovino variou de 200.001 a 400.000 cabeças. O número de rebanho suíno varia de 15.001 a 30.000 cabeças. O número de aves varia entre de 1.000001 a 3.000.000 de cabeças (SEAPA, 2020). Morrinhos está entre os municípios do estado de Goiás com maior área irrigada, ocupando segundo lugar em área – perdendo apenas para o município de Cristalina (GO). E o quarto lugar em quantidade, com cerca de 157 pivôs de irrigação (IMB, 2018).

Com o crescimento do agronegócio, o setor industrial proporcionou novas transformações para o município. O número crescente de agroindústrias lá instaladas fez com que houvesse um estreitamento na relação campo-cidade, visto que essas agroindústrias abastecem seus quadros com funcionários da cidade (SANTOS, 2017). A territorialização dos agentes do setor sucroenergético exemplifica algumas das alterações no campo. Morrinhos, como os demais municípios do seu entorno, tornou-se corredor da cana-de-açúcar e o seu cultivo passou a ocupar tanto áreas anteriormente ocupadas por pastagens, como por lavouras de grãos (VIEIRA, 2010). Os assentamentos, objeto da presente pesquisa, situam-se nas proximidades de grandes áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, conforme pode ser observado na Figura 3:



**Figura 3** - Área plantada com cana-de-açúcar por microrregião pertencente à mesorregião sul de Goiás.  
Fonte: Barbalho, 2013, p. 5.

Conforme podemos observar, um processo crescente de aumento de área plantada da cana-de-açúcar inicia-se na microrregião Meia Ponte em 2004, com crescimento significativo a partir de 2010. Essas alterações efetivam-se em áreas antes ocupadas pelas cadeias de carnes e grãos e, principalmente em áreas antes ocupadas pelo campesinato, expressando processo de incorporação de novas áreas. Vieira (2010) chama atenção para os inúmeros desafios para esses

agricultores familiares permanecerem na terra, enfatizando os obstáculos para os assentados de reforma agrária, visto que estão localizados no meio dos latifúndios monocultores. Além do mais, para a autora, a luta desses agricultores não termina com o acesso à terra, avançando também para a organização da produção e reprodução material e social.

Mediante as mudanças no sistema agroalimentar, emergiram novos debates acerca da agricultura, mobilizando diferentes atores sociais e a sociedade civil. Neste contexto, a SSAN veio como uma resposta à forma como se dão as dinâmicas territoriais que passaram a prevalecer com o advento do processo de modernização da agricultura. Há que se levar em consideração que esses conceitos emergiram em meio às disputas em torno da organização do sistema alimentar mundial e que as políticas públicas daí derivadas expressam também uma das formas de resposta aos processos de ‘modernização’ em curso. Isto posto, serão abordados no próximo tópico os conceitos de SSAN a partir de sua construção histórica e sua correlação com as PP para o meio rural, visto que são conceitos capazes de oferecer elementos que qualificam propostas de desenvolvimento rural, desenvolvimento local, PP voltadas para a agricultura familiar, os movimentos pela reforma agrária e pela transição agroecológica, dentre outros.

#### **2.4 A emergência da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN**

Compreende-se que as questões relacionadas à problemática da fome, pobreza e segurança alimentar e nutricional constituem-se, em campo de tensões e disputas, dos contextos históricos, dos atores sociais e políticos e da dinâmica do sistema alimentar (MALUF, 2007). Trata-se de questões de amplo apelo social, sendo consideradas cada vez mais relevantes para a maioria da sociedade civil. Nesta perspectiva, os processos são constituídos como expressão da luta contra-hegemônica rumo às desigualdades sociais, fome e pobreza:

O sistema alimentar atual caminha no sentido de que os agricultores cultivam o que exigem os compradores corporativos dominantes, consumidores compram o que é oferecido pelos mesmos atores corporativos, e, dessa forma, ecossistema e saúde sofrem, assim como sistemas sociais e políticos, tanto rurais quanto urbanos. A Soberania Alimentar tem a enorme tarefa de reverter tudo isso, de ser o diminuto rebocador que vira esse gigante navio (FRIEDMANN, 2016, p. 90).

Antes de entrar na temática proposta é preciso salientar que o uso da expressão “Soberania e Segurança alimentar e nutricional” (SSAN), foi usada pela primeira vez no Brasil

pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSN) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA<sup>4</sup>), reconhecendo:

[...] uma construção social no caminho de redefinição de segurança alimentar e nutricional - SAN, incorporando a soberania e o direito, sem desconsiderar os conflitos em torno de noções que remetem a objetivos de políticas e ações públicas. (MALUF, 2016, p. 248).

Também é importante ressaltar que o acréscimo do adjetivo ‘nutricional’ à expressão consagrada internacionalmente como ‘segurança alimentar’ é peculiar à formulação brasileira (MALUF, 2007, p. 17).

Fazendo um resgate histórico, após a segunda guerra mundial, quando começou a faltar alimentos na Europa, as autoridades e organizações políticas mundiais começaram a se preocupar com os problemas da fome buscando alternativas para que se garantisse quantidade e qualidade de alimentos em casos de crises. Nesse período, os países europeus estavam com a infraestrutura agrícola debilitada. Impôs-se então a proposta de criar uma organização multilateral de ajuda à reconstrução e incentivo à agricultura e alimentação para recuperar os danos causados pela guerra e o estado de fome em que algumas regiões se encontravam (GOMES *et al.*, 2013). Com a experiência da guerra percebia-se que um país poderia dominar outro se tivesse o controle sobre seu fornecimento de alimentos (MALUF, 2000).

Nesse período, imperava o entendimento malthusiano de que a insegurança alimentar estava relacionada à insuficiente disponibilidade de alimentos, principalmente nos países pobres, o que justificou a chamada Revolução Verde e levou a um conjunto de ações para aumentar a produtividade de alguns alimentos, associada ao uso de novas variedades genéticas, altamente dependentes de insumos químicos. A Revolução Verde carregou a promessa de aumento da produção e da produtividade para vencer o fantasma da fome diante do crescimento demográfico. Todavia, muitos outros problemas surgiram neste contexto, visto que se desenvolveu um modelo de agricultura baseada fortemente no uso de insumos químicos, agrotóxicos e transgênicos, sem contar com os danos ambientais. Além do mais, de acordo com Patel (2009), os alimentos não são mais considerados pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca, assumindo a função de mercadoria:

---

<sup>4</sup> O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um órgão de assessoramento, em seu desenho, até 31.12.18, estava ligado direto à Presidência da República, integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado pela Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Atualmente está vinculado ao Ministério da Cidadania. (BRASIL, 2006).

O alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional. Assim, soberania alimentar significa que, além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 720).

A despeito dos avanços ocorridos sob a perspectiva produtivista da Revolução Verde, quase um século depois que Josué de Castro escreveu a “Geografia da Fome”, os problemas da fome continuam a se agravar pelas transformações que ganharam centralidade nos modos de produção, distribuição e comercialização de alimentos e, sobretudo, a transformação do alimento em mercadoria, advindas das mudanças do sistema agroalimentar. Stédile e Carvalho (2012) destacam que, para entendermos o debate sobre a fome e a pobreza, faz-se necessário entendermos outras dimensões:

A fome e a desnutrição que atingem milhões de seres humanos, sempre foram, ao longo da história da humanidade, um dos problemas socioeconômicos mais graves da organização das sociedades. Sua ocorrência tem sido formalmente explicada por diversos fatores: a) baixo conhecimento de técnicas de produção de alimentos mais produtivas; b) disputa e perda dos territórios mais férteis, aptos para a produção de alimentos; c) ocorrência de fenômenos naturais que destroem colheitas e fontes naturais de alimentos; d) epidemias que atingem grande parte da população e impedem a produção de alimentos; e) ocorrência de guerras generalizadas que não apenas mobilizam os trabalhadores, mas também inutilizam as áreas agricultáveis para a produção de alimentos. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 715).

Ao longo da história, as necessidades de enfrentamento da fome e da pobreza e os inúmeros debates acerca do tema carregaram um caráter extremamente político em meio aos processos de desenvolvimento e de lutas sociais no campo, o que foi marcado pela ampliação das condições de reprodução do capital. Até então a concepção de segurança alimentar prevalecente trazia a preocupação apenas em garantir alimentos sem se importar onde e como se produzia.

Na esteira do desenvolvimento da agricultura, o Brasil apresenta trajetória ambivalente no processo de produção de alimentos, pois adotou, de um lado, o modelo de produção intensiva de “commodities” agrícolas que, via de regra, tem efeitos negativos sobre os esforços em prol de ações que reduzam a fome e a pobreza. Em contrapartida, muitos atores sociais vêm participando na luta contra-hegemônica para superação da escassez de alimentos, luta pela terra ou território.

Conforme Maluf e Reis (2013), o Brasil segue a lógica internacional no que se refere a produção de “commodities”. Mesmo em um país onde há acesso irregular aos alimentos básicos, há a massificação, a produção e o consumo de alimentos ricos em calorias e proteína.

Além disso, o atual modelo mundial de produção e o comércio de alimentos está longe de alcançar uma situação condizente com o enfoque de SSAN, uma vez que exclui pequenos produtores, polui e esgota recursos naturais, e promove um padrão alimentar pouco equilibrado, além de comprometer a diversidade cultural.

O comércio mundial de alimentos sempre foi importante nas relações econômicas entre os países, porém, o fato a considerar é que a conformação de um sistema alimentar mundial fez com que essas relações assumissem uma natureza distinta, mais além do mero comércio de bens (MALUF, 2007, p. 55).

A partir da Constituição de 1988, a segurança alimentar no Brasil se constituiu como um dos importantes pontos de convergência para a ação política e, posteriormente, de forma mais substantiva, a construção de PP. A construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) “possui um histórico que articula a construção teórica no campo da academia e a mobilização e participação social, tendo como fundamento primordial a realização do direito humano à alimentação adequada – DHAA” (CASSARINO *et al.*, 2016, p. 223). No entanto, é só na década seguinte que surgirão ações concretas a respeito dessa construção de políticas para a promoção de segurança alimentar, voltando a ter representatividade por ocasião da reunião da Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) em 1996 (RIGON; BÓGUS, 2016).

Antes, porém, algumas ações tiveram impactos no caminho da consolidação da segurança alimentar no Brasil, inserindo a SAN na agenda nacional e dando origem a iniciativas importantes de segurança alimentar, como é o caso da criação do CONSEA em 1993. Por meio de ação conjunta do Conselho e da Ação da Cidadania, promove-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA). A I CNSA foi realizada em 1994, cujo documento final legitima a Segurança Alimentar como objetivo nacional estratégico a ser incorporado a todas as políticas e ações pelos três níveis de governo, empresariado e sociedade (CONSEA, 1995).

Entretanto, no ano de 1995, o CONSEA foi extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa extinção foi acompanhada de uma desestruturação de atividades, programas e instituições que desenvolviam atividades relacionadas ao tema, interrompendo os trabalhos que estavam sendo realizados, principalmente aqueles voltados às políticas públicas de SA. A segurança alimentar foi então deslocada para segundo plano como eixo estratégico de governo, embora se mantivessem iniciativas governamentais isoladas.

A construção do conceito de segurança alimentar e nutricional tem uma longa trajetória, onde os movimentos sociais passaram a contribuir de maneira significativa para a ampliação de entendimentos que se desdobraram em novos elementos inseridos no enfoque da Segurança

Alimentar. De acordo com Maluf (2009, p. 31) sem abandonar a perspectiva inicial centrada na produção, o enfoque de SAN compreende que as questões se manifestam em várias escalas (desde indivíduos e domicílios, até âmbitos nacionais e global), e apesar de serem distintas em cada uma dessas escalas, “comportam interações e relações de determinação recíproca”.

Considera-se que os países precisam ser soberanos para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, respeitando suas múltiplas características culturais manifestadas no ato de se alimentar (soberania alimentar). Este processo deve se dar em bases sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e social, incluindo a produção, comercialização, processamento e consumo de alimentos. Essas dimensões são incorporadas por ocasião da 2ª Conferência Nacional de SAN, realizada em Olinda-PE em março de 2004. Hoje o conceito adotado em nosso País consiste na realização dos direitos humanos e o não comprometimento de outras necessidades humanas básicas, sendo que o acesso ao alimento compõe a centralidade da construção do conceito de Segurança Alimentar (II CNSAN, 2004).

De acordo Grassi Neto (2013, p. 61) em 1990 chegaram a ser contabilizados mais de duzentas definições a respeito do tema. Para Maluf (2007, p. 15), essa quantidade de definições se deve ao fato de que SAN define um objetivo de política pública que a torna “suscetível de distintas acepções e meios para sua efetivação, sendo pouco provável uma compreensão única a respeito”.

Os inúmeros debates em torno das questões alimentares, as consequências frente às estratégias da acumulação do capital, os desdobramentos políticos e econômicos em torno da nova dinâmica do sistema agroalimentar e, ainda, a insatisfação de camponeses e agricultores familiares do Sul e do Norte, desencadearam uma reunião, no ano de 1992, em Manágua (Nicarágua). A pauta do encontro teve em vista preocupações comuns em torno dessa nova conformação, tornando-se um dos maiores e mais significativos movimentos de camponeses e pequenos agricultores. Foi criada uma organização internacional composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo, denominada de ‘Via Campesina’ (DESMARAIS, 2013), cujo debate gira em torno das políticas agrícolas e agrárias e sua relação com as temáticas relativas ao acesso aos alimentos e à cultura alimentar (CASSARINO *et al.*, 2016).

A Via Campesina é uma organização internacional que procura desenvolver a solidariedade e unidade entre organizações camponesas, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Tem, entre seus principais objetivos, a defesa da soberania alimentar, ou seja, do direito dos povos de decidir sobre sua política agrícola e alimentar (LA VÍA CAMPESINA, 2021).



De acordo com Desmarais (2013) esse movimento iniciou em contraposição ao entendimento de segurança alimentar, visto apenas sob o aspecto produtivista. Com a hegemonia do agronegócio e a produção de “commodities” agrícolas destinadas à exportação, o argumento de ‘alimentar o mundo’ se converteu na principal bandeira da agricultura em larga escala e o discurso que este seria o único modelo de desenvolvimento possível para a agricultura passa a ser questionado. Desde então, a “Via Campesina Internacional” articula mecanismos de reafirmação do campesinato, da reforma agrária e da soberania alimentar, contribuindo fundamentalmente para a recampesinização, bem como para o enfrentamento da concepção de sociedade a partir do interesse de classe capitalistas.

Nessa direção, o enfoque da soberania alimentar diz respeito ao direito dos povos de decidirem como, onde e quais alimentos produzir. A estratégia de soberania requer a adoção de políticas próprias e a valorização das formas familiares de produção, priorizando a produção própria. Além disso, postula-se que os alimentos sejam produzidos mediante a preservação dos recursos naturais, manutenção da cultura e os hábitos locais, pressupondo que esses princípios são decisivos para consolidação das diferentes dimensões que compõem a questão da alimentação e que abrangem diferentes formas de produção. Essas formas de produção se concretizam a partir do trabalho familiar e grupal tradicional, desde que garantidos o direito de acesso à terra, à água e aos recursos naturais. Tal acesso é considerado essencial para uma alimentação soberana, que contemple a diversidade cultural, social e ambiental (BURLANDY; MALUF, 2010).

Neste sentido, a Via Campesina apresenta uma narrativa alternativa cuja finalidade é dar prioridade a produção de alimentos saudáveis e manter a capacidade produtiva e diversificada, respeitando a biodiversidade, os valores culturais e a preservação dos recursos naturais (DESMARIS, 2013). Ou seja, o conceito ganhou força explicativa em diferentes momentos e locais, e novas apropriações são feitas em diferentes países e pelos organismos internacionais.

Segundo Stédile e Carvalho (2012, p. 717), o conceito de soberania alimentar traz uma dimensão política mais ampla do que a segurança alimentar, pois essa parte do princípio de que “para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”, onde deve ser considerado o conjunto de PP e sociais que devem ser adotadas por todas as nações em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local.

Nesta perspectiva, a soberania alimentar também se constituiu como principal bandeira para a territorialização ou reterritorialização camponesa, propondo uma mudança na ordem hegemônica a partir do favorecimento da pequena agricultura, da distribuição dos recursos naturais e reforma agrária (RIBEIRO, 2015), “centrando sua discussão fundamentalmente em torno de políticas agrícolas e agrárias e sua relação com o acesso e a cultura alimentar” (CASSARINO *et al.*, 2016, p. 223).

Contribuindo para esta construção, McMichael (2016, p. 198) atribui à soberania alimentar caráter de questão de reprodução social no âmbito de territórios e países, incorporada à prática agrícola que corresponde a uma alternativa de soberania da terra, representando a relação de valores politizados e a acumulação de capital. Para o autor,

[...] o início do século XXI representa uma ruptura clara: a terra volta a ser uma questão importante. Isso evidencia no modo como a terra está se tornando novamente objeto das lutas dos camponeses [...] e de “apropriação” [...], indo de encontro com a concentração da riqueza na mão de poucas pessoas.

Em meio aos debates e discussões internacionais sobre SAN, a Via Campesina apresenta um projeto contra-hegemônico, revelando-se como um ator fundamental nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo, enfatizando que, a partir dessa visão, as políticas de segurança alimentar até então preocupavam-se com a prioridade de produzir alimentos, beneficiando a agricultura em larga escala, inviabilizando a produção em pequena escala. Buscando suprir as lacunas do conceito de segurança alimentar, o conceito integrou outras dimensões, (econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais) surgindo o seguinte conceito de soberania alimentar:

O direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição, a garantia da Soberania Alimentar duradoura e sustentável para os povos (Declaração do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, Havana, 2001).

A partir daí, o conceito evoluiu e se ampliou, abrangendo uma ampla série de práticas que incorporam, recuperam e desenvolvem orientações de valor que dão sustentação às relações sociais e ecológicas de produção, em contraposição às tendências de sub-reprodução do capitalismo (McMICHAEL, 2016). Hoyos D'Agostini (2017, p. 92) acrescenta que a soberania

e a segurança alimentar e nutricional devem ser fortalecidas por meio de PP, devendo ser analisadas como políticas complementares:

A Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar são propostas que nasceram em contextos políticos diferentes, representam interesses de classes historicamente em disputa; que a partir de interpretações opostas do direito a estar protegido contra a fome construíram propósitos e estratégias de ação divergentes e em constante embate; que se diferenciam radicalmente na concepção do Estado, da propriedade dos meios de produção de alimentos, do sistema de produção agrícola e das características da comercialização dos alimentos, mas que compartilham o pressuposto de que a fome no mundo pode ser eliminada por meio de critérios orientadores de ações, tais como: restituição e proteção dos direitos da mulher; preservação do meio ambiente; promoção de entornos pacíficos e estáveis em que os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política, além do reconhecimento e da integração da capacidade produtiva dos trabalhadores rurais e suas famílias, das organizações populares e cooperativas de trabalho, assim como dos trabalhadores sem-terra.

Para Machado (2017), a soberania alimentar consiste na garantia dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, manterem sua cultura, buscando a (re) aproximação entre produtores e consumidores de alimentos. A perspectiva é a valorização da escala local e o direito de cada povo prover sua própria alimentação, sem depender das grandes corporações que atuam em escala internacional (COCA, 2016).

Ao longo dos anos, o debate em torno do tema de soberania alimentar realizado pela Via Campesina ganhou visibilidade, mas só adquiriu força em sua divulgação a partir da crise alimentar de 2008, após inúmeras críticas diante do problema agroalimentar. O choque da crise alimentar mundial refocalizou a atenção nas questões de segurança alimentar (McMICHAEL, 2016). Nesta mesma perspectiva, Thomaz Jr. (2007, p. 13):

Diante do privilegiamento das grandes estruturas produtivas, de processamento e comercialização agroalimentar estamos assistindo o desmonte da estrutura familiar e camponesa e seu conseqüente desenraizamento da terra em escala crescente. Então, a soberania alimentar, quando focada desde o ponto de vista dos trabalhadores, ou da classe trabalhadora, nos revela a total ausência de PP e de estratégias de governo que priorizem a ampliação do universo de consumidores, apoiada na produção camponesa de produtos de ciclo curto para o mercado interno, e de fomentos de políticas de reforma agrária.

Não só a crise alimentar de 2008, mas a luta dos movimentos sociais em torno de autonomia, o problema da fome e da produção de alimentos colocou em evidência o debate diante da luta social, visto que essas crises atingem diversos setores da produção incluindo a alimentação. Diante disso, a soberania e a segurança alimentar foram inseridas nas análises e nas discussões políticas, e passam a subsidiar um conjunto de políticas públicas, fortalecendo a agricultura familiar e as possibilidades que esse grupo social dispõe para uma produção mais

sustentável. As mudanças advindas do processo de globalização trouxeram alterações significativas para as questões alimentares. Consequentemente, essas mudanças vão interferir na reprodução das famílias rurais.

Entretanto, os desafios a serem enfrentados para que o agricultor familiar possa manter seu espaço produtivo frente à modernização da agricultura, à pressão exercida pelo latifundiário, à falta e/ou oscilação de PP específicas, entre tantos outros aspectos precisam ser debatidos. Entre eles, está a forma que o sistema agroalimentar vem se conformando para a compreensão da dinâmica das famílias rurais.

As pesquisas acerca da reprodução socioeconômica da agricultura familiar e das estratégias encontradas pelas famílias rurais têm gerado um vasto debate, visto que o caráter das desigualdades e especificidades regionais são os mais diversos. Parafraseando Schneider, “rios de tinta já foram escritos sobre a agricultura familiar”. Mesmo assim, se considerarmos toda sua heterogeneidade, os distintos agricultores, as regiões, as estratégias de sobrevivência das famílias e a conjuntura política e socioeconômica, ainda assim não daríamos conta de responder a todas as questões que envolvem esse grupo social.

O objetivo do próximo capítulo será abordar as estratégias que as famílias rurais têm buscado para sua permanência no campo ao longo da história mediante as pressões estabelecidas pela intensificação e expansão do capitalismo no meio rural.

## **CAPÍTULO II**

### **3 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS**

O modelo produtivista tornou-se evidente a partir da década de 1950, sendo impulsionado pelas novas tecnologias na agricultura. Entretanto, com o passar dos anos, começaram a surgir vários questionamentos a respeito da utilização desordenada dos recursos naturais e a consequente degradação do meio ambiente, além de fatores sociais embutidos nesse novo modelo que, entre outros aspectos, agravaram a fome e a pobreza, principalmente no meio rural. Ademais, as políticas agrícolas e fundiária que caminham no sentido inverso enfrentam dificuldades para realizarem mudanças significativas nesse contexto. Isso inviabiliza o acesso de todos aos bens comuns, gerando insegurança alimentar e dificuldades econômicas que corroboram para o êxodo rural das famílias de agricultores.

Conforme demonstra relatório da ONU, divulgado pela FAO (2018), os problemas causados pela má qualidade da alimentação voltaram a crescer, visto que o número de pessoas sem acesso ao alimento continua aumentando e, conseqüentemente, a fome em diversos lugares. O mesmo ocorre com o número de pessoas acima do peso e a incidência de doenças associadas à forma como os sistemas agroalimentares tendem a se organizar.

Tais fatores apontam para uma nova perspectiva em relação aos saberes tradicionais e às diversidades produtivas provenientes das famílias rurais, o que coloca essa ‘nova perspectiva’ na condição de fator contra-hegemônico perante o domínio de grandes corporações alimentares e de políticas pró-modernização, incluindo aqui as políticas chamadas neoliberais. A propriedade rural familiar, camponesa e a pequena propriedade têm sido defendidas não apenas como produtoras de alimentos, mas de múltiplas funções, trazendo ressignificação ao meio rural e à vida dessas famílias por meio da agricultura familiar.

Todavia, essas mesmas famílias se veem obrigadas a realizar adequações para se sustentarem no meio rural ou para se adequarem às exigências do mercado, buscando uma diversidade de estratégias de reprodução socioeconômica. Essas estratégias podem estar relacionadas com fatores ligados à dinâmica global e regional, como as formas de ocupação do território, o acesso à terra, as diferenças culturais e aspectos relativos à unidade familiar (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada, abrangendo várias comunidades, e tem como característica a mão de obra realizada principalmente por membros do núcleo familiar. Assim sendo, antes de aprofundarmos um pouco mais acerca da temática

proposta, nós nos deteremos na construção do conceito de agricultura familiar, como emergiu no Brasil e nas diferentes formas de abordagem desse ator social construídas ao longo dos anos.

### **3.1 A construção do conceito de Agricultura Familiar no Brasil**

No contexto de profundas transformações na produção agrícola e com acirramento de conflitos agrários no Brasil antes descritos, emerge a categoria ‘agricultura familiar’ como referência identitária e de demanda de políticas públicas específicas, cuja construção foi impulsionada pelos movimentos sociais e apoio da academia. Essas mudanças foram intensificadas mediante a expansão produtiva e pelo papel destacado que o país assumiu no plano internacional. Isto é, esse ‘papel destacado’ é condizente com o fato de que o país se transformou em um dos maiores produtores mundiais de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária, o que desencadeou uma significativa diferenciação das categorias sociais existentes no meio rural. Essas categorias passaram a pleitear identidades próprias e a constituírem-se como atores políticos diversificados no cenário nacional.

A utilização inadequada dos recursos naturais, impulsionada por um tipo específico de desenvolvimento tecnológico e pela pressão colocada pela necessidade de crescimento econômico criou as condições para um ‘desenvolvimento irracional’ acoplado à noção de ‘processos de modernização’. A crise ambiental advinda dessas mudanças é caracterizada por um processo histórico cuja análise permite estabelecer um tipo específico de relação entre sociedade e natureza, marcada pelo ritmo do desenvolvimento econômico e capitalista. A nova relação do homem com a natureza fez avançar a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

Por um lado, decorre do que está acima, a presença de uma agricultura capitalista que promove a concentração, a exploração e a geração de riquezas para um pequeno grupo. Ou seja, o modo de produção capitalista tem se mostrado dinâmico com inovações tecnológicas de um lado e, de outro, o esvaziamento do campo mediante as práticas dominantes.

Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização. (SANTOS, 2008, p. 89).

Por outro lado, tem-se a produção familiar, que se tornou uma possibilidade para o desenvolvimento local e regional, na medida em que contribui para minimizar os impactos socioambientais decorrentes da modernização da agricultura. Como o meio rural é pensado a partir da sua relação com o seu entorno, os centros urbanos mais próximos são considerados como oportunidades para se pensar o desenvolvimento rural. A agricultura familiar passa a ser vista também como recurso às novas práticas sustentáveis. Isto é, as discussões acerca do conceito de agricultura familiar são vistas como modelo oponente ao modelo dominante, onde prevalece a grande escala. Essas discussões também são permeadas por diferentes perspectivas, principalmente quando é comparada à agricultura camponesa, gerando assim inúmeros debates. Para Sauer (2008, p. 38):

[...] a compreensão dos processos históricos de constituição da propriedade fundiária e a implantação do modelo agropecuário são fundamentais para entender a construção e/ou apropriação de noções e categorias como agronegócio e agricultura familiar camponesa.

Com efeito, a apropriação das noções de ‘agronegócio’ e ‘agricultura familiar’ é expressão de uma disputa política que vai além de uma simples questão conceitual. Esse movimento explicita processos políticos de resistência e luta, principalmente pelo acesso à terra por milhões de produtores familiares. Neste sentido, a agricultura familiar destaca-se como ator importante para agricultura como um todo, sendo incorporada ao debate como um segmento que contribui para redução das desigualdades sociais para o abastecimento interno, para a produção sustentável e para a preservação dos recursos naturais e assume relevância para o desenvolvimento das áreas rurais.

Nesta direção, Oliveira (2006) afirma que são as pequenas unidades que produzem a maior parte dos alimentos no Brasil, além de gerar oportunidades de trabalho e renda no campo. Todavia, Hoffmann (2015, p. 418) faz uma crítica em relação ao percentual que consta em vários documentos, incluindo trabalhos acadêmicos, de que 70% dos alimentos que vão para mesa do brasileiro vêm da agricultura familiar. Segundo o autor, trata-se de uma afirmação falsa. No entanto, Hoffmann (2015, p. 418) afirma também que “não é necessário criar ‘estatísticas’ sem sentido para mostrar a importância da agricultura familiar no Brasil”.

Tendo em conta a discussão anterior, a seguir será abordada a forma que se conformou a agricultura familiar no Brasil em meio ao processo de modernização da agricultura e às transformações no meio rural. Além disto, será conferida importância ao debate acerca das distinções entre ‘agricultura camponesa’ e ‘agricultura familiar’, dado que, de acordo com

Fernandes (2001), a agricultura camponesa é familiar. Todavia, nem todo agricultor familiar é camponês, sendo necessário, portanto, entender cada um desses sujeitos.

A trajetória da agricultura familiar como grupo socialmente reconhecido no Brasil inicia-se na década de 1990. Por um lado, enquanto o período é marcado por ações de governo no sentido de evidenciar as prioridades do Estado para agricultura, transitando entre o padrão da ‘modernização conservadora’ e o ‘regime da liberalização comercial dos anos 90’, esse período, por outro lado, também é marcado pela “desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar” (DELGADO, G., 2001, p. 10).

Paralelo a isso, e diante de um quadro propício ao reconhecimento crescente dos atores sociais ligados à agricultura familiar, a demanda por uma melhor definição ampliou-se (SCHNEIDER; CASSOL, 2017). A agricultura familiar passou então a ter visibilidade seja como uma categoria emergente, seja como um dos meios para o desenvolvimento do país como um todo, ocupando posição de destaque dentre as prioridades de intervenção do Estado na agricultura.

Pode-se assim afirmar que o desenvolvimento da agricultura brasileira ocorre em face de dois modelos relativamente distintos, a agricultura familiar e o agronegócio. Tais aspectos trazem consigo importantes desdobramentos não só para a compreensão dos processos em curso, como também para a formulação e implementação de PP voltadas para o meio rural.

Em meados da década de 1990, a agricultura familiar torna-se reconhecida como categoria sociopolítica pelo Estado brasileiro, incluindo a característica de ser importante fator de geração de trabalho, renda e empregos para as famílias rurais e para produção de alimentos da dieta básica da população (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Conseqüentemente, emergiram novos atores implícitos na categoria agricultura familiar, conduzindo um conjunto significativo de famílias rurais a um novo patamar no que diz respeito à percepção do Estado em relação à sua existência culturalmente diferenciada. Essa mudança institucional impactou diretamente a implementação de PP específicas e, ao mesmo tempo, evidenciou a relevância das formas familiares de produção como estratégia para a promoção da SAN (tema que será abordado no próximo capítulo).

Para além da diversidade, agricultura familiar também pode representar resistência e alternativas para o desenvolvimento rural, o que pode ser visto como uma expressão dos vínculos entre as discussões acerca de duas categorias distintas: ‘agricultura familiar’ e



‘campesinato’. Agricultura familiar, então, surge como desdobramento das contradições internas ao ‘campesinato’ em face dos processos hegemônicos de modernização da agricultura.

Abramovay (2002) afirma que a agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos diversos, sendo que não é possível escamotear essas diferenças existentes numa mesma região. Além do mais, a agricultura familiar é composta por grupos e interesses distintos, que possuem estratégias próprias de sobrevivência, caracterizada pela heterogeneidade, principalmente quando se trata de agricultores familiares assentados. Caminhando na mesma direção, Ploeg (2008), ao longo de suas pesquisas, analisa a agricultura por três sujeitos distintos: o capitalista, o empresário e o camponês, sendo identificados pelo modo de fazer agricultura. No modo empresarial, ele se refere ao contraponto estabelecido para construir a tese da recampesinização, ficando entre o modo capitalista e camponês; o capitalista, caracterizado por elevados investimentos, grande escala de produção e de força de trabalho; e o modo camponês, onde o trabalho estaria dedicado a base familiar, diversificação da produção, baixa disponibilidade de terras e menor dependência de recursos externos.

A recampesinização apontada por Ploeg (2016) expressa a formação de novas metodologias de trabalho, mais robustas e promissoras, apresentando-se cada vez mais superiores aos demais modos de produção. O autor, quando discorre sobre o modo de fazer agricultura afirma que as mudanças no campesinato geram uma condição paradoxal: ao mesmo tempo em que se coloca como principal ameaça ao campesinato pelo imperativo da expansão contínua, também se apresenta como campo fértil para a recampesinização devido ao chamado “squeeze” na agricultura, que é traduzido pelo decréscimo da renda média na atividade, em virtude da ação do ‘Império’. A tradução para a palavra “squeeze” significa ‘aperto’, ‘compressão’ ou ‘estreitamento’.

É a situação gerada a partir do processo de modernização da agricultura, em que os agricultores são comprimidos por um lado pelo aumento dos custos de produção de insumos e tecnologias externas à propriedade e, de outro, pela queda nos preços dos principais produtos agrícolas e alimentos, gerando um processo de queda constante na rentabilidade das atividades produtivas. Exemplificando, o autor afirma que, no Oeste da Europa, foram se constituindo algumas experiências completamente diferentes da rota empresarial, mediante processos e expressões de recampesinização, não apenas no sentido de ocupação dos territórios. Também estão ocorrendo mudanças nas formas de produção e utilização da unidade de produção, expressando mudanças em termos qualitativos (PLOEG, 2016, p. 155-156).

Ploeg (2008) analisa também o campesinato como uma categoria esquecida, aliada a uma imagem pejorativa, sinônimo de atraso. Ele identifica que é possível evidenciar, por meio das lutas e das possibilidades frente ao novo cenário mundial, a constituição de formas de resistência, na condição de protagonistas capazes de produzir alimentos para garantir a subsistência das famílias e, conseqüentemente, sua reprodução. O autor pontua a existência de duas formações sociais distintas que seriam abarcadas pela chamada agricultura familiar, denominadas de ‘forma camponesa’ e ‘forma empresarial’. Para ele, o modo camponês de fazer agricultura difere fundamentalmente do modo empresarial e industrial.

[...] uma baseada no capital ecológico, a camponesa, enquanto a outra afasta-se progressivamente da natureza, a empresarial. O segmento empresarial seguirá estreitamente a lógica subjacente aos mercados de trabalho, capital, e de terras, precisamente porque está fortemente integrado e dependente desses mercados: a condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. (PLOEG, 2008, p. 18).

De acordo com Costa (2018), o debate acerca do campesinato vai desde a sua definição de identidade até o lugar no modo de produção com suas relações sociais. Tem-se aqui em conta a posse e acesso à terra, e as formas e atividades econômicas desenvolvidas, havendo inúmeras denominações e/ou autonomações das frações que o compõem, entre elas, a agricultura familiar:

[...] camponeses proprietários de unidade de pequenas parcelas de terras, agricultor familiar, posseiros de terras públicas, posseiros de terras privadas, povos da floresta (que usufruem de recursos naturais públicos), agroextrativistas, povos indígenas (já camponeizados), quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais e lavradores, as quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, açazeiros, geraizeiros, seringueiros, ocupantes que usufruem de fundos de pastos, arrendatários (não capitalistas), serranos, caboclos, ‘colonizadores’ (como os povos de fronteira no sul do país), camponeses (novos) resultantes de assentamentos de reforma agrária. (COSTA, 2018, p. 195).

Pode-se afirmar, contudo, que a distinção conceitual entre agricultura familiar e camponesa tem ganhado clareza a partir de discussões nos ambientes econômico, cultural e social, tendo em vista que algumas dimensões que são comuns entre elas, como o caso do trabalho familiar, são utilizadas de forma diferenciada e com objetivos distintos (COSTA, 2018). Para Schneider (2008, p. 40),

[...] o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à

medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho.

Para Wanderley (2014), a referência ao campesinato assume dupla conotação:

Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispondo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados (WANDERLEY, 2014, p. 6).

No caso brasileiro, a ‘agricultura familiar’ é extremamente diversa, abrangendo tanto famílias que vivem em condições de extrema pobreza, quanto produtores rurais que conseguem gerar renda várias vezes superior à que define a linha da pobreza. A distinção dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história: as heranças culturais; as experiências profissionais e de vida particulares; o acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores; o papel e a contribuição das associações e cooperativas existentes nos assentamentos como estratégias; entre outros (LANDAU *et al.* 2013).

Abramovay (2012, p. 33) tem uma visão um pouco diferenciada afirmando que:

[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

Segundo ele, é necessário discutir a agricultura dentro do contexto macroeconômico do desenvolvimento capitalista, em que a agricultura sempre foi considerada como um simples segmento na produção de bens alimentares a baixos preços. O autor defende que tais mudanças teriam transformado o camponês tradicional em agricultor profissional, em função de sua adesão às novas tecnologias e ao fato de estar integrado ao mercado.

Ainda sob a ótica dos conceitos e, considerando o entendimento de Ploeg (2008), em várias situações observa-se que, em dado momento, referimo-nos ao agricultor camponês e, em outros, o agricultor familiar, visto que há uma diversidade envolvida que, às vezes, nos faz entrar em contradição. Wanderley (2003) já apontava para essas dificuldades afirmando que o camponês tradicional sofreu transformações e tornou-se um agricultor moderno. Essa transformação ocorreu sem perder suas raízes históricas firmadas no contexto da tradição camponesa, cabe ressaltar, ao pesquisador a tarefa de identificar as rupturas e continuidades entre os agricultores modernos e o camponês tradicional. “Evidentemente, essas duas

abordagens não são antagônicas, uma estando imbricada na outra” (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Considerando as mudanças no campesinato e o modo de fazer agricultura, Ploeg (2008) afirma que muitos agricultores vêm se adaptando a uma nova forma de vida no mundo contemporâneo, mesmo que vinculada à produção familiar. Nesta perspectiva, compreendemos que o agricultor familiar diante das transformações das sociedades capitalistas foi caracterizado como agricultor moderno em detrimento do agricultor camponês:

[...] a intensa diferenciação econômica entre os pequenos agricultores foi usada como causa do problema, criando-se a ideia de que existe um campesinato atrasado e um agricultor familiar moderno. Este preconceito foi gerado pelo paradigma do capitalismo agrário ao transferir o motivo da diferenciação, que está nas relações de subordinação, para os próprios sujeitos que sofrem com a diferenciação. Esta ideologia está sendo superada pelas organizações camponesas ao afirmarem que as diferenças são criadas pelos distintos níveis de subalternidade ao capital e não pela oposição camponês-agricultor familiar. (FERNANDES, 2013, p. 82).

Lamarche (1993) apresenta a lógica familiar em relação ao fundiário, o trabalho e a reprodução familiar e o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado, como sendo portadores de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida. Posteriormente, Lamarche (1998), em pesquisa comparativa entre cinco países, incluindo o Brasil, apresenta para o caso brasileiro a predominância de dois modelos de agricultura de base familiar: a agricultura camponesa de subsistência e agricultura familiar moderna, destacando a predominância da mão de obra familiar como estratégia, mesmo onde há a presença do trabalho contratado, e a busca de renda pelo acesso estável à terra.

Wanderley (2009, p. 15) argumenta que o perfil momentâneo dos agricultores familiares é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar. De outro ponto de vista, Carmo (1999) define a agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam a um único ângulo da produção ou rentabilidade econômica. Mas, é preciso levar em consideração as necessidades e os objetivos da família.

Além dos objetivos distintos e os diversos conceitos que abarcam esse grupo social, o conteúdo político adquirido nas lutas sociais permitiu aglutinar grupos heterogêneos em torno de novos modelos de agricultura e sociedade. Fato esse que também gerou fortes oposições, visto que alguns debates reconhecem a agricultura familiar e o agronegócio como identidades

sociopolíticas que articulam grupos de interesses e valores distintos e conflitantes. Enquanto o camponês, colono, meeiro, parceiro, lavrador, pequeno produtor e tantas outras designações regionais foram equivocadamente tomadas como expressão de agricultura atrasada em vias de extinção, a agricultura familiar emergiu como identidade aglutinadora de uma forma social de produção funcional ao moderno capitalismo agrário (NIEDERLE *et al.*, 2014).

Embora existam discussões de inúmeros atores a nível nacional e mundial, ainda há discordâncias acerca do significado da agricultura familiar. Contudo, o que se faz necessário é entender que não estamos nos referindo somente ao agricultor familiar propriamente dito, mas da família rural que é vista como uma unidade social e não apenas unidade produtiva. Ela se reproduz em regime de economia familiar e possui suas próprias características socioeconômicas, culturais e ambientais (CAZELLA *et al.* 2009, p. 48). E ainda, “como unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que não podem ser reduzidas às relações de trabalho” (CARNEIRO, 2008, p. 257).

As mudanças no campesinato identificadas por Ploeg (2008), vão no sentido de que as atividades no espaço rural não se definem mais exclusivamente pela atividade agrícola, considerando a multifuncionalidade como meio de agregação de valor. Ao aproveitar a mesma base de recursos, é possível gerar uma vasta gama de produtos e serviços. Além disto, o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, conforme Schneider e Cassol (2014, p. 235), ocorreu por um processo de mobilização política que vai além do termo, consagrando a agricultura familiar como um fenômeno político e social que desencadeou a concepção de políticas públicas para esse grupo social, levando em conta momentos distintos dessa construção. A partir das mobilizações sociais foram implementadas várias políticas, entre elas o processo de assentamentos de reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Segundo Schneider *et al.* (2010), neste contexto emergiu a primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, apresentando um referencial setorial basicamente agrícola (crédito rural, seguro de produção e de preço) e agrário (política de assentamentos de reforma agrária). A segunda geração é marcada pela criação e expansão de políticas de assistência social e pelo processo de reformulação da previdência rural. Essa é a principal ação de Estado nessa área, focada em políticas sociais e assistenciais, envolvendo um conjunto de ações de transferência de renda que contemplaram a agricultura familiar (ainda que não exclusivamente), como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Essas ações a partir de 2003 foram integradas ao Programa Bolsa Família. E a terceira geração, relacionada à

construção de novos mercados para os produtos e serviços da agricultura familiar, tendo como foco a segurança alimentar e a sustentabilidade. A criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi elemento fundamental neste processo, gerando oportunidades para a construção de novas ações.

Nessa perspectiva, a agricultura familiar surge como possibilidade de um projeto alternativo à modernização conservadora, gerando disputas em relação a propostas de desenvolvimento de um projeto neoliberal, orientado pela expansão da agricultura, e de um projeto democratizante, orientado pela proposta de reforma agrária e desenvolvimento rural (DELGADO, N., 2010). Diante disso, emergiram vários debates sobre novas formas sustentáveis de produção, visto que o modelo adotado provocou desigualdades “entre as regiões do país, entre as atividades agropecuárias e entre os produtores rurais” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 45).

Neste sentido, os estudos acerca das dinâmicas das famílias rurais se colocam como processos de investigação mediante a complexidade e heterogeneidade das mudanças que vêm ocorrendo nas unidades de produção no campo. Analisar as estratégias de produção e reprodução na agricultura familiar tem como finalidade entender as ações empreendidas por essas famílias ao longo de suas trajetórias de vida, bem como o processo histórico que as envolve e os resultados alcançados por elas nas escolhas para sua reprodução material e social.

### **3.2 Reprodução das famílias rurais e as características da agricultura familiar**

As mudanças nas formas de reprodução social e econômica no meio rural vêm sendo influenciadas e condicionadas pelas tendências dominantes a nível global. A conformação que se deu a partir da modernização da agricultura contrapõem-se aos conhecimentos e às formas tradicionais de produzir, comercializar e consumir alimentos.

Reprodução socioeconômica das famílias refere-se às fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, às condições de permanência no campo, às práticas de sociabilidade, às condições de instalação dos jovens e às questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva (CARNEIRO; MALUF, 2003). Em razão disso, aumentaram os debates acerca das alternativas que os agricultores familiares utilizam diante desse processo para conseguirem sobreviver no campo. Como consequência podem auxiliar na

preservação dos recursos naturais e na diminuição do impacto ambiental causado pelo projeto hegemônico.

Como já foi citado anteriormente, diante da expansão da agricultura dominante nas últimas décadas, a agricultura familiar surge como possibilidade de um projeto alternativo à modernização conservadora. Tem-se, de um lado, o projeto neoliberal, orientando a expansão da agricultura e, de outro lado, um projeto democratizante onde o debate acerca da soberania e segurança alimentar e nutricional parece ter grande importância. Tendo isto em conta, as estratégias de agricultores familiares aqui são entendidas como respostas mediante as mudanças globalizantes impostas ao longo dos anos e como mecanismos de adaptação às novas transformações do sistema agroalimentar. De acordo com Wanderley (1995), um dos elementos fundamentais refere-se ao acesso à terra, sendo o eixo central das estratégias dos produtores e de suas famílias, em que seus projetos de vida se expressam tanto na recusa de vender a terra, como no desejo de comprar mais terra e deixá-la aos seus sucessores.

As estratégias de reprodução ou de sobrevivência no meio rural brasileiro são bastante diversificadas, tanto em relação ao meio ambiente, quanto à produção, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas (CAMPANHOLA; SILVA, 2004). As famílias rurais têm revelado uma enorme capacidade de adaptação. Para tanto, estabelecem alternativas e mecanismos para garantir sua reprodução, como a diversificação de cultivos, o cooperativismo e/ou associativismo, o acesso a políticas públicas e ainda atividades não-agrícolas.

Ao se tratar de assentamentos rurais, observa-se diferentes mecanismos que estão sendo utilizados para manutenção e reprodução dessas famílias, envolvendo os recursos naturais disponíveis, uso da terra, força de trabalho e meios de produção. Coerente a isto está o fato de que a:

[...] pluralidade de estratégias das quais os agricultores lançam mão é ao mesmo tempo resultado e origem das diferentes lógicas sociais e produtivas. As estratégias associam-se aos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo e reprodução do grupo familiar. (NIEDERLE, 2007, p. 58).

Contrariando alguns dados que por muito tempo associaram-na a uma agricultura atrasada, a agricultura familiar tem demonstrado um sistema de produção com enorme capacidade de adaptação e resistência, manutenção dos conhecimentos tradicionais, com capacidade, inclusive, para operar sistemas produtivos modernos. Sob esta ótica, Tedesco (2001, p. 13) afirma que o agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades possíveis, enfrenta os desafios com as condições objetivas e os instrumentos que estão ao seu alcance, de acordo com cada realidade.

Para compreender essa nova dinâmica faz-se necessário uma análise mais detida do contexto histórico e das transformações em curso, visto as possibilidades da agricultura familiar estabelecer estratégias e alternativas ao modelo dominante, o que certamente inclui padrões tecnológicos diferenciados. Tais padrões se manifestam no desenvolvimento das próprias atividades no contexto familiar e estão relacionadas à manutenção de suas tradições, direcionando-as por determinado caminho e tipo de produção. Essa perspectiva permite analisar a interação entre as famílias rurais e os territórios, tendo em conta a dinâmica própria de reprodução que as caracterizam e os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos (MALUF, 2002).

Para melhor apreensão da definição de estratégia de reprodução, buscou-se alguns conceitos para nortear a presente discussão. Lebaron (2009, p. 66-67) afirma que “uma estratégia é um comportamento sistemático orientado para um determinado objetivo” e “as estratégias de reprodução são as estratégias adaptadas pelos agentes ou pelos grupos que pretendem manter ou melhorar a sua posição no espaço social”. Para Tedesco (1999, p. 16), as estratégias de reprodução são vistas:

[...] como o conjunto de ações ordenadas por indivíduos ou grupos (família) que objetiva, em curto prazo ou médio tempo, reproduzir-se e reproduzir condições de reprodução, tendo sempre presente o estado dos mecanismos de reprodução disponível.

Na visão de Schneider (2003) as estratégias de reprodução são resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos:

[...] a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução. (SCHNEIDER, 2003, p. 21).

A interação entre famílias rurais e a dinâmica de reprodução socioeconômica envolvem as características existentes nos territórios nos quais elas se inserem. No entanto, pressupõe-se que muitas dessas estratégias empregadas ocorrem em reação às exigências da sociedade capitalista e ao contexto socioeconômico no qual se encontram inseridas.

Desde os anos 1970, as transformações advindas do sistema agroalimentar e das políticas neoliberais desencadearam mudanças na vida dessas famílias em meio à intensa



apropriação corporativa da agricultura e dos alimentos. Com a implementação dessas políticas, houve consequência direta à expansão das culturas de exportação, além do distanciamento da produção e consumo de alimentos. Com isso, o sistema agroalimentar em escala mundial vem impactando as formas familiares de produção, envolvendo as estruturas produtivas, as relações comerciais e o padrão de consumo alimentar.

No Brasil, isso se deve, principalmente, ao incentivo de políticas governamentais em favor das grandes propriedades que foram preponderantes para a intensificação da concentração fundiária, visto que muitos agricultores não puderam modificar seu sistema de produção e adaptá-lo à imposição do mercado. Muitos deles foram obrigados a migrar para periferia dos centros urbanos pela falta de recursos.

Nessa direção, resgatando um pouco do que foi discutido no primeiro capítulo, Maluf (2013, p. 148) afirma que uma das estratégias empreendidas se refere ao fortalecimento de circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Essa estratégia apresenta-se como possibilidade de (re) aproximar a produção e o consumo de alimentos que o sistema alimentar atual afastou, baseando-se em produtos diferenciados e alimentação adequada, e estimulando empreendimentos rurais urbanos com elevada capacidade de gerar trabalho e renda em âmbito local e regional.

Ao analisar o campesinato na era da globalização, Ploeg (2008) afirma que a condição camponesa se caracteriza pela luta por autonomia, colocando em evidência a resiliência dos camponeses em oposição à condição hegemônica, focada na criação e uso de circuitos alternativos de produção e comercialização de alimentos. Segundo o autor, a produção e o consumo de alimentos vêm sendo desconectados dos ecossistemas locais e regionais, dependentes do mercado externo:

A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré. (PLOEG, 2009, p. 289).

Na ascensão do ‘império’, a industrialização provoca a destruição do capital ecológico, social e cultural, e as próprias formas de produção e organização que são introduzidas acabam por ser extremamente frágeis e inadequadas para confrontar as condições intrínsecas à globalização e à liberalização (PLOEG, 2008, p. 28). Diante disso, as condições e possibilidades de ações às quais os agricultores familiares lançam mão variam de acordo com a multiplicidade

e heterogeneidade desse grupo social, trazendo outros elementos para sua compreensão, especialmente no que se refere ao acesso à terra.

O desenvolvimento dos agricultores familiares ocorre por um conjunto de fatores, como as particularidades locais e regionais, políticas públicas acessadas, localização geográfica, entre outros, que podem influenciar no processo de expansão dos agricultores. Desta forma, algumas circunstâncias podem proporcionar a essas famílias rurais novas oportunidades produtivas e de renda, segurança alimentar e melhores condições de vida, o que está relacionado com a dedicação do seu tempo ao desenvolvimento de atividades agrícolas ou não-agrícolas, para o próprio sustento ou para venda do excedente.

Para tanto, e corroborando com Maluf (2002, p. 244), o desenvolvimento da produção agrícola deve ser considerado um elemento importante para a reprodução das famílias rurais em condições de vida dignas, pois “[...] estas atividades são fontes direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo [...]”. Ainda nesta mesma linha, Grisa e Schneider (2008) afirmam que a produção para o autoconsumo é comum nas unidades familiares, sendo considerada como fundamental estratégia de reprodução.

Na mesma ótica, Wanderley (2001) e Ploeg (1992) afirmam que os pequenos produtores buscam acesso a atividades rentáveis e estáveis que assegurem sua integração ao mercado. Essa busca se dá norteada em estratégias econômicas que se articulam em dois níveis complementares: o caráter mercantil e o autoconsumo. Trata-se de um processo histórico e heterogêneo de inserção crescente aos mercados, onde a agricultura deve ser entendida como o produto de estratégias conscientes ativamente manipuladas e adaptadas pelos atores, que são construídas socialmente.

Em uma de suas pesquisas, Lamarche (1993) afirma que há agricultores que produzem essencialmente para o mercado, dedicando toda a sua produção à venda, outros produzem tanto para a venda quanto para o autoconsumo, e há aqueles que produzem essencialmente para a subsistência, destinando o essencial de sua produção para o consumo familiar. De acordo com Wanderley (1985), nos casos em que prevalece o autoconsumo, algumas necessidades da família só podem ser supridas fora da propriedade acarretando relações de troca onde parte da produção, necessariamente, passa pelo mercado. Ploeg (2008, *apud* NIEDERLE, 2008) afirma que

[...] a mercantilização é um processo negociado em que os agricultores possuem poder de “agência” para resistir, enfrentar ou mesmo ampliar sua inserção mercantil, dependendo de variáveis socioculturais que não podem ser reduzidas a uma racionalidade econômica *stricto sensu*. (PLOEG, 2008 *apud* NIEDERLE, 2008, p. 320).

Essa construção pode influenciar tanto a reprodução socioeconômica quanto as dinâmicas territoriais. Coelho e Paula (2015) afirmam que a reprodução social da agricultura familiar passa inevitavelmente pela dinâmica produzida das relações mercantis que a envolvem, inclusive como instância de sua sobrevivência. Entretanto, para os autores, é preciso considerar que a reprodução dessas famílias não está ligada somente à geração de renda, mas ao acesso às tecnologias, à qualidade de vida, à manutenção da cultura local, bem como a continuidade das famílias no campo. A mecanização agrícola e a inserção de inovações tecnológicas modificaram a base técnica dos sistemas produtivos, influenciando a reorganização da ocupação da força de trabalho e obrigando a população rural a buscar novas atividades para garantir sua permanência no campo e a reprodução social (FAVARETO, 2007).

Diante disso, torna-se cada vez mais expressivo o número de agricultores de áreas rurais que se dedicam a algum tipo de atividade laboral paralela às atividades agrícolas, como atividades ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a pesca, entre outras atividades. E, desta forma, o rural passa a ser visto além de suas características físicas e demográficas, modificando as relações com o urbano.

Wanderley (2009) caracteriza essas mudanças como uma nova ‘ruralidade’ que se constrói como a forma de inserção do mundo rural no conjunto da sociedade, por meio de suas relações com as cidades, transformando o conteúdo social, permeado pela construção e reconstrução dessa realidade. Ao passo que as ‘novas ruralidades’ surgem junto à produção agrícola, onde o meio rural ganha destaque, tornando-se capaz de atrair outros interesses sociais, relacionados com o bem-estar, a qualidade de vida e a conservação do meio ambiente. O conceito de ruralidade é:

[...] um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Ainda que não contíguos, os territórios rurais compartilham, de fato, algumas características comuns que, no entanto, não foram definidas de maneira clara nem no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, nem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano. Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido. Com frequência tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural, tanto que nenhum órgão oficial empenhado nessa tarefa (Nações Unidas, OCDE, UE, Escritórios de Estatística) tem conseguido encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que por tempo limitado. (SARACENO, 1996, p. 6).

O rural deixa de ser ‘sinônimo de atraso’ e desconecta-se da agricultura, que passa a ser apenas uma das atividades desenvolvidas. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. De acordo com Abramovay (2002):

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. (...) A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades. (ABRAMOVAY, 2000, p. 28).

As transformações no meio rural brasileiro aconteceram em função do processo de modernização que, de acordo com Schneider (2015, p. 521), levaram a:

[...] uma nova conformação econômica e demográfica que possui como característica fundamental a redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas.

Compreendemos que é impossível falar sobre os espaços rurais fora da sua relação com as cidades e com o espaço urbano, visto que os territórios rurais dependem dos centros urbanos e vice-versa. Dessa forma, pressupõe a compreensão dos espaços rurais tanto em relação ao espaço físico, quanto suas referências culturais. Assim sendo, essa nova ruralidade diz respeito a uma forma pela qual se organiza a vida social. Em meio a essas transformações tornou-se cada vez mais expressivo o número de agricultores de áreas rurais que se dedicam a algum tipo de atividade laboral paralela às atividades agrícolas, usufruindo, desse modo, de uma economia rural complementada por outras fontes de renda, entre elas, atividades assalariadas.

Alentejano (2000) afirma que há alguns importantes elementos indicativos das possibilidades de constituição de um novo modelo de desenvolvimento no campo brasileiro, destacando a valorização da agricultura familiar, a pluriatividade, práticas ambientalmente mais saudáveis e a constituição de uma categoria reformada. Esse novo cenário é analisado sob a ótica do desenvolvimento rural ampliando o leque de possibilidades para a melhoria das condições de vida da população, abrindo espaços para que temas importantes sejam inseridos nas agendas de desenvolvimento rural, como: “[...] questões de gênero e geracionais, a soberania e segurança alimentar, os modelos agroecológicos [...]” (BONNAL, MALUF, 2009, p. 72). Na mesma direção Kageyama (2008) afirma que as características fundamentais de

novas trajetórias envolvem uma gama de atores e atividades que podem ser entendidas por meio da diversidade, da pluriatividade e das relações nos territórios e nos níveis políticos institucionais.

Pelo ponto de vista do desenvolvimento, os processos de produção no campo nos últimos anos demonstraram que as famílias rurais podem ser pluriativas. Além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, também são reconhecidas como portadoras de funções socioculturais e ambientais. Essa perspectiva permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios em meio à sua dinâmica de reprodução. Analisa também os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas como componentes econômicos, incorporando ainda “a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados como meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural” (CAZELLA *et al.* 2009, p. 47).

As novas abordagens e possibilidades que se apresentam no campo da agricultura são temas debatidos pelos estudos rurais, suscitando grande interesse para o campo. Entre as estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar encontradas na literatura, encontram-se: a diversificação de cultivos; atividades agrícolas e não-agrícolas; a cooperação e o acesso às políticas públicas, tanto para crédito quanto de comercialização, dentre outras.

Mediante essa diversidade, Lamarche (1997) afirma que os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função de duas forças. A primeira representa a memória que guardam de sua história, e outra as ambições que têm para o futuro. E essas forças têm a ver com o modo de reprodução das famílias rurais, dos poucos recursos que dispõem e, ainda, a pequena integração que têm com o mercado. Ainda de acordo com o entendimento do autor “[...] é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação” (LAMARCHE, 1997, p. 19).

Do ponto de vista do agricultor, Wanderley (2001) aponta que, mediante as condições modernas de produção, as suas estratégias se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente e no estabelecimento familiar, visando assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro, enfrentando os novos desafios com as ‘armas’ que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Como visto, novas funções vêm sendo atribuídas ao rural e à agricultura diante das transformações a nível global, sendo incorporadas ao modo de vida das famílias rurais. Além da diversidade de atividades agropecuárias, são adicionadas outras novas. Diante disso, o

processo de desenvolvimento rural em curso evidencia na pluriatividade um importante recurso de reprodução, reprodução essa definida como fenômeno que implica na combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2003, p. 134). O intuito a seguir é compreender um pouco mais dessa estratégia empregada pelas famílias rurais.

### **3.3 A Pluriatividade como estratégia de reprodução socioeconômica das famílias rurais**

Considerada como uma das possibilidades de reprodução das famílias rurais a pluriatividade está vinculada às estratégias sociais e produtivas que foram adotadas pelas famílias rurais para sua manutenção no campo. O conceito de pluriatividade no espaço rural expressa o fato de que os agricultores exerceram outras atividades econômicas e sociais, não necessariamente associadas à produção agrícola ou à produção de alimentos.

A noção de pluriatividade surgiu de duas formas distintas, sendo o primeiro termo, agricultura em tempo-parcial (do inglês “*part-time farming*”). O segundo, pluriatividade (do francês “*pluriactivité*”). Os termos abordam diferentes interpretações sobre o aumento da diversificação de fontes de renda e da inserção profissional dos membros da mesma família de agricultores (SCHNEIDER, 2009, p. 80). Fuller (1990) afirma que o termo pluriatividade incorpora tanto as características da noção de “*part-time farming*”, quando os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas, como as da “*multiple job holding*” - unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento.

Na compreensão de Ploeg (2008), a pluriatividade refere-se à diversificação e à instauração de circuitos locais de comercialização. Trata-se de práticas intensivas em trabalho artesanal e no desenvolvimento de tecnologias orientadas para a autonomia. Esse desenvolvimento é visto em uma perspectiva cíclica, pois gera renda nas unidades camponesas e beneficia o desenvolvimento local. Para o autor, a pluriatividade pode significar autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência dos agricultores. Ela envolve o modo de fazer agricultura e de se relacionar com a natureza e a sociedade para manter certa autonomia frente às pressões exercidas pelo ‘Império’.

Em outra direção, a renda não-agrícola e as possibilidades de trabalho fora dos estabelecimentos apontadas por Abramovay (2001) podem estar associadas muito mais a uma situação de precariedade econômica do grupo familiar que de ascensão social. Elas são decisivas para reprodução de algumas famílias no meio rural. Na prática, podemos afirmar que

a pluriatividade se intensificou a partir das transformações no meio rural mediante a nova dinâmica do sistema agroalimentar. Outros fatores relacionados são as mudanças nos territórios, nas relações de trabalho, e todos os efeitos sociais e econômicos gerados pelo padrão tecnológico dominante. A pluralidade pode ser definida como uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros da família em outras atividades, que ocorram dentro e fora da propriedade e que sejam utilizadas para sua reprodução:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências). (FULLER, 1990 *apud* SCHNEIDER, 1990, p. 367).

As novas abordagens inseridas pelo campo acadêmico culminaram no uso da noção da pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas. Ao longo dos anos, muitos autores identificaram nas atividades não-agrícolas e na pluriatividade alternativas à reprodução social da agricultura familiar, vistas como estratégia de sobrevivência e renda mínima, estabelecidas por meio das relações com o mercado de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade (SCHNEIDER, 2003; NIEDERLE, 2017).

De um lado, o peso da renda agrícola é cada vez menos relevante nos rendimentos familiares rurais. De outro, [...] as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários estão deixando, cada vez mais, de ser de responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p. 166).

Em nosso entendimento, as alternativas utilizadas pelos agricultores ocorrem de maneira distinta, sendo orientadas de acordo com as particularidades de cada região e de acordo com os seus interesses e necessidades para sua reprodução. Igualmente são as relações de poder que irão balizar as atividades a serem desenvolvidas. As novas relações sociais, econômicas e, ainda, as características desses espaços rurais auxiliam na compreensão de estratégias para permanência no campo e para as mudanças que vem ocorrendo diante dessa realidade.

Nesta mesma ótica, Schneider (2007) argumenta que as estratégias adotadas pelas famílias muitas vezes estão relacionadas às características dos territórios que estão inseridas,

principalmente se esses espaços se localizam próximos de áreas urbanas. A proximidade facilita outras possibilidades de emprego a essas famílias, ainda pensando em espaços pluriativos e com as mudanças no ambiente rural. Segundo Silva (1998, p. 117), o ‘novo rural’ é composto de três grandes grupos de atividades:

1 - Agropecuária moderna, baseada em “commodities” e intimamente ligada às agroindústrias; 2 - conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; 3 - conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

Para Alentejano (1999, p. 155), a pluriatividade envolve a diversificação das formas de organização com múltiplas estratégias complementares de reprodução dos agricultores, como o assalariamento urbano, a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola e o desenvolvimento de atividades terciárias como serviços e lazer nas propriedades rurais, onde as estratégias complementares passaram a fazer parte do rol de possibilidades da agricultura familiar.

As estratégias complementares geram uma maior integração de novas atividades no sentido da otimização dos espaços da propriedade. Essa otimização tem envolvido inclusive uma nova destinação de elementos da cultura local, apresentando aspectos ligados à sua identidade e que se expressam, por exemplo, na forma de trabalhos artesanais, produtos regionais etc. Dessa forma, agrega-se valor à produção e obtém-se maior garantia de acesso ao trabalho e à renda. Outro fator importante é que essas transformações alteraram as relações entre famílias rurais e as unidades de produção. Alguns membros dessas famílias buscam ocupações fora das unidades agrícolas de produção, tanto pela extrema necessidade de complementação de rendas quanto pela busca de oportunidades diferentes.

Neste sentido, a observação da unidade familiar torna-se importante para compreensão dessas mudanças no meio rural, uma vez que a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptarem às condições econômicas e sociais de reprodução será alicerçada nas escolhas entre os membros da família. Tais escolhas ocorrerão de acordo com condicionantes culturais e econômicos. “A unidade familiar rural é considerada de um modo em que sua dinâmica de reprodução econômica se assenta num conjunto de atividades complementares” (MALUF, 2002, p. 246).

[...] Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas. É nesse sentido que indicamos a relevância de se privilegiar a unidade familiar como universo de análise, em detrimento da unidade de produção. Nesses termos, o caráter familiar da exploração familiar não residiria apenas no tipo de relações de trabalho acionadas na



produção (e no seu peso quantitativo), mas na integração desse fator como um conjunto de variáveis (não quantificáveis) de ordem cultural e social que tornam uma dada unidade produtiva específica [...] falar em agricultura familiar na atual conjuntura requer incorporar a complexidade das relações sociais que definem e redefinem a família. Nesta perspectiva, torna-se necessário redefinir também o universo de observação, privilegiando-se a família como unidade social e não apenas como unidade de produção, como normalmente tem sido considerada quando o assunto é a agricultura familiar. (CARNEIRO, 2008, p. 259-260).

De acordo com Alentejano (1999), a diversificação da produção é estratégia de reprodução, assim como o cultivo de outras lavouras que atendam ao autoconsumo e à comercialização. Ellis (2000) afirma que a unidade familiar pode adotar diferentes estratégias, como por exemplo diversificar as fontes de renda e atividades. Isso amplia suas relações sociais de reciprocidade baseadas no capital social, com o objetivo de sobrevivência e qualidade de vida.

Levando para os assentamentos, o crescimento das atividades não-agrícolas e as práticas que são desenvolvidas por essas famílias ocorrem principalmente pela necessidade de subsistência, e nem sempre a unidade de produção familiar está envolvida com laços sanguíneos ou laços de aliança. Há outros fatores de ordem cultural, como a transmissão de patrimônio, que não se limitam ao seu funcionamento econômico:

[...] o grau de complexidade da dinâmica de reprodução das unidades rurais é tanto mais elevado quanto mais acentuado for o caráter familiar dessas unidades, pois o caráter familiar acarreta maior diversidade das atividades que as compõe e, conseqüentemente, das relações que elas mantêm com seu entorno (MALUF, 2002, p. 254).

De acordo com Schneider (2007), o relatório sobre o emprego de 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dedica um capítulo especial à agricultura e às políticas de redução da pobreza rural, destacando que tanto o incremento da produção de alimentos, quanto a geração de ocupações não-agrícolas deve ser considerada como estratégias complementares. São capazes de promover e incrementar o bem-estar e a qualidade de vida rural em vários sentidos, entre eles a redução da pobreza no campo (OIT, 2005). Para que compreendamos a agricultura familiar, é preciso superar o paradigma de que a maior parcela da renda das famílias seja proveniente exclusivamente da atividade produtiva agropecuária (MALUF, 2003).

Brumer *et al.* (1993) afirmam que diversificação é uma prática desejável para os pequenos produtores, evitando os riscos relacionados à dependência de uma única fonte de recursos. Essa diversificação depende dos recursos desses produtores.

Essa múltipla inserção econômica se traduz na ampliação do universo social do agricultor pluriativo, alimentado pela conformação de novas redes sociais, novos valores e motivações que evidenciam outros aspectos da vida social além do produtivo. (CARNEIRO, 2012, p. 91).

Como foi dito anteriormente, as estratégias utilizadas pelos agricultores vêm como respostas às mudanças globais impostas ao longo das últimas décadas. São mecanismos de resistência às novas exigências e dinâmicas do sistema agroalimentar e às novas relações entre campo e cidade. Contudo, é importante considerar que os fatores locais também indicam mudanças e adaptações. Esses elementos foram inseridos sobre o desenvolvimento rural, exercendo influência no reconhecimento de funções da agricultura e dos espaços rurais visto que a agricultura é portadora de múltiplos bens para além da produção, como as funções de preservação da natureza, sociais e culturais.

A discussão acima, contudo, evidencia um novo elemento que também faz parte do debate sobre o rural e a nova ruralidade e que ocorre em torno da noção de multifuncionalidade. Visando compreender um pouco do processo das múltiplas funções e papéis da agricultura e, em particular, da agricultura familiar, discutiremos no próximo tópico a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar, apreende do seu surgimento e de que forma é empregado na análise da agricultura familiar no Brasil.

### **3.4 A Multifuncionalidade da Agricultura**

O conceito da multifuncionalidade da agricultura emerge a partir da necessidade de se pensar no desenvolvimento sustentável, associada às relações sociais, à qualidade dos alimentos e à conservação dos recursos naturais e dos territórios rurais. Esse conceito surgiu na França, sendo considerado uma forma ampliada de considerar a agricultura em relação à perspectiva tradicional. No âmbito das políticas públicas, o enfoque da multifuncionalidade leva em conta o desenvolvimento rural sustentável e as relações que ocorrem nos territórios, associados à preservação dos bens públicos. Embora a multifuncionalidade não seja uma característica específica da agricultura, ela tem relação direta com o tipo de exploração agrícola adotado em um determinado território, situando entre a produção agrícola, a sociedade e o meio ambiente.

A multifuncionalidade da agricultura caracteriza-se pelo reconhecimento, a valorização e a formulação de políticas mediante outras funções desempenhadas pela agricultura que vão além da produção de alimentos e de fibras. Ela considera os modos de vida das famílias na sua

integralidade, e não apenas componentes econômicos, tendo em conta outras funções desempenhadas pela agricultura e pelos agricultores familiares (CAZELLA *et al.* 2009, p. 47). Na mesma direção Carneiro (2002) afirma que a agricultura familiar é vista sobre valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas:

A noção de multifuncionalidade da agricultura vem responder à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios que lhes são propostos pela interação contínua e, cada vez mais presente, entre valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas (CARNEIRO, 2002, p. 232-233).

Embora inúmeras atividades desempenhadas façam parte do contexto histórico e social das famílias rurais, a multifuncionalidade representa um novo discurso que busca legitimar-se e valorizar-se. No Brasil, a agricultura familiar em meio ao desenvolvimento rural passa a ser discutida sob a perspectiva de multifuncionalidade no território:

[...] dentro dessa lógica, reorientarmos o debate para a multifuncionalidade do território, incluindo assim as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas. (CARNEIRO, 2002, p. 237).

Esse novo enfoque trouxe a possibilidade de compreendermos as inúmeras possibilidades trazidas às famílias rurais, ampliando o campo das funções sociais atribuídas à agricultura. Ela deixa de ser entendida apenas como simples produtores de bens agrícolas. Para a realidade rural brasileira, Carneiro e Maluf (2003, p. 49-50) apresentam expressões direcionadas à multifuncionalidade, com quatro funções: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; e d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.



**Figura 4** - Fluxograma das quatro funções da multifuncionalidade da agricultura. Fonte: Adaptado de Carneiro e Maluf, 2003.

A Figura 4 apresenta as quatro funções de acordo com cada dimensão: social, econômica, política e cultural. Essas funções permitem a constituição de uma nova representação social sobre o rural, apoiada na valorização positiva da natureza e do patrimônio cultural dos espaços rurais. Elas representam o conceito da noção de multifuncionalidade vista sobre o território, englobando aspectos como conservação dos recursos naturais, preservação da cultura local, possibilidade de trabalhos agrícolas e não-agrícolas e de relações sociais, vista como um ‘novo olhar’ sobre a agricultura familiar (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Sob essa ótica Schneider (2003) afirma que a reprodução socioeconômica das famílias rurais dependerá da forma que unidades familiares irão interagir com o ambiente e o espaço no qual estão inseridas. Essa inserção e interação depende de uma série de fatores, entre eles está o direito de permanecer na terra, produzirem e se reproduzirem.

Com a crescente difusão da necessidade de preservar o meio ambiente e o número cada vez maior de pessoas preocupadas com a valorização do meio rural no Brasil, a noção de multifuncionalidade da agricultura passa a fazer parte dos debates sobre desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que oferece as bases para que sejam repensadas as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento rural baseadas na agricultura familiar. De acordo com Carneiro e Maluf (2003), a promoção de uma agricultura multifuncional deverá envolver o estímulo à produção de alimentos e de incremento das rendas dos agricultores familiares. A adoção deste enfoque não significa o abandono dos estímulos à produção mercantil de base familiar; pelo contrário: a produção agrícola mercantil – agora associada a outras dimensões que não apenas a econômica – ainda ocupa um papel relevante na superação dos quadros de pobreza em que se encontra a maioria das famílias (KATO, 2006).

A partir da década de 1990, inicia-se a construção de políticas voltadas para a preservação dos espaços rurais e da natureza. É uma possibilidade de analisar a interação entre famílias rurais e territórios, tomando-se o argumento para justificar os rumos das políticas públicas voltadas para o meio rural. São políticas e estratégias de desenvolvimento que, conforme Bonnal, Cazella e Maluf (2009), fazem interagir os conceitos de multifuncionalidade, agricultura familiar e território e acarretam a presença simultânea das dimensões mercantil e não mercantil. Tais dimensões se expressam mediante a diversidade de formas de troca e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais e das relações sociais de trabalho e vizinhança.

Uma das primeiras discussões sobre a multifuncionalidade no Brasil ocorre em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento,

também conhecida como a ECO-92. Durante a Conferência, realizada no Rio de Janeiro, governantes internacionais reconheceram o caráter multifuncional da agricultura. A partir daí, a noção de multifuncionalidade começa a ganhar maior notoriedade, especialmente em relação à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável. Conforme Carneiro e Maluf (2005):

[...] a aplicação da noção de multifuncionalidade da agricultura implica, portanto, elaborar estratégias políticas fundadas em novos princípios orientadores das relações entre o econômico, o social e os processos biotécnicos, de maneira que os fins econômicos não sejam formulados e avaliados independentes dos resultados sociais e ambientais almejados. A articulação entre essas três dimensões seria uma exigência e, ao mesmo tempo, um resultado de programas sustentados em uma abordagem multifuncional da agricultura. (CARNEIRO; MALUF, 2005, p. 46).

O debate acerca da multifuncionalidade passa a fazer parte das discussões sobre a concepção do desenvolvimento sustentável no campo da agricultura e do meio rural. E a agricultura familiar passa a ser vista com uma nova ótica acerca das relações nas dinâmicas de desenvolvimento local, possibilitando, por um lado, analisar a interação das famílias rurais com o território e com a sociedade e, por outro, a incorporação nessas estratégias da provisão de bens públicos (KATO, 2006).

A partir das transformações do sistema agroalimentar e a nova forma de produção de alimentos colocou em evidência o debate diante da luta social, visto que o processo de globalização trouxe alterações significativas para as questões alimentares e para o meio rural. Conseqüentemente, essas mudanças advindas do novo sistema agroalimentar vão interferir na reprodução das famílias rurais, tema que será visto no próximo tópico.

### **3.5 Sistemas alimentares e suas repercussões na reprodução da agricultura familiar**

A integração dos mercados em termos geográficos conduziu a novos ciclos de produção agrícola no que se refere à oferta e demanda de alimentos. A economia mundial também sofreu alterações impostas pelas transformações do sistema agroalimentar, e parte dessas mudanças estão relacionadas à construção de um conjunto de instituições globais que buscam promover a liberalização comercial e a maior integração dos mercados (McMICHAEL, 2016). Os sistemas alimentares são definidos como:

Redes interdependentes de atores em uma área geográfica, que participam direta ou indiretamente na criação de fluxos de bens e serviços direcionados para satisfazer as

necessidades alimentares de consumidores daquela mesma área ou outra (RASTOIN; GHERSI, 2010 *apud* MALUF; LUZ, 2018).

O sistema agroalimentar é definido como o complexo sistema que abrange a produção, distribuição e consumo de produtos agrícolas e alimentícios. Ele está associado às análises das relações sociais entre atores e instituições que caracterizam este setor (SEKINE; BONANO, 2016, p. 81).

Segundo Soler (2009), a forma mais adequada para compreender os sistemas agroalimentares é entendê-los de maneira articulada, observando as interconexões entre os diferentes setores que o estruturam e observando as inter-relações que são analisadas desde a etapa básica da produção agrícola ou pecuária até a venda e distribuição dos produtos.

Friedmann (1993) afirma que há mais de cem anos a alimentação e a agricultura passaram a ser organizadas em escala mundial. Todavia, é a partir do final dos anos de 1990 que ocorre o ápice das mudanças na produção e comercialização de alimentos. Diante do contexto apresentado, alguns pensadores críticos e Organizações Não Governamentais (ONGs), assinalaram algumas preocupações sobre os impactos do controle corporativo da globalização alimentar no que se refere aos resultados socioeconômicos e ambientais, principalmente sobre a segurança alimentar e nutricional, a subsistência de pequenos agricultores e a preservação do meio ambiente (CLAPP, 2009).

Desta forma, os efeitos da reestruturação econômica, produtiva e institucional, com o apoio de políticas de modernização da agricultura, aceleraram as trocas comerciais e intensificaram a competitividade, inclusive nas cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio, e promovem maior integração dos mercados (SCHNEIDER, 2010).

Ao longo dos anos, a hegemonia do sistema agroalimentar global promoveu o distanciamento entre quem produz e quem consome, com efeitos para os dois lados, e ainda gerando movimentos de crítica e contestação que propõem novas relações de reaproximação entre estas esferas (TRINCHES, SCHNEIDER, 2015). Na lista das 500 maiores empresas do mundo, 45 estão nos ramos de agronegócio, indústria de alimentos ou varejo. Essas corporações globais organiza a agricultura e os padrões de consumo de alimentos em escala mundial. De acordo com o autor é nessa conjuntura que:

[...] o debate tem sido dominado por duas posições ideológicas opostas: de um lado, agricultura patronal ou capitalista de larga escala associada à promoção dos agronegócios e das exportações de “commodities”; de outro, agricultura familiar, reforma agrária e povos indígenas e tradicionais associados ao desenvolvimento rural (ESCHER, 2018, s/p.?).

Whitaker (2008, p. 325), ao referir-se sobre os aspectos hegemônicos do modo de produção capitalista e sua relação com o sistema agroalimentar e as políticas neoliberais, afirma que:

Tais políticas de produção mundial contribuem para esgotar reservas energéticas que a natureza levou bilhões de anos para produzir. Além disso, tais medidas podem falhar e/ou ser manipuladas, eliminando-se, portanto, a soberania dos países dependentes, já que as manipulações se fazem por meio dos pacotes tecnológicos, e podem evoluir para a escala política, reduzindo-nos todos à hegemonia dos possuidores dessas tecnologias.

Em contrapartida, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como área estratégica de desenvolvimento rural. Nessa mesma linha, a ‘soberania alimentar’ também vem sendo discutida a nível global com o objetivo de tratar o sistema alimentar na perspectiva de contramovimento às ordens alimentares neoliberais, resgatando aspectos fundamentais para reprodução socioeconômica das famílias de agricultores, e trazendo para discussão os projetos de reforma agrária, da preservação dos recursos naturais e da agroecologia.

Contudo, o que vem ocorrendo, conforme Misnerovicz (2015), é que a padronização e artificialização dos alimentos e a criação de um padrão alimentar em escala mundial trouxeram consequências para humanidade em vários aspectos, chamando atenção para a descaracterização das culturas locais e o quanto a expansão da agricultura modificou o modo de vida no campo dos agricultores e o direito de decidir sua própria produção, onde os sistemas alimentares locais conectou-se a um sistema alimentar global, aumentando cada vez mais o movimento de deslocamento entre a produção do alimento e o seu consumo. McMichael (2016) aborda essas mudanças principalmente em relação aos hábitos alimentares. O autor afirma que:

Nas extremidades das extensas cadeias de abastecimento alimentar, produtores e consumidores conscientizam-se cada vez mais do alcance global do sistema alimentar no século XXI (Patel, 2007). Os produtores, desde que firmam contratos com grandes empresas como migrantes ou trabalhadores da terra até pequenos agricultores espoliados em nome da eficiência do sistema alimentar global, sabem muito bem como seu trabalho, seus recursos e seus *habitats* suprem consumidores em toda parte. Estes últimos, abastecidos de hambúrgueres a bifes ao longo da cadeia alimentar global, cada vez mais se deparam com as disparidades entre um produto de procedência conhecida e outro de procedência desconhecida (Bové; Dufour, 2001). (MCMICHAEL, 2016, p. 13).

Segundo Bernstein (2011), a globalização do sistema agroalimentar trouxe novas formas de reestruturação do capital, incluindo algumas características como a desregulamentação dos mercados financeiros e a financeirização de todos os aspectos da atividade econômica, o aumento da desregulamentação do comércio internacional, mudanças na produção, tecnologia

do agronegócio transnacional e das grandes empresas manufatureiras etc. Além disso, esse processo foi impulsionado a partir da liberalização do comércio que, inserido no que se convencionou chamar de Consenso de Washington<sup>5</sup>, estimulou muitos países a adotar políticas de abertura ao circuito internacional de mercadorias e de capitais, “convertendo o sistema agroalimentar em apenas mais um segmento da lógica geral de acumulação” (PAULA, 2017, p. 30).

A falta de regulamentação atraiu grandes corporações transnacionais de capital e “commodities”. Este processo está marcado pela hegemonia exercida na produção, processamento e comercialização de alimentos, da qual passaram a comandar cadeias inteiras relacionadas ao setor agroalimentar. Houve a atração de grandes empresas de capital aberto, controladas por fundos estrangeiros ou por empresários nacionais ligados a outros ramos da economia (McMichael, 2016). Essas corporações passaram a atuar como atores centrais no desenvolvimento do sistema alimentar global, exercendo significativo protagonismo, poder de barganha e influência. Elas dominaram a produção e o comércio internacional de produtos alimentares e agrícolas, sendo os principais intervenientes nos setores de processamento, distribuição e varejo, atuando em vários países e em mais de um nível ao longo da cadeia alimentar mundial (LAZARETTI, 2017).

Segundo Flexor (2006), a globalização do sistema agroalimentar provocou a reestruturação da organização agroindustrial criando um novo e desafiador ambiente competitivo para as empresas e agricultores dos países em desenvolvimento. Houve a geração tanto de oportunidades como de riscos. A maior integração dos mercados e a liberalização do comércio modificaram quantitativa e qualitativamente a demanda por produtos agroalimentares desses países. De acordo com Paula (2017), no contexto do capitalismo industrial, a alimentação assume uma expressão mercantil, colocando o alimento no interior das relações sociais de produção em toda a extensão da economia. Além de aspectos tecnológicos, produtivos e comerciais, a crescente complexidade do sistema agroalimentar alcança a esfera global, tornando-se um campo específico de conflitos comerciais.

O resultado desse processo levou a tendências de internacionalização de cadeias produtivas que aos poucos incorporam-se aos mercados globais, trazendo consequências negativas para a sustentabilidade da agricultura. A integração dos mercados no que se refere à

---

<sup>5</sup> Consenso de Washington – trata-se de recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e a miséria dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista norte-americano John Williamson.



oferta e demanda de alimentos e às características de novos instrumentos financeiros provocou uma nova lógica de acumulação capitalista no setor produtivo. No processo de globalização dos sistemas alimentares, os direitos da soberania e segurança alimentar nutricional são, frequentemente, ameaçados pelas cadeias alimentares internacionais, ocorrendo a desarticulação dos sistemas de produção voltados ao abastecimento interno, em face do estímulo das monoculturas para exportação.

No Brasil, a influência do comércio internacional nas atividades da agricultura no sistema agroalimentar foi ampliada a partir da liberalização do comércio e a integração econômica regional no Mercosul<sup>6</sup>, tanto em termos do destino da produção agropecuária e industrial na forma de exportação, quanto em termos do abastecimento alimentar e no fornecimento de insumos à produção agrícola e industrial por meio das importações (MALUF, 2000). Ao mesmo tempo, as discussões acerca dessas transformações e suas inter-relações com os sistemas agroalimentares alcançaram o ambiente político e regulatório, que determinam os padrões de produção e consumo de alimentos.

Como já foi mencionado, no final do século XX e começo do século XXI, iniciam-se no Brasil ações de caráter institucional com foco na questão alimentar, inserindo a agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país e produção de alimentos. E não restam dúvidas que o Brasil avançou na construção de políticas públicas, em especial aquelas destinadas à agricultura familiar, que ao longo dos anos, vem mostrando sua força e sua capacidade organizativa. Contudo, o problema da fome e da insegurança alimentar não está somente na produção de alimentos, mas também no abastecimento, distribuição, comercialização e no consumo alimentar, além das questões relativas ao acesso aos alimentos.

Em face às imensas possibilidades que o país possui em termos da diversidade de recursos, e em quantidade suficiente para alimentar toda a sua população, o problema do acesso a estes alimentos fica em evidência, pois o aumento da produção não implicou em aumento da garantia de acesso aos alimentos. Isto é, o acesso a eles é uma questão de acesso à renda, aos recursos naturais e às políticas públicas, inclusive porque, não raro, trata-se também de uma questão de exclusão social (MALUF, 2007).

No contexto geral, o distanciamento entre produção e o consumo de alimentos, aliado ao aumento significativo de atores envolvidos nas cadeias de produtos agroalimentares globais, a eliminação de fronteiras, dentre outros fatores, impulsionou investidores a trocar o capital

---

<sup>6</sup> MERCOSUL - O Mercado Comum do Sul é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração, inicialmente econômica, configurada em uma união aduaneira, na qual há livre comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros.

fixo por investimentos de maior liquidez, carregando várias implicações políticas e econômicas, como a financeirização da agricultura e as especulações financeiras. De acordo com Clapp (2009), os atores privados e corporativos assumiram um papel significativo no sistema alimentar global, não apenas como atores econômicos responsáveis por grande parte da produção, processamento e varejo de alimentos do mundo, mas também como atores políticos em mecanismos globais para governar o sistema alimentar.

As regras criadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, contribuíram para a integração dos mercados e entre atividades comerciais e financeiras. Um exemplo é a conversão de “commodities” agrícolas em ativos ligados ao agronegócio, quando grandes bancos e similares identificam nas transações comerciais de alimentos uma oportunidade para aumentar seus ganhos em condições de baixo risco e alta liquidez (PAULA *et al.*, 2016). A corrida pela valorização do capital de forma rápida gerou uma busca acirrada de investidores por oportunidades de mercado que não derivam somente de produção agrícola, mas de mecanismos financeiros de fluidez imediata, entre outros fatores que influenciaram o sistema agroalimentar global.

O avanço do neoliberalismo e a criação de riqueza financeira fictícia baseada em mercados contribuíram de forma significativa para a caracterização do alimento como mercadoria, onde a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e passou a ser mercadoria adquirida no mercado mundial onde quer que ela fosse produzida (OLIVEIRA, 2012, p. 63). Em relação à produção de alimentos, é nítida a inversão de valores, tendo em vista a forma que se materializam as relações sociais e de valor, conforme McMichael (2016, p. 178):

[...] a agricultura industrial deve ser considerada uma alternativa, não o contrário, assim como a norma analítica. É a partir das culturas alimentares subsistentes que podemos extrair uma lógica saudável de reprodução de relações sociais e ecológicas, em oposição à força degradante e incapacitante da dinâmica da agricultura capitalista de sub-reprodução do trabalho social e dos ecossistemas.

McMichael (2016) analisa essas mudanças como sendo o último ‘fetichismo da agricultura’, quando os alimentos são transformados como valor de troca e como processo indiscriminado de mercadoria, visando lucro. Na mesma direção, Triches e Schneider (2015, p. 08) afirmam que não há delimitação de espaço: os alimentos tornam-se mercadorias e são tratados de acordo com a sua durabilidade, sua desterritorialização, apropriando-se do seu caráter natural e substituindo-o. A técnica e a ciência, a favor da industrialização da natureza e dos modelos econômicos e políticos, tornam-se intermediários, transformando consumidores e produtores em um sistema abstrato e com mútuo desconhecimento.

Até o início dos anos 1990, os alimentos ainda não haviam sido traduzidos em objetos de transação financeira, levando à relativa ideia abstrata da produção física em relação aos derivativos de “commodities” agrícolas. Ou seja, hoje os investidores financeiros não estão necessariamente comprando “commodities” agrícolas em sua forma física, mas sim buscando lucros dentro e ao redor da cadeia de produtos agroalimentares, através de novos tipos de derivativos financeiros que são abstrações da mercadoria física (CLAPP, 2013). Desprovidos de um limite físico, os derivativos de “commodities” chegam a superar em 20 a 30 vezes a produção física (BALESTRO; LOURENÇO, 2014) que, amparadas pela crescente liberalização dos mercados aproximaram o comércio e o sistema financeiro, ganhando força em setores estratégicos do complexo agroexportador e do sistema agroalimentar (PAULA, 2016).

Contudo, sua imprescindibilidade ao ser humano fez com que agentes percebessem oportunidades de transformá-los em novo conceito de produto, a partir da lógica do mercado financeiro (PAULA *et al.* 2016). A produção de alimentos deixou de ser pensada para suprir as necessidades alimentares da população e passou a ser avaliada como forma de satisfazer às necessidades de expansão e acumulação de capital das grandes corporações, que juntas formam um ‘império corporativo’ (CABEZA, 2010, p. 33-34, tradução nossa). De acordo com o autor:

Não é apenas uma extensão quantitativa das relações comerciais, mas, acima de tudo, de uma mudança qualitativa nos modos de organização condicionada em grande parte pelo papel principal que o capital financeiro agora adquire; um capital que, ao possibilitar a concentração, expansão e reorganização das empresas agroalimentares, modula a operação do setor a partir de critérios de "racionalização" construídos sob o imperativo de "criação de valor" financeira; A partir dessa lógica, é incentivada a eliminação de restrições para localização e suprimento, produção, distribuição e consumo de alimentos e agricultura. (CABEZA, 2010, p. 33-34, tradução nossa).

Segundo Goldfarb (2015), as corporações transnacionais passaram a dominar as indústrias e os canais de distribuição. Onde o processo de produção e comercialização de alimentos atuou como verdadeiros impérios agroalimentares. Além de provocar o comprometimento da soberania alimentar no âmbito de territórios e países, trouxeram outros impactos negativos que se multiplicam nas sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva, o início do século XXI é marcado por alterações que vão expandir rumo à financeirização de setores da agricultura, principalmente o de grãos. Além disso, tem-se a substituição de cultivos da cesta alimentar por “commodities” voltadas para a exportação ou, ainda, a produção de agrocombustíveis, impulsionando a comoditização do campo.

São os efeitos no sistema agroalimentar incentivados pela financeirização das operações ligadas às etapas da cadeia de produção de alimentos que resultaram na crise alimentar de 2008

(PAULA *et al.* 2016). E o agronegócio, alavancado pela crise, utilizou mais uma vez do argumento da necessidade de produzir alimentos para acabar com a fome no mundo. Para isto, utilizam-se da terra, da água e das florestas para acumular capital e produzir “commodities”, tendo em vista a exportação e não a produção de alimentos para consumo nacional (ZANOTTO, 2017).

A crise que se alastrou pelo mundo a partir de 2008 demonstrou um sistema desregulado e frágil. O controle sobre a terra e os recursos genéticos e energéticos tornaram-se temas centrais nas disputas geopolíticas. Neste período, houve uma crescente instabilidade dos preços das “commodities” agrícolas que atingiu, principalmente, os países menos desenvolvidos e mais dependentes de importações, causados por desequilíbrios entre oferta e demanda. Aos poucos, as operações financeiras ganharam relevância para interpretar a evolução dos mercados agrícolas e a crescente volatilidade dos preços, gerando aumento da especulação financeira (PAULA *et al.* 2016).

Pode-se dizer que a globalização dos sistemas agroalimentares ampliou a hegemonia econômica das grandes corporações, sendo fator determinante para a mudança nas relações comerciais e financeiras. Adicionalmente, elevaram-se as preocupações com a qualidade dos alimentos e a soberania e segurança alimentar e nutricional, principalmente no que se refere à distância entre a produção e o consumo, à dependência alimentar de vários países, à mudança na cultura dos alimentos (homogeneização dos alimentos), à extrema industrialização e artificialização dos alimentos, entre outros (McMICHAEL, 2016).

No Brasil, o modelo que passou a caracterizar a produção de alimentos é aquele onde prevalece a produção intensiva de “commodities” agrícolas que, via de regra, tem efeitos negativos sobre os esforços a favor de ações que visam reduzir a fome e a pobreza. Mediante essas mudanças e a intensificação na abertura comercial, a crise econômica e a redução da capacidade de intervenção do Estado, vários movimentos e atores sociais vêm participando na luta contra-hegemônica. Um dos eixos dessa participação tem como objetivo principal a promoção de SSAN por meio políticas diferenciadas, inclusive no que tange ao desenvolvimento rural.

É nesse cenário, resultado das críticas à modernização da agricultura, que os movimentos sociais do campo engendraram disputas políticas em torno de modelos alternativos de produção e desenvolvimento, pleiteando políticas específicas para a agricultura familiar, tendo em conta os princípios SSAN. No próximo tópico será abordado o papel das PP para agricultura familiar e a promoção de SSAN no Brasil, buscando apreender os avanços

alcançados e o impacto das PP como alternativa complementar às estratégias de reprodução socioeconômica das famílias rurais.

### **3.6 O Papel das políticas públicas para a Agricultura Familiar e a promoção de SSAN no Brasil**

A década de 1990 é marcada pelo reconhecimento da agricultura familiar como grupo social que foi efetivado a partir das lutas de grupos de agricultores e dos movimentos sociais. Isso gerou inúmeros debates acerca da implementação de políticas públicas específicas para este grupo social. Desde então, o Brasil tornou-se referência no cenário internacional no empenho contra a fome e a pobreza, tendo como base primordial o fortalecimento da agricultura familiar e a criação de políticas públicas direcionadas à segurança alimentar.

Laswell (1958 *apud* SOUZA, 2006) define a expressão ‘política pública’ como um campo que visa simultaneamente colocar o governo em ação e analisá-lo, quando necessário, propondo mudanças no seu curso para que o objetivo inicial seja alcançado. Já para Teixeira (2002), uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos. Seu princípio fundamental é promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes causados por outras políticas de caráter econômico. Para tanto, deve mediar conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que necessitam de intervenção para solução.

Por seu turno, Feijó (2005) entende as políticas públicas como atributos do desenvolvimento capitalista mediante as necessidades constantes de uma sociedade tomada por um contínuo processo de crescimento, no qual as parcelas do desenvolvimento são privilégios de poucos. Segundo Souza (2007), dentro do campo da política pública, alguns modelos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que produzirá resultados ou mudanças na vida dos sujeitos. Ainda sobre conceitos, Grisa e Schneider (2014) avaliam que as políticas públicas refletem o entendimento dos grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição.

No que se refere à agricultura familiar, até a redemocratização do país não existia política pública com abrangência nacional voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares (SCHNEIDER *et al.* 2009, p. 22). Foi a partir da

redemocratização que ressurgiu o tema ‘segurança alimentar’ no Brasil. Em 1985, foi elaborada pelo Ministério de Abastecimento, Pecuária e Agricultura (MAPA) a proposta do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Essa proposta se concretizou como um instrumento de monitoramento das metas que foram estabelecidas no conjunto de ações e políticas para a realização da Segurança Alimentar e Nutricional, com aporte para a consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e ainda um avanço nos debates e na institucionalização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN, 2014).

As mudanças ocorridas entre 1985 e 2006, que abrangeram mudanças expressivas no rumo econômico, político e institucional do país, trouxeram novas ações de interesse para agricultura familiar, mobilizando diferentes atores sociais e a sociedade civil em torno de novos debates, sendo um deles a promoção de SAN. Uma política de SAN representa o conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição, a saúde e a sustentabilidade. Ela é articulada sob condições que permitam sua manutenção a longo prazo, algo que requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada em seus diferentes setores ou áreas de ação (CONSEA, 2004). Igualmente importantes, os programas de transferência de renda ganharam espaço a partir dos anos 1990 com aprovação de leis importantes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

A primeira política que veio ao encontro das reivindicações dos ‘pequenos produtores’ foi o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)<sup>7</sup>, que tinha como objetivo aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, inserção no mercado, emancipação e independência da tutela do governo, com titulação definitiva. Contudo, o programa não atingiu seu objetivo principal e foi encerrado em agosto de 1995, momento que foi lançado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), a princípio como linha de crédito para custeio.

Diante das reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)<sup>8</sup>, e pelas intensas mobilizações de agricultores cobrando ações governamentais a favor da Reforma Agrária que envolvesse a questão de crédito rural, culminou-se na criação do

---

<sup>7</sup> PROCERA - O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional, em 1985, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária (REZENDE, 1999).

<sup>8</sup> CONTAG - A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - fundada em 1964, é uma entidade brasileira que representa os trabalhadores rurais, através das FETAEG's - Federações Estaduais - que, por sua vez, reúnem os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de cada município.

Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar<sup>9</sup> (PRONAF), em 1996, sendo materializado em políticas públicas. Schneider *et al.* (2003) afirmam que, por meio de estudos realizados conjuntamente pela FAO/INCRA a agricultura familiar foi definida com maior precisão conceitual. A partir daí foi possível estabelecer um conjunto de diretrizes para nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Também foram esses estudos que serviram de base para as primeiras formulações do PRONAF<sup>10</sup>. O programa, além de reconhecer os agricultores como categoria social, foi criada como política de crédito e assistência técnica, visando promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído por agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda (MDA, 2014, p. 02).

No primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), em 2003, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), período que ocorreu unificação dos programas de transferência de renda, incorporando e integrando as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda: o Programa Bolsa Família. Desde 2003, o combate à fome passou a ser uma prioridade, período que foi criado o programa Fome Zero, viabilizando o início da estruturação do Sistema Nacional de Segurança alimentar (SISAN), a construção e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em âmbito federal, estadual e municipal (BRASIL, 2018). O objetivo principal do Projeto Fome Zero era, primordialmente, o combate à fome e as suas causas estruturais, cuja prioridade de

---

<sup>9</sup> São beneficiários do PRONAF os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, e que sejam residentes no estabelecimento ou em local próximo e que seja proprietário, comodatário, arrendatário, posseiro, permissionário de áreas públicas ou pertença ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA (BRASIL, 2018). E ainda, é preciso preencher os pré-requisitos no qual prevê que o beneficiário não poderá, dentre outros requisitos, possuir propriedade superior a 04 (quatro) módulos fiscais, demonstrar que 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar sejam provenientes do estabelecimento e que predomine o trabalho familiar na propriedade rural, sendo permitidos empregados permanentes, desde que em número inferior aos indivíduos da família que ocupa a propriedade. (BRASIL, 2006).

<sup>10</sup> PRONAF - São beneficiários do os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, e que sejam residentes no estabelecimento ou em local próximo e que seja proprietário, comodatário, arrendatário, posseiro, permissionário de áreas públicas ou pertença ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA (BRASIL, 2018). E ainda, é preciso preencher os pré-requisitos no qual prevê que o beneficiário não poderá, dentre outros requisitos, possuir propriedade superior a 04 (quatro) módulos fiscais, demonstrar que 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar sejam provenientes do estabelecimento e que predomine o trabalho familiar na propriedade rural, sendo permitidos empregados permanentes, desde que em número inferior aos indivíduos da família que ocupa a propriedade. (BRASIL, 2006).

governo direcionava à garantia da SAN. O programa promoveu um novo impulso a estas ações, às políticas sociais e ao combate à pobreza rural e urbana (Grisa; Schneider, 2015).

Outros avanços ocorreram no campo dos direitos sociais e combate à fome nesse primeiro ano do governo Lula. Entre eles está a reconstituição do CONSEA. A (re) instalação do CONSEA foi vinculada diretamente ao Gabinete da Presidência da República. Neste período reinicia um novo diálogo e a construção institucional, dando abertura à participação da sociedade civil e do governo federal em prol de ações e políticas públicas voltadas à SAN (SILVA, 2014). Este foi um passo importante nesse processo, em que as bases sociais passaram a ter mais uma instância de discussão e proposição acerca do tema de segurança alimentar e nutricional.

A partir daí, a SAN avançou na sua institucionalização no Brasil, visando a garantia de segurança alimentar e nutricional da população. Para Maluf (2007, p. 19) essa garantia tem como objetivo: “ações e políticas públicas subordinado a dois princípios que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar, princípio essencial para a garantia de segurança alimentar e nutricional”.

Efetivamente, as ações para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar vieram a partir do governo Lula, reconhecendo a sua importância para segurança alimentar da população. Com isso, as organizações ligadas à agricultura familiar passaram a ter mais acesso às informações e aos diferentes espaços oficiais de negociação de acordos agrícolas em curso. Para tanto, foi determinante a atuação de ONG's, a exemplo da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), o empenho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, assim como o apoio de instituições de pesquisa (DELGADO, N., 2010).

As expectativas de mudança gerada pelo início do governo Lula foram determinantes para entrar na pauta de negociações a preocupação com a agricultura familiar, abrindo a agenda para alguns temas de interesse desse setor, representando um enorme estímulo para a mobilização da sociedade civil em torno da concepção de democracia participativa e para criação de novos espaços públicos em várias áreas (DELGADO, N. 2010). A inserção da SAN na agenda governamental contribuiu para a integração de ações na direção da intersetorialidade como pode ser exemplificado pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – reconhecido como programa inovador por constituir-se simultaneamente em instrumento de política agrícola e de acesso à alimentação adequada e saudável.



Grisa e Schneider (2014) afirmam que o acesso aos mercados é um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar. Neste contexto, o PAA surge como oportunidade de expansão da produção pelas famílias. Isto é, um mercado institucional para os que não têm condições de concorrerem com grandes produtores e se veem em condições limitadas de geração de renda. O PAA foi criado visando fortalecer a agricultura familiar vinculando a compra de alimentos às ações de distribuição de produtos às famílias em condição de insegurança alimentar. Neste contexto, o governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, adquire alimentos dos agricultores familiares e atende pessoas em situação de risco alimentar.

O reconhecimento das dificuldades específicas da agricultura familiar viabilizou uma política pública específica para esse grupo social. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares. Estabelece também o reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais, da democratização do acesso às políticas públicas e do objetivo fundamental da segurança alimentar e nutricional da população brasileira (DELGADO, N. 2010, p. 57).

Nesta direção, Maluf (2007) afirma que a adoção de instrumentos de apoio à agricultura familiar, como o crédito, garantia de preço e associativismo, deveria articular-se para ampliar o valor agregado e apropriado por esses produtores, a exemplo da constituição de agroindústrias regionais de pequeno e médio porte sob o controle desses agricultores.

Pode-se afirmar que as ações realizadas no período de 2003-2016 avançaram em alguns aspectos, inclusive em sua capacidade de influenciar o avanço das políticas públicas. Foram avanços significativos, trazendo possibilidades de melhorias muito pontuais para os agricultores familiares. Todavia, a inserção de SAN na agenda governamental, tanto em nível nacional quanto internacional, sempre foi permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política (SILVA, 2014).

Já é assunto pacificado de que agricultura familiar ocupa papel importante no processo de reversão desse quadro, gerando alimentos para autoconsumo das famílias rurais e para o mercado interno, contribuindo para a sustentabilidade, equidade de inclusão social, além de desempenhar uma importância cada vez maior no cenário nacional como produtora de alimentos em quantidade e qualidade necessários à população.

As ações do governo anterior e as primeiras ações do governo vigente (2018-2022) já impactam negativamente a agricultura familiar e, conseqüentemente, o público que acessa essas políticas. Alegações que podem ser confirmadas, entre outros aspectos, com a extinção do CONSEA por meio da Medida Provisória (MP) nº. 870/2019, publicada no primeiro dia da gestão 2019-2022, que revoga inciso e artigo da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional/LOSAN, de 2006, e conseqüentemente promove a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na estrutura organizativa do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). As ações passaram a integrar a pasta do Ministério da Cidadania, dificultando a articulação para que sejam efetivadas. Isso mostrou que o esforço realizado nas últimas décadas em torno de ações concretas está sendo desmantelado.

Um dos reflexos refere-se à redução dos direitos já conquistados por meio das políticas públicas de segurança alimentar. Exemplo disso é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e prover alimentos para pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional, que ao longo dos anos estava mantendo sua estabilidade. Entretanto, no ano 2016 o programa já começou a sofrer cortes no orçamento, seguido de uma redução de 39% em 2017 em comparação ao ano anterior (SANTARELLI, 2017). De acordo com Lerrer (2019, p. 497):

Logo após a ascensão de Temer ao poder, em maio de 2016, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) perdeu R\$ 160 milhões de recursos, que seriam repassados à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para garantir restaurantes comunitários, bancos de alimentos, escolas, creches, equipamentos de assistência social e pessoas em situação de insegurança alimentar. Várias das políticas desenvolvidas pelo MDA foram extintas ou asfixiadas.

Pressupõe-se que essa instabilidade e oscilação na liberação e acesso a esses recursos pode acarretar, talvez a médio prazo, um desmonte com perdas irreparáveis, gerando insegurança e preocupação aos resultados alcançados até o momento. Além do mais, o país enfrenta a pandemia do novo coronavírus – Covid-19, desde março de 2020. O Brasil se tornou o epicentro global da pandemia e as ações em prol da SSAN estão sendo negligenciadas, aumentando a fome e agravando ainda mais as desigualdades sociais.

Em meio a essas discontinuidades, observa-se que os avanços em relação às políticas públicas rumo à segurança alimentar e nutricional vêm sendo comprometidos em vários aspectos. O comprometimento desses avanços fica em evidência, por exemplo, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que estabeleceu limite de gastos

públicos durante 20 anos, representando uma ruptura com os processos de pactuação voltados para ampliação, garantia e melhorias na qualidade não apenas da proteção social e SSAN, mas em outras áreas como a saúde e a educação (SANTARELLI *et al.*, 2017).

Além da aprovação do teto de gastos, da reforma trabalhista, da reforma previdenciária e de marcos fundamentais na conformação de um Estado de bem-estar social, o combate às desigualdades sociais está perdendo suas forças e gerando insegurança. Esses ajustes fiscais e a instabilidade nas políticas de Estado criadas para esse fim, causam o enfraquecimento das políticas e apontam para um acirramento da violação de direitos, aprofundamento das desigualdades e descomprometimento relacionado aos propósitos de equidade social.

O novo ciclo, marcado por mudanças no governo (2018-2022), fez emergir uma nova e grave crise econômica e política no país, e já está se refletindo numa boa parcela da população, principalmente a mais carente. Esta parcela da população depende de ações do governo para reduzir tais discrepâncias. O que parecia caminhar rumo à estabilidade nas últimas décadas agora se mostra extremamente frágil e comprometido. A crise política e econômica que se instalou no país e os processos globais em curso vem afetando inúmeras políticas públicas fundamentais, que foram construídas nos últimos anos para a redução da pobreza e a retirada do país do Mapa da Fome em 2014. Essa, pode-se dizer, foi uma das grandes conquistas que em boa parte podem ser creditadas às políticas públicas específicas para esse fim. Corre-se grande risco de retrocesso mesmo antes da sua superação, visto o desmonte de ações relacionadas às questões alimentares.

O momento político e econômico apresenta, no mínimo, muita insegurança e, conseqüentemente, traz impactos diretos e negativos às ações voltadas para o meio rural. Estamos assistindo desde 2016 uma conjuntura ainda mais crítica, na medida em que representantes de uma visão modernizadora da agricultura ganham mais poder no controle da terra e do desenvolvimento rural, gerando maior instabilidade à agricultura familiar (SANTARELLI *et al.* 2017).

Há um clima de desconfiança com relação ao setor estatal, ocasionando descrédito em relação ao Estado, à administração pública, às políticas públicas e aos próprios políticos. Com o retorno de governos autoritários e antidemocráticos, o que foi construído no âmbito de políticas públicas para agricultura familiar, de combate à fome e a redução da pobreza e promoção da SSAN lamentavelmente vem sendo desmantelado.

Estamos testemunhando uma forte desarticulação das ações a favor de SSAN. Além disso, assistimos ao aumento da extrema pobreza e a volta da fome. “O Brasil corre o risco de

se tornar um epicentro da fome devido à falta de políticas públicas para a segurança alimentar e o combate das desigualdades no país” (OXFAM, 2020). De acordo com dados estimados pela ONU, entre 88 e 115 milhões de pessoas entrariam para a extrema pobreza ainda em 2020. Em 2021, calcula-se o número de 150 milhões de pessoas. A extrema pobreza é a classificação para aqueles que vivem com U\$1,90 por dia, cerca de R\$ 10 reais, pelo câmbio de novembro de 2020 (OXFAM, 2020).

Nessa conjuntura, entende-se que as políticas públicas voltadas para agricultura familiar exercem função importante para reversão do processo de desigualdades. Contudo, a priorização das políticas neoliberais voltadas aos interesses do ‘mercado’ e aos grandes produtores vem representando “uma restrição dramática para os agricultores em todo o país, trazendo-nos à beira da extinção irremediável e agravando o dano irreparável que foi causado nos nossos arredores rurais” (DESMARAIS 2013, p. 108).

Assim sendo, o empenho na construção de uma política de segurança alimentar e nutricional proporcionou à agricultura familiar, por meio de compras públicas, ofertar alimentos às famílias em vulnerabilidade social e a entidades sob a responsabilidade local, sendo materializado como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O CONSEA foi fundamental na elaboração e proposição do Programa, unindo a função agrícola e SAN, articulando entre diferentes setores de governo a partir dos seguintes objetivos:

i) incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social; ii) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; iii) promover o acesso à alimentação às pessoas em situação de IAN<sup>11</sup>; iv) promover o abastecimento alimentar; v) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; vi) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; vii) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; viii) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; ix) estimular o cooperativismo e o associativismo. (SCHOTTZ, 2017, p. 86-87).

O PAA, além de fortalecer a agricultura familiar, visa assegurar o acesso aos alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar. É destinado à estruturação e desenvolvimento de agricultores, sendo implementado na etapa final do processo produtivo agrícola: o momento da comercialização. O programa possui cinco modalidades diferentes, por meio das quais são adquiridos alimentos diretamente da agricultura familiar ou de suas

---

<sup>11</sup> IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

organizações, assentados de reforma agrária, agroextrativistas, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas (IPEA, 2010).

O PAA mudou a perspectiva de muitos assentamentos na medida em que ganharam confiança quanto à venda de seus produtos, o que promoveu um foco na diversificação da produção (PONTES; SANTOS, 2015). De acordo com Grisa *et al.* (2010), o programa promove um canal de comercialização e inclusão no campo a partir do fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando ao mesmo tempo acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias à população em situação de insegurança alimentar. Contudo, o contexto atual confere muita instabilidade em relação às políticas públicas para o meio rural. Para exemplificar, apresentamos a Tabela 2 com os valores em reais dos recursos disponibilizados para o PAA no estado de Goiás, segundo dados da CONAB.

A redução dos valores do PAA mencionados anteriormente pode ser verificado nos valores disponibilizados para o estado de Goiás. Pelos dados apresentados na Tabela 2, é possível observar uma queda dos valores disponibilizados em relação ao ano de 2012 para 2013, depois ocorre o ápice dos valores disponibilizados em 2014. Entretanto, é a partir de 2015 que os valores começam a declinar sistematicamente. É possível verificar a diminuição do total de investimentos a partir de 2016 quando o programa sofreu um declínio ainda maior, no mesmo período que ocorreu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e ascensão de Michel Temer ao poder. De acordo com Sambuichi *et al.* (2019), os valores foram reduzidos nos demais Estados e em todas as modalidades do PAA.

**Tabela 2** - Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização entre os anos 2011 e 2018 no Estado de Goiás – (valores em reais).

Ano	CDS <sup>12</sup>	Formação Estoque	Sementes	Total
2019	686.925,00	-	-	689.925,00
2018	1.460.329,00	0	0	1.460.329,00
2017	2.578.598,59	111.300,00	754.908,60	3.444.807,19
2016	6.217.193,41	454.853,54	0	6.672.046,95
2015	11.986.233,62	0,00	499.988,91	12.486.222,53
2014	13.885.842	407.263	0	14.293.105,00

<sup>12</sup> CDS – A Modalidade Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2021).

<b>2013</b>	7.236.729,00	400.000,00	0	7.636.729,00
<b>2012</b>	11.303.464,00	515.195,00	0	11.818.659,00
<b>2011</b>	9.089.626,00	0	0	9.089.626,00

Fonte: Autoria própria com base em CONAB (2019).

Desde a sua criação, o PAA tem contribuído para que esse modo de aquisição de alimentos alcançasse legitimidade. É uma proposta possível para a consolidação da agricultura familiar, viabilizando a comercialização da sua produção a preços mais justos. Não só promove a renda do agricultor, mas também toda a cadeia local e regional, criando melhores condições de comercialização e geração de renda (Schmitt, 2005).

Igualmente importante tem sido a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, fica garantindo que a compra de pelo menos 30% da merenda escolar deve vir da agricultura familiar. Os recursos para alimentação escolar são transferidos pelo governo federal para os estados e municípios, e são destinados à aquisição de alimentos produzidos, de preferência no próprio município ou em municípios vizinhos, conforme prevê o Artigo 14 da referida lei:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009).

O programa tem como finalidade estabelecer um elo estratégico entre o desenvolvimento local e a alimentação das crianças. Viabilizando a produção familiar de alimentos, oferece comida para crianças na escola, promove a produção agroecológica e favorece aproximação entre a produção e o consumo. Essas ações vão contra a lógica da política hegemônica (MALUF, 2009).

Também retrata uma alternativa adequada ao perfil de assentados associar a produção local à aquisição de alimentos indispensáveis à alimentação dos estudantes das escolas públicas, podendo ser empregada tanto para os assentamentos da reforma agrária como para os demais trabalhadores rurais, cujas características das propriedades e da produção possibilitem sua classificação como pertinente à agricultura familiar (PONTES; SANTOS, 2015). O PNAE pode ser considerado uma das mais antigas e abrangentes políticas públicas de SAN no Brasil:

Em 31 de março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira assinou o Decreto nº. 37.106, criando a Campanha da Merenda Escolar (CME). O nome dessa campanha

foi se modificando, em 1979, foi denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente por “merenda escolar”. (BRASIL, 2006, p. 16).

Mediante a mudança do governo atual, Recine (2017) questiona se o número de pessoas atendidas pelo PNAE corre risco de ser reduzido, considerando as mudanças institucionais e cortes orçamentários ocorridos a partir de 2016. No mesmo ano o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pelo conjunto de programas de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar, foi extinto e seu quadro técnico, fragilizado, além das suas atribuições serem transferidas para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) na Casa Civil. A preocupação da autora antecede a um desmonte ainda mais preocupante em 2019, com a extinção do CONSEA, o que vem gerando insegurança ainda maior às ações voltadas à promoção de SSAN.

Cabe destacar que muitas famílias no meio rural ainda continuam afetadas pela insegurança alimentar. Todavia, os programas PAA e PNAE oferecem a possibilidade de diminuir a distância entre produção e consumo com “enorme capacidade de promover estímulo às relações sociais em rede, que fortalecem o tecido social local e geram oportunidades de diálogo entre as organizações produtoras e consumidoras de alimentos” (SANTARELLI; BURITY, *et al.* 2017, p. 37). O acesso aos mercados é uma das maiores dificuldades da agricultura familiar, inibindo o aumento da produção pelas famílias ocasionado por limite de fonte de recursos acessados, visto que se não têm condições de concorrerem com grandes produtores (Grisa; Schneider, 2014, p. 129).

No caso brasileiro, os problemas enfrentados pela agricultura familiar e suas especificidades requerem políticas públicas pertinentes que promovam a permanência do agricultor rural no campo. E nessa direção, o princípio de soberania alimentar estabelece que famílias rurais possam se desenvolver com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir, sem que isso esteja vinculado a decisões de terceiros e que consista na realização de direitos que são básicos à vida digna e segura.

Considerando o contexto apresentado e o caminho percorrido pelas famílias rurais ao longo dos anos, a proposta do próximo capítulo foi construída no sentido de entender algumas das implicações do processo modernização da agricultura no contexto geral e seus reflexos tanto para o estado de Goiás, quanto para o município de Morrinhos. Há que se ter em conta toda a reorganização do território, incluindo alterações nas relações de poder e nas dinâmicas territoriais. A partir disso, apresentamos como problemática identificar quais os fatores dos

processos de transformação em curso que mais incidem sobre a reprodução socioeconômica das famílias rurais e quais alternativas essas famílias estão criando mediante o contexto.

Para tanto, estabelecemos como objetivos: analisar o contexto no qual ocorreu a trajetória dos assentados; identificar o perfil produtivo; entender o papel das PP de SSAN, e qual a contribuição das cooperativas e associações existentes nos assentamentos como estratégias de reprodução socioeconômica dessas famílias. É o que será visto a seguir.



### **CAPÍTULO III**

#### **4 A REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM MORRINHOS: OPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Conforme já foi abordado, o município de Morrinhos (GO) está inserido no contexto da modernização do campo como fenômeno geral no Brasil, e não apenas goiano, no qual passou a se destacar em atividades econômicas ligadas à produção agropecuária, agroindústria e o que aparece em ascensão é o plantio de cana-de-açúcar, trazendo impactos sobre as condições socioambientais e de organização do território. As mudanças no meio rural ocorreram junto com as transformações sociais, políticas e econômicas no município.

O município de Morrinhos ficou conhecido pela sua força política na década passada, sendo considerado uma das principais unidades político-administrativas do estado de Goiás. As atividades econômicas ligadas à produção agropecuária e de agroindústria viabilizaram a sua modernização com instalação de empresas e atividades agroindustriais. Além disso, contou-se com incentivos fiscais por conta de redução de carga tributária oferecida pela prefeitura e pelo governo do estado (SANTOS, 2017).

A escolha dos assentamentos no município de Morrinhos (GO) surgiu por se tratar de uma região que se desenvolveu bastante nos últimos anos, principalmente a partir da modernização da agricultura. A expansão que ocorreu no estado de Goiás desde a década de 1970, como visto, trouxe reflexos importantes para agricultura no município. Essas mudanças demonstraram como os processos de transformação global abarcando os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais podem ser exemplificados em escala local, perspectiva essa que projeta o município na direção de dimensões mais amplas.

A compreensão das estratégias de reprodução socioeconômica das famílias pesquisadas tem uma conotação bem ampla se comparada aos agricultores familiares que não estão na condição de assentados. E, ainda, a questão fundiária é uma demanda que está longe de ser resolvida, mostrando que as desigualdades no campo não foram resolvidas e interferem em vários aspectos na vida das famílias rurais.

Nesta direção, emergiu o interesse de conhecer a realidade desses agricultores assentados, uma vez que estão ao redor de latifúndios monocultores, agroindústrias, uma usina de cana-de-açúcar e uma multinacional instaladas. O trabalho empírico partiu da trajetória de 121 famílias assentadas no município de Morrinhos (GO). O esforço empreendido na pesquisa de campo objetivou identificar as mudanças em curso que delinearão as estratégias de reprodução socioeconômica e as condições de sobrevivência e permanência no campo frente

aos desafios colocados para estes agricultores. Antes, porém, apresentamos a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos propostos.

#### **4.1 Pesquisa empírica e metodologia**

Para responder aos objetivos deste estudo foram realizados uma revisão da literatura, levantamentos e análise de dados de fonte primária e secundária, e pesquisa de campo. Para análise, utilizamos a abordagem qualitativa, visto que ela permite um aprofundamento maior da realidade, à medida que trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, que é entendido como parte da realidade social (MINAYO, 1994).

A organização do referencial histórico analisado nos dois capítulos precedentes possibilitou identificar e caracterizar os fatos socioeconômicos, as implicações das transformações no sistema agroalimentar mundial, o papel das políticas públicas de SSAN que envolvem a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no Brasil, visto sob um contexto de fenômenos que em muitos casos são comuns, mas se manifestam em territorialidades distintas.

O levantamento e a sistematização de informações de fontes secundárias ocorreram a partir de banco de dados realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) de Goiás, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários e entrevistas às famílias com mais de 10 anos nos assentamentos. Adaptamos o questionário referente ao estudo ‘Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação da experiência em diferentes regiões brasileiras’, realizada no ano de 2002, para a realidade da pesquisa nos assentamentos. Esse trabalho buscou verificar “como as dinâmicas territoriais e os projetos coletivos presentes em territórios determinados contemplam a agricultura familiar em suas múltiplas funções e heterogeneidade social” (CAZELLA *et al.*, 2009, p. 21).

Os temas abordados na referida pesquisa vão ao encontro com os objetivos desta tese, uma vez que apresentam experiências de agricultores familiares e o reconhecimento das múltiplas funções da agricultura familiar. A pesquisa também evidencia os territórios rurais, a noção de multifuncionalidade e as políticas públicas direcionadas a esse grupo social. Sob esta perspectiva, entendemos que analisar os processos em curso em um território pré-estabelecido

permite observar vários elementos e fatos sociais que compõem o meio rural como um todo, na fronteira com processos eminentemente urbanos.

De modo a compreender as particularidades da reprodução das famílias assentadas no município de Morrinhos (GO), a pesquisa foi realizada com 20 famílias. A sua escolha privilegiou aquelas com mais tempo nos assentamentos para delinear suas respectivas trajetórias e levantar o maior número de informações. Esperamos alcançar os objetivos da presente tese, tendo em conta o referencial teórico analisado nos capítulos anteriores.

Para a definição dessa amostra, realizamos uma pré-pesquisa de campo buscando identificar tanto as famílias, quanto as lideranças mais antigas nos três assentamentos. A fim de alcançar os agricultores mais antigos, foi preciso ir, além dos assentamentos, ao seu encontro tanto nas feiras de Goiatuba (GO), quanto nas feiras de Morrinhos (GO), momento em que foi possível também conhecer a variedade de gêneros alimentícios produzidos por eles.

O questionário (constante no Apêndice A), foi aplicado junto a 10 agricultores nos assentamentos Tijuqueiro I e Tijuqueiro II, e junto a 10 agricultores no assentamento São Domingos dos Olhos D'água. Ainda na pré-pesquisa visitamos a Secretaria de Agricultura Familiar no município, o IBGE local e as cooperativas existentes, uma no assentamento São Domingos<sup>13</sup> e outra no centro da cidade de Morrinhos.

Durante a pré-pesquisa obtivemos inúmeros relatos espontâneos, tendo sido todos eles registrados. *A priori*, não havia pretensão de utilização desses relatos, mas à medida que as visitas foram acontecendo, tanto na pré-pesquisa quanto na pesquisa de campo, percebemos a importância desses relatos. Também foi durante a pré-pesquisa que identificamos algumas questões importantes que não foram colocadas na construção do primeiro questionário, acima referido. Posto isto, decidimos acrescentá-las e reaplicá-lo, considerando que estas poderiam contribuir no sentido de conhecermos a percepção dos agricultores em relação às transformações em curso e aos fatores que mais incidem sobre a reprodução socioeconômica dos assentados.

A pesquisa de campo foi realizada no período de janeiro de 2018 a setembro de 2019, em 3 (três) fases: 1ª fase de pré-pesquisa – conhecimento dos assentamentos e assentados mais antigos, as principais lideranças e as pessoas envolvidas no processo de ocupação das terras (uma visita em cada assentamento - janeiro de 2018 e novembro de 2018); 2ª fase – mapeamento das famílias mais antigas ou com mais de 10 anos que estavam nos assentamentos

---

<sup>13</sup> A sede atual Cooperativa Solidária dos Agricultores da Reforma Agrária (COOPSAFRA), está localizada na cidade de Caldas Novas, todavia, os agricultores mantêm o galpão da antiga cooperativa no assentamento.

(uma visita em cada assentamento – início de julho de 2019) e a realização de aplicação do questionário-teste; 3ª fase – aplicação do questionário revisado a 20 vinte famílias (final de agosto de 2019 e início de setembro de 2019).

As entrevistas foram realizadas no final da pesquisa, (no início de setembro de 2019), cujo objetivo era alcançar uma perspectiva geral sobre os agricultores familiares assentados daquele município. Entrevistamos 04 (quatro) lideranças mais antigas dos três assentamentos (constante no Apêndice B), sendo elas: o presidente e a secretária da Cooperativa Agropecuária Integrada dos Produtores Familiares do Assentamento Tijuqueiro (COOPERFAT); o presidente e a secretária da Cooperativa Mista Solidária dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOP-SAFRA). E, por fim, entrevistamos o secretário da Secretaria de Agricultura Familiar em Morrinhos, que possibilitou o preenchimento de algumas lacunas. Somente com o questionário aplicado aos assentados não alcançaríamos os objetivos propostos.

Tanto a aplicação do questionário, quanto a realização das entrevistas foram precedidas da definição do recorte temporal para a realização da pesquisa e a coleta de dados secundários. Consideraram-se as transformações que marcaram a vida das famílias rurais a partir da década de 1990, correlacionando o histórico das políticas para o meio rural. Neste período, as famílias começaram a ocupação dos assentamentos no município de Morrinhos (GO). Ele antecede desdobramentos importantes para o reconhecimento social, formulação e implementação de políticas públicas voltadas para agricultura familiar no Brasil.

Durante as etapas da pesquisa buscamos apreender as alternativas que essas famílias encontram para sua reprodução, correlacionando ao contexto geral das famílias rurais no Brasil. Para tanto, consideram-se: as transformações em curso, a trajetória dos assentamentos e suas principais características; o papel das políticas de SSAN no processo de reprodução desses agricultores; os desafios e as possibilidades em meio ao processo de hegemonia do agronegócio, tão presente não só no estado, como no município. Por fim, apresentamos as reflexões teóricas evidenciadas pela literatura que orientaram as análises dos dados obtidos na pesquisa.

O estudo de caso como instrumento de análise possibilitou verificar junto a um grupo específico o avanço das atividades realizadas e mostrar a realidade das famílias pesquisadas. A análise dos dados coletados, sua interpretação de fatos levantados, e a exposição dos resultados foram esquematizadas de acordo com os objetivos enunciados. Para tanto, iniciamos com a descrição dos três assentamentos pesquisados e que serão apresentados a partir do próximo tópico.

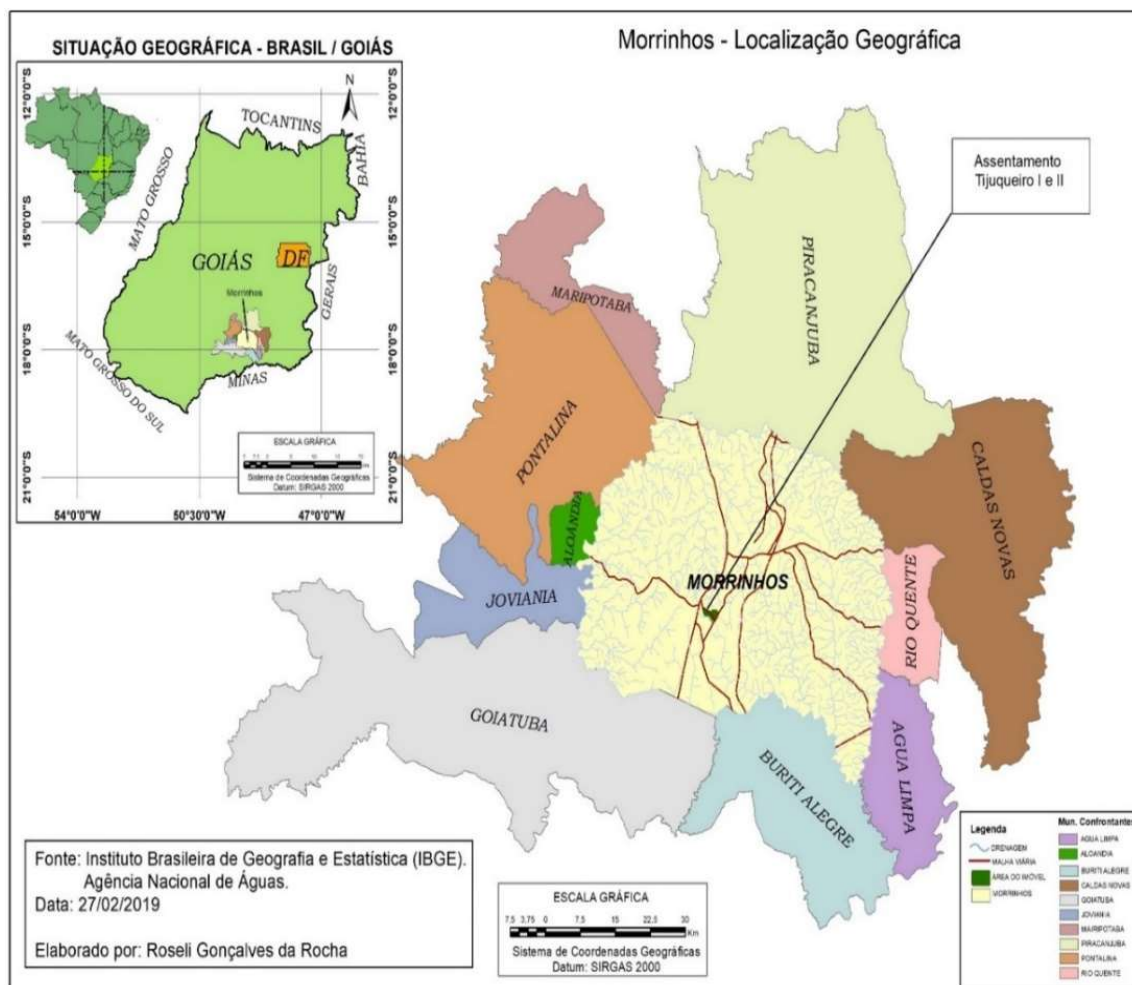
## **4.2 Os assentamentos no município de Morrinhos**

A origem das famílias rurais instaladas nos três assentamentos vem dos municípios de Piracanjuba, Caldas Novas, Goiatuba e do próprio município de Morrinhos, sendo que a maioria já trabalhava como empregado em fazendas da região. Os assentamentos no estado de Goiás foram criados entre os meses de outubro de 1986 e novembro de 2017, totalizando 308 assentamentos, com 13.019 famílias, numa área de 720.435 hectares, conforme divulgado no site do INCRA (2020). Na região do sul goiano, há seis assentamentos, sendo que três deles estão no município de Morrinhos. Os assentamentos em Morrinhos estão localizados junto à BR-153, entre os municípios de Morrinhos (GO) e Goiatuba (GO). As ocupações das terras nos três assentamentos ocorreram entre os anos de 1986 e 1999, sendo: o Tijuqueiro I, em 1986; o São Domingos dos Olhos D'água, em 1997; e o Tijuqueiro II, em 1999. As ocupações das famílias nos três assentamentos aconteceram de forma distinta, como será visto nos tópicos 4.2.1 e 4.2.2 a seguir.

### **4.2.1 Assentamentos Tijuqueiro I e Tijuqueiro II**

Os Assentamentos Tijuqueiro I e II abrigam 35 famílias e situam-se às margens da BR-153, no km 633, distante aproximadamente 15 km da cidade de Morrinhos (GO) e 136 Km de Goiânia (GO), capital do estado. Os dois assentamentos ficam do lado da BR 153, fazendo divida com o Instituto Federal Goiano.

abaixo a localização dos assentamentos Tijuqueiro I e II:



**Figura 5** - Mapa dos Assentamentos Tijuqueiro I e II. Fonte: Autoria própria, 2019.

No período de ocupação das terras em 1986, as áreas de instalação desses assentamentos eram de propriedade do Governo Federal, com uma área total de 962 hectares. Por meio do Ministério da Agricultura, firmou-se contrato de cessão de parte da área com o governo do estado de Goiás destinando-a a pesquisas agrícolas sob o comando da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA).

Nessa época, a EMGOPA realizava experimentos de sementes com o uso de diversos pivôs centrais na produção de arroz, soja e milho. Ao findar o contrato, a empresa foi absorvida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER/GO). Com o encerramento das atividades, vários funcionários ficaram sem receber os direitos trabalhistas mobilizaram-se em busca da garantia dos seus direitos na justiça.

Um pequeno grupo, formado por ex-funcionários da EMGOPA e famílias da região, ocupou a área com intuito de permanecer na terra (OLIVEIRA, 2007). Segundo relato dos moradores atuais, a terra era de propriedade da União e estava sendo utilizada apenas em parte.

Essa foi a justificativa inicial da ocupação, visto que uma grande área estava totalmente ociosa. As famílias permaneceram em acampamento, alojando-se em tendas e barracas, momento que começaram a pressão junto ao poder público para solução do problema, ou seja, a liberação das terras. Em meio ao processo de ocupação, o período de cessão das terras ao governo do estado de Goiás havia encerrado e a área retornou às mãos do Ministério da Agricultura.

De acordo com relato do primeiro morador, em 31/07/1986 o Ministério da Agricultura comunicou a realização de um sistema de comodato para as 20 (vinte) famílias. Nessa modalidade, “o Estado concede a uma família ou a um grupo de famílias o direito de utilizar o solo por um período longo, geralmente indeterminado, mas não permanente” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 69). A primeira ocupação, em 1986, deu origem ao Tijuqueiro I, inicialmente abrigando 20 famílias. Na distribuição das parcelas de terras algumas famílias receberam entre 15 e 17 hectares, sendo a diferença na metragem explicada por conta da ausência de água em alguns lotes, ou seja, uma pequena compensação em relação àqueles que contavam com tal recurso natural à sua disposição.

Após negociação entre o estado e o Ministério, as terras foram transferidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no mesmo ano, momento que inicia o processo de assentamento<sup>14</sup>. O Projeto de Assentamento Tijuqueiro foi elaborado e implementado pelo governo do estado de Goiás através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO). Sua efetivação ocorreu somente em 1988. Todavia, mantiveram o sistema de comodato. Embora a terra tenha sido distribuída, o grande problema enfrentado pelos assentados do Tijuqueiro I no primeiro momento era que nenhum recurso lhes foi destinados nem para custeio, nem para infraestrutura. Segundo relato de um dos moradores, desde o início da ocupação “o descompromisso era tão grande que os trabalhadores não tinham condições mínimas de se organizarem para a viabilização do assentamento, obrigando os chefes de famílias a trabalharem nas fazendas vizinhas”.

Mediante este cenário, os assentados formaram uma comissão com o objetivo de coordenar o trabalho entre si para que pudessem buscar recursos e financiamentos para que o projeto se viabilizasse. De acordo com Bertti (2002), a estratégia, nesse contexto, foi continuar trabalhando nas fazendas próximas como diaristas, situação que permaneceu por muito tempo. A infraestrutura básica do assentamento foi conseguida ao longo dos anos como resultado de reivindicações junto ao poder público. Ainda de acordo com o relato de um dos primeiros moradores, a eletrificação foi realizada em 1991, pelo governo do estado, e em 1992 foi

---

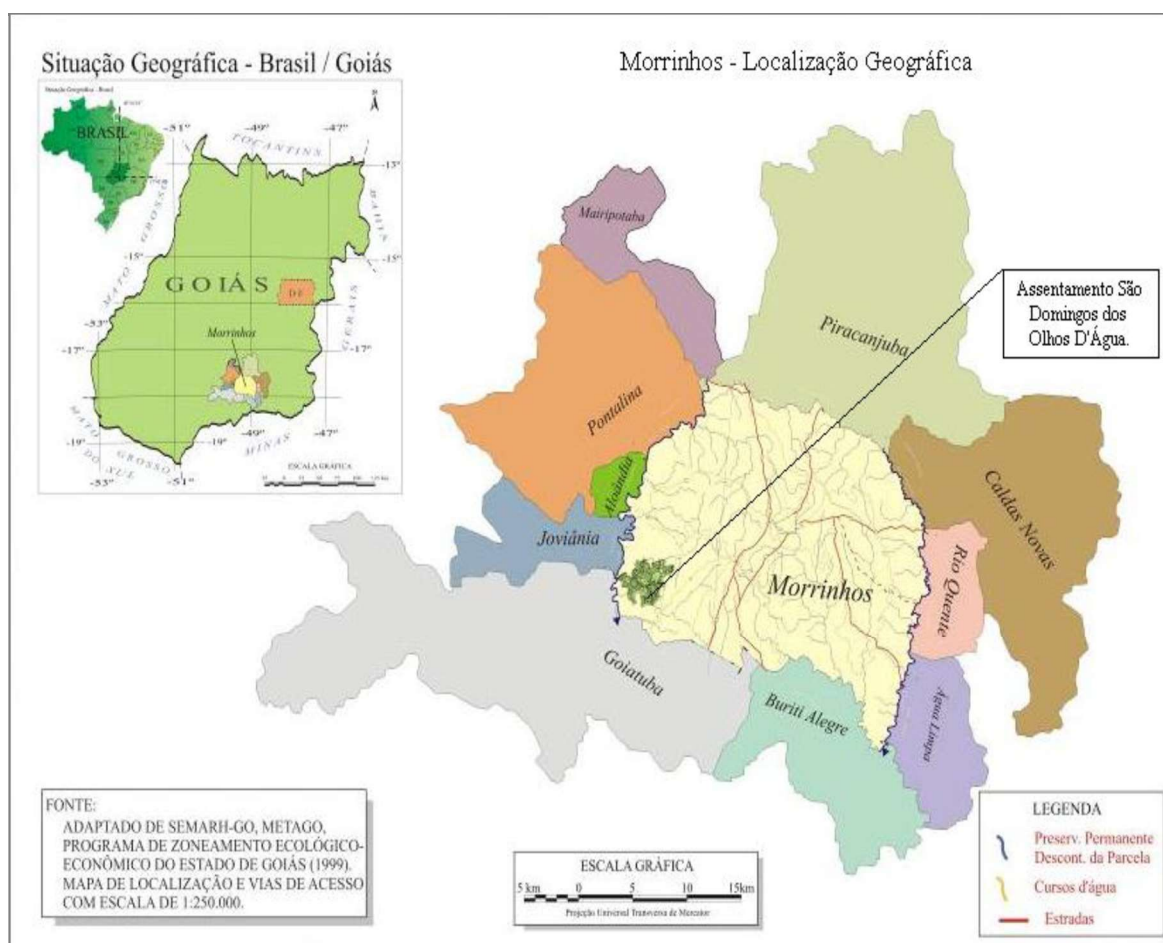
<sup>14</sup> Relato do Secretário de Agricultura Familiar em Morrinhos, 2018.

fornecido material para a construção das casas de alvenaria, sendo construídas pelos próprios assentados.

Aproximadamente, 12 anos depois, o benefício foi estendido para 15 famílias da região, formando o Tijuqueiro II, efetivando 35 famílias. Esse segundo assentamento se deu a partir da ocupação na área da fazenda no final de 1998 e início de 1999 e que acabou sendo doada pela União ao INCRA em 10 de novembro de 1999 (BERTTI, 2002).

#### 4.2.2 Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água

O assentamento São Domingos dos Olhos D'Água localiza-se no município de Morrinhos (GO), próximo à BR-153, ficando mais próximo à cidade de Goiatuba (GO). A Figura 6 mostra a localização do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água:



**Figura 6** - Mapa do Assentamento São Domingos no município de Morrinhos. Fonte: Odair Rodrigues de Oliveira, 2010.



As parcelas de lotes foram distribuídas em tamanhos diferentes, variando de 26 a 33 hectares. Essa diferença se deve à qualidade do solo e ao relevo. Lotes com solos mais férteis em relevo mais plano são menores, e lotes com solos menos férteis com relevos mais acidentados são maiores (PONTES; SANTOS, 2016).

O assentamento surgiu de um acampamento na própria Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água, conduzido por trabalhadores rurais sem terra que vieram da região e do município de Piracanjuba em 1997. Depois da realização de cadastro junto ao INCRA, ocuparam parte das terras ociosas e montaram acampamento de lonas para moradia das famílias, totalizando 86 famílias (INCRA, 2017). Esses agricultores aguardaram pela posse da terra durante 7 anos, todavia sob o Contrato de Concessão de Uso (CCU). A ocupação dessas terras não ocorreu de forma pacífica, conforme relatado por um dos moradores que está no assentamento desde a primeira ocupação.

Segundo ele, além da demora para garantia do direito, a luta pela terra foi marcada por vários constrangimentos, ameaças verbais, destruição e queima das barracas do acampamento que, diga-se de passagem, “já eram precárias”. Em alguns momentos houve até o uso de arma de fogo, o que causou lesão física em alguns acampados. Esse foi um período que essas famílias passaram por todos os tipos de privações, inclusive alimentares, pois só tinham arroz, feijão e fubá de alimento<sup>15</sup>. A infraestrutura básica do assentamento também foi conseguida ao longo dos anos como resultado de reivindicações junto ao poder público, situação parecida com o andamento dos assentamentos Tijuqueiro I e II.

Nessa ocasião, a ajuda da CPT aos assentados do São Domingos dos Olhos D'Água foi imprescindível, visto que por meio da Comissão foi possível arrecadar cestas básicas para esses trabalhadores na fase de acampados. A CPT está ou esteve presente em quase todos os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dando suporte às comissões de organização dos acampamentos e às futuras ocupações (VIEIRA, 2010). Ela exerce um papel fundamental, permitindo a união dos envolvidos na luta pela terra e possibilitando a formação do MST, como um movimento de caráter nacional, amplo e unificado e não fragmentado em diversos movimentos menores (STÉDILE; FERNANDES, 1999). Desde então esse novo ator social organiza-se com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar e da reforma agrária.

Os próximos tópicos (3.3; 3.4; 3.5 e 3.6), serão retomados e analisados conjuntamente com os temas abordados no capítulo 1 e 2, os aspectos históricos e sociais que contribuem ou

---

<sup>15</sup> Relato do primeiro morador do assentamento.

dificultam a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Será feito um recorte das famílias assentadas do município de Morrinhos, permitindo a verificação dos objetivos propostos na presente pesquisa.

### **4.3 Trajetória e Perfil Socioeconômico das famílias assentadas**

É comum as características dos agricultores assentados nas várias regiões do país apresentarem situações semelhantes. No entanto, é preciso considerar suas particularidades e o contexto territorial. Diz-se aqui sobre as dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais prevalentes no território pesquisado, visto que a identidade dos agricultores familiares é construída a partir das relações com o território. A heterogeneidade das situações apresentadas e a diversidade da agricultura familiar de maneira geral confirmam a importância de ressaltar a trajetória e o perfil dos agricultores pesquisados.

Nesta perspectiva, apresentamos nos próximos tópicos alguma das principais características dos agricultores assentados no município de Morrinhos (GO). Serão analisadas: a idade; escolaridade; tamanho da família; o número de trabalhadores na produção familiar; tamanho dos lotes; principais atividades; grau de mecanização; acesso ao crédito; a relação com cooperativas e/ou associações; a relação com o mercado; dentre outras.

Ao chegar nos assentamentos na primeira visita, tivemos a impressão de que eram situações atípicas, visto que as características dos assentamentos não são de pobreza extrema ou de insegurança alimentar. Desta forma, focamos o estudo na compreensão dos gargalos enfrentados por essas famílias para produzirem e se reproduzirem em condições de autonomia frente às adversidades e às aspirações de emancipação daqueles que estão envolvidos na produção primária, para recordar Ploeg (2008) citado anteriormente.

Em um dos relatos espontâneos identificamos que quase metade dos moradores do São Domingos abandonou seus lotes logo nos primeiros anos. As justificativas apresentadas pelos moradores atuais foram na direção de que naquele momento as famílias acamparam em barracas feitas de lona e não tinham a mínima estrutura. Além das dificuldades também não receberam muito ajuda do governo naquele momento:

Naquela época, o Incra mandava arroz, feijão e fubá para as famílias, e depois saiu um dinheiro para fomento que foi para alimentação, não lembro direito, mas foi em torno de R\$ 400,00, e os assentados não tiveram que pagar, mas ninguém sabia mexer na terra e não tinha nenhum dinheiro do governo, só com a legitimação foram

concedidos alguns benefícios. Foi muito sofrido, 7 anos de luta, muita gente não aguentou esperar... As condições de moradia só melhoraram com a aplicação dos recursos quando o governo liberou dinheiro para construção das casas de alvenaria. O fomento foi de R\$ 4.000,00, sendo que R\$ 3.000,00 foi do Inbra. Até então nós morávamos em acampamentos feitos de lona. Mas isso só foi depois do PRONAF (Relato espontâneo 01).

Ainda de acordo com esse primeiro morador, enquanto muitos não conseguiram resistir, os agricultores que ficaram revelam bastante apego e querem que os filhos continuem nas terras: “primeiro eles vão estudar fora e depois voltam para cuidar das terras”. Nesses depoimentos espontâneos, os quais entendemos que são importantes relatar, percebeu-se que os remanescentes não pretendem vender ou sair dos lotes mesmo na situação atual que, segundo eles: “o período é de muita preocupação”. Já se passaram quase 30 anos desde que as primeiras famílias chegaram aos assentamentos e a situação de incerteza e instabilidade continua, então precisam buscar todas as alternativas possíveis para continuar no campo.

Corroborando com Abramovay (2012) o agricultor familiar está presente em ambientes sociais e econômicos diversos, apresenta diferenças numa mesma região. Ao delinear o perfil dos agricultores assentados foi possível conhecer a origem das famílias, geração de renda e algumas de suas tradições e costumes. Também foi possível identificar as atividades desenvolvidas dentro e fora dos estabelecimentos.

Foram encontradas famílias que remanescem desde o início da ocupação nos três assentamentos, bem como famílias que chegaram há pouco mais de 02 anos. No entanto, a pesquisa foi realizada junto aos moradores mais antigos ou com mais de 10 anos nos assentamentos. Todos os agricultores pesquisados se consideram na condição de agricultores familiares e suas atividades são realizadas totalmente pelo grupo familiar, cuja dedicação à produção agrícola ultrapassa a 80%. Perguntados por que se consideram nessa condição, a maioria respondeu se referindo a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/06).

Logo na primeira visita constatamos que todos os assentados possuem casas de alvenaria, com energia elétrica e acesso à internet, banheiro com vaso sanitário, água encanada e fossa séptica. Todavia, não há instalações de rede de esgoto e água tratada. A água utilizada para consumo residencial é proveniente de bicas ou cisternas convencionais. Identificamos máquinas e equipamentos de produção como tratores, ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento de leite em oito estabelecimentos pesquisados. Contudo, essa não é a realidade comum do conjunto das famílias.

Em alguns estabelecimentos encontramos duas ou mais pessoas trabalhando. A média da estrutura familiar é: o casal e 2 filhos, mas nem todos os filhos estão trabalhando no

estabelecimento. A contratação de serviços de terceiros ocorre apenas quando há extrema necessidade. Verificou-se também a troca de dias de trabalho com parentes e vizinhos, o que lembra os antigos mutirões, em especial alguns casos raros de plantio ou colheita ou para fazer cerca de arame, roça de pasto etc. Esta é uma prática comum que não se perdeu com o tempo. Consoante a isto, Schneider (2003) afirma que é no interior do grupo familiar que se localizam as principais razões que explicam a persistência e a sobrevivência de certas unidades e o desaparecimento de outras, visto que as condições materiais e o ambiente social são fundamentais nas trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica e cultural. Ou seja, a reprodução é o resultado do processo de interação das famílias e o ambiente que estão inseridas.

A situação do envelhecimento é um processo que está cada vez mais presente estabelecimentos espalhados pelo país, conforme veremos na Tabela 3 a seguir. Embora não tenha sido enfatizado ao longo do estudo, verificamos na pesquisa de campo que o envelhecimento é um importante fator para entendermos como se configura a reprodução socioeconômica das famílias rurais, visto que pode influenciar no modo de condução do estabelecimento. O Quadro 2 apresenta a faixa etária do responsável pelo estabelecimento:

**Quadro 2** - Faixa etária do responsável pelo estabelecimento.

Entre 31 e 40 anos	1
Entre 41 e 50 anos	5
Entre 51 e 60 anos	8
Entre 61 e 70 anos	5
Acima de 70 anos	1
<b>Total</b>	<b>20</b>

Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019.

Da amostra, 30% dos representantes dos estabelecimentos já são aposentados e contam com a aposentadoria rural para complementação de suas rendas. Existe uma tendência em curso que direciona para o envelhecimento da população rural. A Tabela 3 que fornece uma ideia diante do aumento da faixa etária dos responsáveis dos estabelecimentos no Brasil e no município de Morrinhos:

**Tabela 3** - Número de estabelecimentos agropecuários/dirigentes por faixa etária em percentual – (%).

<b>Dimensão territorial</b>	<b>2006</b>	<b>Menor 25 anos</b>	<b>25 a 35 anos</b>	<b>35 a 45 anos</b>	<b>45 a 55 anos</b>	<b>55 a 65 anos</b>	<b>65 anos e mais</b>
<b>Brasil</b>	5175636	3,3	13,56	21,93	23,34	20,35	17,52
<b>Morrinhos</b>	1795	1,34	7,57	20,17	25,18	24,17	21,46
<b>Dimensão territorial</b>	<b>2017</b>	<b>Menor 25 anos</b>	<b>25 a 35 anos</b>	<b>35 a 45 anos</b>	<b>45 a 55 anos</b>	<b>55 a 65 anos</b>	<b>65 anos e mais</b>
<b>Brasil*</b>	5072152	1,97	9,23	17,79	24,09	23,35	23,05
<b>Morrinhos*</b>	2168	0,32	3,32	10,24	23,67	32,44	29,58

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE, censos de 2006 e 2017.

**Nota:** A soma das últimas linhas – Brasil e Morrinhos/2017 não conferem com o total de dirigentes por estabelecimentos, todavia, está descrito conforme a tabela do IBGE.

A Tabela 3 apresenta o número de estabelecimentos agropecuários/dirigentes por faixa etária em percentual no Brasil e no município de Morrinhos. Ela evidencia a diminuição entre os dirigentes mais jovens entre os anos de 2006 e 2017. No Brasil, o número de dirigentes entre 25 e 35 anos reduziu 31,94% em 2017 em relação ao ano de 2006. Em Morrinhos, na mesma faixa etária e período, reduziu 56,14%. Conseqüentemente, cresce o número de dirigentes acima de 65 anos. No Brasil, o número de dirigentes acima de 65 anos aumentou 31,56% em 2017 em relação ao ano 2006. Em Morrinhos, na mesma faixa etária e período, esse número aumentou 37,84%.

Dentre os responsáveis pelos estabelecimentos pesquisados, sobressaem as faixas etárias entre 51 e 60 anos e 61 a 70 anos. Não encontramos na pesquisa de campo responsáveis pelos estabelecimentos com menos 30 anos de idade. Essa é uma questão social relevante no meio rural, conforme aponta pesquisa de Spanevello (2017), mediante as incertezas apontadas para as novas gerações permanecerem no campo. Contudo, é importante ressaltar que um dos critérios para pesquisa empírica foi alcançar os responsáveis mais antigos dos assentamentos, o que pode ter contribuído com essa faixa etária. E a falta de produtores mais jovens pode ser explicada pela situação dos filhos estudantes.

Nessa direção, os pais afirmam que incentivam os filhos a buscarem oportunidades nos centros urbanos, principalmente no que se refere aos estudos. Isso pode caracterizar duas situações distintas, a primeira, que a trajetória dos filhos é diferente dos pais, visto que eles têm mais oportunidades de estudar; a segunda caminha na direção das oportunidades que as cidades oferecem, muitas vezes maiores que as do campo, o que pode motivar os filhos a não voltarem

para o meio rural. Além do mais, para alguns dos pesquisados aposentados, não há preocupação em diversificar a produção já que eles têm uma renda fixa.

Entre os assentados pesquisados percebeu-se que não há analfabetismo. No entanto, 60% dos entrevistados possuem apenas o nível fundamental incompleto. Perguntamos se havia interesse em dar continuidade aos estudos e os responsáveis responderam que não: para a maioria a preocupação com educação é apenas para os filhos. Dentre os principais motivos pela baixa escolaridade dos agricultores está a necessidade de começar o trabalho muito cedo devido à falta de recursos financeiros. Também foi perguntado acerca do nível de escolaridade das esposas e, coincidentemente, o nível delas é praticamente o mesmo que o dos maridos. O Quadro 3 apresenta a escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos pesquisados:

**Quadro 3** - Escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos.

Alfabetizado	2
Ensino Médio Completo	2
Ensino Médio incompleto	3
Fundamental completo	1
Fundamental incompleto	12
<b>N=</b>	<b>20</b>

Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

Para os filhos dos agricultores, há disponibilidade de veículo de transporte escolar da Prefeitura do município de Morrinhos. No entanto, os filhos que estão estudando em curso superior, na maioria dos casos, estudam fora e só vão para os assentamentos em período de feriados prolongados ou férias escolares. Presenciamos ao longo de toda pesquisa uma realidade cada vez mais comum nos assentamentos espalhados pelo Brasil em que muitos jovens saem de seus municípios se deslocando para outros em busca de novas oportunidades de estudo e emprego.

O perfil dos assentados pesquisados se aproxima dessa realidade, tanto no que diz respeito à questão do envelhecimento, quanto em relação ao baixo nível de escolaridade. Foram evidenciadas as dificuldades de acesso à educação dos responsáveis pelos estabelecimentos. De acordo com Cazella (2003), na falta de condições materiais mínimas para concretizarem seus projetos, os mais jovens arriscam a sorte nas cidades. Isso muitas vezes é explicado pela

necessidade de trabalhar fora e complementar a renda da família. Observando as estratégias de reprodução social das famílias nesses assentamentos, na maior parte dos casos percebemos o envelhecimento e uma grande dificuldade de manter ou garantir a permanência dos jovens no meio rural pela falta de oportunidades e por expectativas de oportunidades nos centros urbanos.

Para a compreensão da situação das unidades produtivas dos assentados, no próximo tópico são apresentadas algumas das estratégias de produção das famílias pesquisadas, visando responder aos questionamentos em relação aos limites e às possibilidades colocadas para esses agricultores.

#### **4.4 Estratégias de produção e reprodução das famílias pesquisadas**

Conforme apontado nas pesquisas de Ploeg (2208) e Lamarche (1993, 1998), as famílias rurais têm uma enorme capacidade de adaptação, resistência e resiliência frente aos contextos de incertezas e às intensas mudanças do sistema agroalimentar. Pressupõe-se o estabelecimento de diferentes estratégias de reprodução socioeconômica. Os desafios e possibilidades, mesmo que muito semelhantes às outras famílias rurais, devem ser analisados de região para região e de acordo com o contexto que elas estão inseridas.

Também é preciso considerar que a presente pesquisa se refere a assentados da reforma agrária, sendo mais um elemento a ser incluído na discussão, visto que há algumas particularidades específicas dessas famílias. Logo, a discussão ocorreu acerca das estratégias empreendidas, tendo como lente a importância da agricultura familiar para promoção de SSAN. Visamos compreender a trajetória das famílias rurais em um contexto de intensas transformações do sistema agroalimentar, principalmente nos últimos anos.

Enquanto alguns agricultores procuram conservar suas tradições familiares, preservando-as e ao conhecimento adquirido na prática, a maioria está engajada na ‘modernidade da agricultura’, afirmando que estão sempre dispostos a inovar e usar as tecnologias, inserirem-se nas chamadas públicas de comercialização e outras possibilidades. Esse movimento depende apenas que os usos delas façam ganhar ‘autonomia’ e uma renda maior para sua família. O que eles chamam de ‘autonomia’ refere-se a ter mais de uma possibilidade de garantir autossustento, qualidade de vida aos seus familiares e alcançar o mercado para garantir outras necessidades, como o acesso à saúde e educação para os filhos, sem depender exclusivamente de políticas que estão em constante instabilidade.

Retomando Wanderley (2001), os agricultores inovam para melhorar a qualidade de vida de seus familiares e enfrentam os novos desafios com as ‘armas’ que possuem ou que aprenderam a usar a partir de sua experiência, garantindo a sua imediata sobrevivência. Portanto, as reflexões apresentadas referem-se aos principais resultados encontrados em relação às estratégias empregadas pelos agricultores familiares dos assentamentos no município de Morrinhos (GO).

Os agricultores familiares compõem um grupo social bastante heterogêneo, como já exposto, apresentando uma diversidade de características, como as formas de organização, grau de ‘modernização’, composição familiar, trabalho, entre outros. Consequentemente, as estratégias de reprodução social e econômica podem variar de acordo com os contextos nos quais essas famílias estão inseridas. Diante disso, o presente estudo de caso abordou um conjunto de fatores comuns às famílias rurais no Brasil, seu objeto de estudo foram os assentamentos em Morrinhos (GO). Objetivou-se analisar as estratégias das quais esses agricultores estão se valendo para sua reprodução num contexto de incertezas. As reflexões apresentadas a seguir referem-se aos principais resultados encontrados em relação às estratégias empregadas pelos agricultores no que se refere ao papel das políticas públicas de SSAN no processo de reprodução dessas famílias.

#### **4.4.1 O papel das PP de SSAN no processo de reprodução dos assentados**

Como já foi apresentado, desde o Golpe de 1964, formou-se um aparato de políticas públicas, crédito rural, financiamento e subsídios para atrair grandes empresas agroindustriais ao país. Fatores esses que marginalizaram outras áreas e priorizaram a produção de monoculturas voltadas para exportação. Também é a partir desse período, principalmente a partir de 1980, que o estado de Goiás passa a ser palco de programas de investimento voltados para a agricultura, que vieram atrelados a medidas e estratégias de desenvolvimento criadas pelo Estado e seus representantes. Neste período também começaram as primeiras ocupações de terras no estado, quando movimentos sociais organizados iniciaram a busca por terras improdutivas para formação de assentamentos.

Essas estratégias, tanto de Estado, quanto de Governo influenciaram de forma significativa a vida dos agricultores que procuravam por terra. Foi nesse período que as primeiras famílias agricultoras no município de Morrinhos se estabeleceram em terras ociosas



do estado, que hoje são os assentamentos do Tijuqueiro I e II, e terras improdutivas na fazenda São Domingos dos Olhos D'água, constituindo o assentamento de mesmo nome. A análise do processo de ocupação e organização dos territórios no Brasil é complexa. Entre os fatores que destacamos nesta pesquisa está aquele referente ao debate em torno da construção da categoria 'agricultura familiar', constituindo o agricultor familiar como ator social e objeto de políticas públicas.

Em vários momentos buscamos apresentar a heterogeneidade de conceitos, dos atores envolvidos e as suas dificuldades em distingui-los. O que se fez oportuno foi apresentar o quanto a trajetória das famílias rurais transformou-se ao longo dos anos e como as denominações são expressas de formas distintas, variando de acordo com o contexto e o momento político.

As reivindicações dos movimentos sociais para criação de políticas públicas voltadas às necessidades dos pequenos agricultores, principalmente no que se refere ao crédito e acesso ao mercado, trouxeram inúmeros debates para a inclusão produtiva e as condições de geração de renda para as pessoas que vivem no campo. Conforme abordado por Delgado (2010), mesmo com a existência de várias políticas para o meio rural, a prioridade se mantém para a agricultura empresarial. Em contrapartida, vários programas foram criados, outros fortalecidos ou reorganizados, buscando condições para auxiliar à reprodução da agricultura familiar.

Nessa direção, um dos objetivos da presente pesquisa era compreender o papel das PP de SSAN para reprodução socioeconômica das famílias assentadas. Os entrevistados relataram que os primeiros anos foram os mais difíceis, pois não tinham alimento, moradia e muito menos incentivo do governo. "Tudo era muito precário", eles afirmam, inclusive as entradas de acesso aos assentamentos. Apesar de ter uma via importante, a BR-153, as vias de acesso aos assentamentos ainda precisam de manutenção e melhorias. A realidade dos três assentamentos só começou a mudar com a criação do PRONAF, viabilizando a manutenção da maioria dos assentados no campo.

De acordo com os critérios do PRONAF, para que possa obter o crédito, o agricultor familiar precisa apresentar um projeto viável do ponto de vista técnico, econômico e financeiro. Todavia, 80% dos entrevistados informaram que se encontram inadimplentes em relação ao crédito advindo do PRONAF e que estão se valendo de outros meios para dar continuidade às suas atividades. Diante disso, não conseguem nenhum crédito junto aos bancos e, conseqüentemente, comprometem a reprodução de suas famílias.

Assim sendo, questionamos em quais aspectos as políticas públicas e programas do governo contribuem ou não para produção e reprodução dessas famílias e qual a justificativa. As respostas foram na direção de que o PRONAF foi muito importante no início da ocupação para estruturação dos assentamentos e para início da produção agrícola. Contudo, a maioria não conta com esse apoio devido a inadimplência. Também informaram que até 2017 conseguiram participar de algumas chamadas públicas para o PAA, e que nos dias atuais apenas o PNAE auxilia-os na comercialização.

Questionamos também quais eram as maiores dificuldades enfrentadas para continuidade da produção agrícola e a resposta dos agricultores foram no sentido de que não são apenas as dificuldades diretas os entraves para produção nos assentamentos. Eles precisam lidar com outras dificuldades, como clima, sazonalidade de produção de alguns cultivos, falta de assistência técnica, colheita diferente da expectativa inicial e falta de mercado para venda da produção.

Algumas famílias informaram que estavam se valendo das possibilidades de se inserirem em programas como o PAA enquanto foi possível. Hoje contam com a expectativa de retorno. Informaram também que estão se organizando por meio das cooperativas para auxiliarem na definição da produção e venda para atender as chamadas do PNAE. Outras alternativas que têm se apresentado são a venda nas feiras livres e as vendas sob demanda. De acordo com os entrevistados, embora a feira não seja totalmente satisfatória, é um dos espaços de venda que os agricultores podem contar a qualquer momento para comercialização direta:

A maior dificuldade dos produtores, recentemente, é em relação ao PAA. Se o PAA acabar mesmo os produtores não terão onde vender tudo, principalmente as hortaliças. Antes era mais produção de leite, depois com o PAA funcionando direitinho aumentamos o hortifrutigranjeiro. Agora a maioria está voltando para o leite porque a venda é garantida, o preço do leite varia, mas podemos fazer compromisso do dinheiro no mês seguinte. (ENTREVISTADO 01).

Abordamos ao longo da tese as mudanças que ocorreram em torno da PP de segurança alimentar, o esforço empreendido pelos movimentos sociais e atores sociais para que a agricultura familiar fosse reconhecida, e o seu papel na promoção de segurança alimentar. Durante a pré-pesquisa de campo, algumas famílias enfatizaram as políticas públicas como vitais para o bom andamento dos estabelecimentos, inclusive como o caminho viável para auxiliá-los na venda dos produtos. No entanto, ao longo da pesquisa identificamos que parte dos agricultores e lideranças dos três assentamentos entende que as famílias não podem ser dependentes do PAA e do PNAE como as únicas estratégias utilizadas para sua reprodução,

visto que não há regularidade e, conseqüentemente, seria um risco alto até para o próprio autossustento.

Ainda na direção de políticas públicas, além das feiras, o município de Morrinhos não oferece apoio específico aos agricultores familiares assentados. Todavia, foi constatado a existência de uma lei municipal de incentivo e apoio à pequena propriedade rural, que foi reconhecida por um dos agricultores:

Não tem assistência técnica, não tem manutenção de estradas, um veterinário que a gente precisa tem que ser pago, então que lei é essa que não adianta a hora que a gente precisa? A Secretaria de agricultura familiar até tenta ajudar com alguma orientação com reunião entre os agricultores para passar alguma informação, mas nunca vi um benefício dessa lei. A prefeitura até ajuda com algum tipo de maquinário, mas só chega se pagar o óleo diesel. (ENTREVISTADO 04).

De acordo com o secretário da Secretaria de Agricultura Familiar, o apoio à agricultura familiar no município de Morrinhos ocorre no sentido de divulgar os programas e políticas existentes para garantir a participação do maior número de agricultores em programa e projetos:

Embora não exista ações concretas em relação a apoio a esses agricultores, há debates e propostas no sentido de apoiá-los, tanto assentados quanto os demais agricultores do município. Há um conselho atuante que participam inúmeras organizações, entre elas: Banco do Brasil, Complem, Emater, Agrodefesa, IF Goiano, UEG, CREA. Atuam na efetivação das leis de serviço de inspeção municipal, estadual e federal - SIF, SIE e SIM e selo de qualidade semiartesanal. Reunimos também com as famílias de Morrinhos que buscam aquisição de terras pelo Programa Nacional do Crédito Fundiário<sup>16</sup> (PNCF) (ENTREVISTADO 05).

Entre as dificuldades encontradas, uma foi relatada por todos os pesquisados: a assistência técnica. Constatamos que embora, tenha um escritório da Emater no município, apenas um servidor está alocado na unidade. Seu relato é de que não consegue atender um município que conta com 2.168 unidades agropecuárias. O servidor afirma que consegue realizar alguns cursos de forma coletiva, mas estes não são suficientes para atender todas as famílias agricultoras do município. Não há tempo e estrutura para um trabalho mais efetivo.

Nessa mesma direção, o secretário de Agricultura Familiar afirma que, além da assistência, o crédito é um recurso importante que também precisa ser resolvido. É importante

---

16 O Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) em sua versão original é um programa realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário. O PNCF oferece condições para que trabalhadores rurais com pouca ou sem nenhuma terra possam comprar um imóvel rural. Além da terra, o agricultor pode, por meio do financiamento, construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente. O financiamento tanto pode ser individual quanto coletivo.

que seja associado a um conjunto de políticas que propicie a reprodução das famílias, sendo fundamental estar acompanhado de mecanismos de comercialização, que é o principal interesse dos assentados.

Boa parte dos agricultores opta pela pecuária leiteira, realizando suas vendas pelas cooperativas, haja vista o retorno financeiro imediato. Para eles, a vínculo com o cooperativismo é considerado como estratégia para auxiliar na comercialização. Nesta direção, os processos organizativos mostram novas possibilidades para esses agricultores, visando ampliar os processos de comercialização e ajuda mútua entre eles, conforme veremos a seguir.

#### **4.4.2 O papel das cooperativas e associações: Produção e Mercado**

A articulação com as cooperativas está cada vez mais presente na vida dos agricultores familiares não só em Morrinhos, mas em todo país. A associação a uma cooperativa diminui as incertezas quanto à comercialização e o fornecimento de insumos. Há uma rede de troca de informações entre os cooperados e eles se instruem de como obter acesso aos programas e como realizar o planejamento de produção e logística, por exemplo. Conseqüentemente, a criação de cooperativas vem sendo muito incentivada com o intuito de oferecer melhores condições para que os agricultores vendam seus excedentes, caracterizando o cooperativismo como importante estratégia de reprodução.

Em busca de alternativas para ampliação da capacidade de sobrevivência econômica, os assentados no município de Morrinhos viram o cooperativismo como mecanismos de inserção no mercado, obtenção de renda, aumento do seu poder de negociação e maior capacidade de compartilhar recursos. Atualmente, 50% dos agricultores pesquisados afirmaram que são cooperados nas duas cooperativas criadas por eles.

Alguns dos agricultores, principalmente do assentamento São Domingos, têm diversificado sua produção e intercalado a venda da produção por meio da Cooperativa Mista Solidária dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOPSAFRA), por meio das feiras livres, PNAE e vendas diretas. Nos assentamentos Tijuqueiro I e II, a maior parte da produção está concentrada em torno da pecuária leiteira. O leite é vendido para as cooperativas locais e, em alguns casos, para Piracanjuba (GO) e Goiânia (GO).

A produção leiteira destaca-se como estratégia produtiva não só entre esses produtores familiares, mas também em todo estado de Goiás. A atividade passou a desempenhar um

importante papel no que diz respeito ao aspecto econômico da maioria das famílias pesquisadas. Assim sendo, as cooperativas chegaram como um dos recursos mais importantes para venda da sua produção. No caso dessas famílias, destacam-se pela facilidade de aproveitamento de terras, configurando-se como uma importante estratégia de reprodução socioeconômica.

As famílias que se dedicam à produção de leite produzem entre 150 e 500 litros/dia. No geral, afirmam que estão desestimulados a produzir hortifrutigranjeiros, visto que “se com o leite já tem não tem garantias, imagina com as hortaliças que não tem onde vender” (LIDERANÇA 04). O depoimento da liderança 04 diz respeito à oscilação do preço do leite, pois, segundo ele, o agricultor não consegue fazer um planejamento, embora seja uma renda garantida e regular.

Os agricultores afirmam que a organização em cooperativa auxilia em alguns aspectos. Eles estão sempre sob expectativa da liberação ou não de recursos para aderirem aos programas do governo, como é o caso do PAA e PNAE. Ao longo da pesquisa abordamos a importância do PAA para promoção de segurança alimentar. Neste caso específico, muitas entidades e escolas começaram a adquirir alimentos produzidos na região, como hortaliças e frutas, apoiando a produção dos assentamentos. Além de alimentos saudáveis, é um meio de valorização dos hábitos alimentares locais.

Contudo, os avanços alcançados nessa direção estão em risco, dado o direcionamento das políticas que estão sendo implementadas pelo governo vigente (2018-2022). O ambiente institucional que se estabelece com o novo governo e as relações até então estabelecidas são, no mínimo, bastante preocupantes, visto que o discurso da produtividade continua dominante, conforme exemplificamos a seguir.

Os agricultores informam ainda que, por meio das cooperativas, as vendas melhoraram nos últimos anos de forma significativa, tendo participado de chamadas públicas. A Tabela 4 apresenta os valores disponibilizados para a COOPERFAT no período de 2011 a 2017 para venda da produção, sendo destinada a inúmeras entidades do município.

A Tabela 4 apresenta os valores liberados para a Cooperativa dos Agricultores Familiares do município de Morrinhos (COOPERFAT) por meio das chamadas públicas entre os anos de 2011 e 2017. Observa-se que os recursos destinados pelo Governo Federal ao programa tiveram aumento gradual de 2011 até 2016. Todavia, os valores sofreram uma queda brusca no ano de 2017 e não houve nenhuma chamada para que os agricultores pudessem participar no ano de 2018. Se utilizarmos os valores formalizados em 2013 em relação ao 2017, a redução é de 78,11%.

**Tabela 4** - Valores liberados do PAA – Período de 2012 a 2017 para COOPERFAT (valores em reais).

2011		2012		2013	
Formalizado	Executado	Formalizado	Executado	Formalizado	Executado
206.988,28	206.988,28	71.988,44	71.988,44	456.728,35	456.683,93
2014		2015/2016		2017	
Formalizado	Executado	Formalizado	Executado	Formalizado	Executado
448.435,65	438.175,57	1.087.867,58	1.055.285,99	99.999,75	99.920,10

Fonte: Elaborado com base em CONAB, 2019.

A cooperativa criada pelos assentados São Domingos do Olhos D'água também auxilia os agricultores no processo de comercialização, sendo possível a realização de várias ações conjuntas. As Tabelas 6 e 7 apresentam os valores liberados do PAA em chamadas públicas, entre os anos 2011 e 2016. Os primeiros dados apresentados referem-se à antiga cooperativa, Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Assentamento São Domingos (COOP AGRIF).

**Tabela 5** - Valores liberados do PAA – Período de 2011 e 2012 para COOP AGRIF (valores em reais).

2011			2012		
Organizadora	Formalizado	Executado	Organizadora	Formalizado	Executado
COOP AGRIF*	571.406,80	571.406,80	COOP AGRIF	913.175,91	149.764,90
<b>Total</b>	<b>571.406,80</b>	<b>571.406,80</b>	<b>Total</b>	<b>913.175,91</b>	<b>149.764,90</b>

Fonte: Elaborado com base em CONAB, 2019.

**Nota:** Antiga cooperativa do assentamento.

A partir de 2013, encerra-se a COOP AGRIF e inicia-se a Cooperativa Mista Solidária dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária (COOP SAFRA)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> A COO SAFRA tem sede no município de Caldas Novas (58km de Morrinhos). Segundo o presidente da cooperativa, os produtos do assentamento vão, prioritariamente para Caldas Novas e Goiatuba, sendo que a escolha do município ocorreu em virtude de acordo com a COOPERFAT, para não gerar concorrência entre eles nas chamadas públicas.

**Tabela 6** - Valores liberados do PAA – Período de 2013 e 2016 à Coop Safra (valores em reais).

2013			2014		
Organizadora	Formalizado	Executado	Organizadora	Formalizado	Executado
COOP SAFRA	480.667,04	480.667,04	COOP SAFRA	123.471,17	114.753,98
<b>Total</b>	<b>480.667,04</b>	<b>480.667,04</b>	<b>Total</b>	<b>123.471,17</b>	<b>114.753,98</b>
2015			2016		
Organizadora	Formalizado	Executado	Organizadora	Formalizado	Executado
COOP SAFRA	55.994,30	52.845,96	COOP SAFRA	61.674,25	61.603,25
<b>Total</b>	<b>55.994,30</b>	<b>52.845,96</b>	<b>Total</b>	<b>61.674,25</b>	<b>61.603,25</b>

Fonte: Elaborado com base em CONAB, 2019.

As Tabelas 5 e 6 apresentam os valores liberados para a COOP AGRIF e COOP SAFRA, por meio das chamadas públicas, entre os anos de 2011 e 2016. Observa-se aqui também que os valores tiveram uma queda brusca no ano de 2016 em relação aos anos anteriores. Embora os valores não sejam contínuos, se utilizarmos os valores formalizados em 2013 em relação a 2016, a queda chega a 87%. Durante as entrevistas alguns dos agricultores informaram que a estratégia de “diversificar a produção para venda perdeu o sentido”, por isso muitos deles estão priorizando a produção de leite.

Os agricultores entrevistados de ambos os assentamentos demonstraram bastante preocupação diante dos cortes do PAA, visto que desde 2018 não foi disponibilizado nenhum recurso para que os agricultores participassem de alguma chamada pública:

O PAA mudou a produção de muitos assentados na medida em que ganharam confiança para vender de seus produtos, a diversificação da produção passou a ser focada, visto que o limite só diz respeito aos valores anuais pagos ao produtor ficando livre a quantidade e variedade dos produtos. Sem essas políticas, principalmente o PAA, praticamente os agricultores voltaram à estaca zero. (ENTREVISTADO 05).

O PAA até 2017 auxiliou bastante na comercialização, sendo responsável por uma grande parcela de venda dos produtos por um bom tempo e visto como ferramenta de apoio aos agricultores. Contudo, até a última visita aos assentamentos em setembro de 2019, as famílias ainda estavam com expectativa de liberação de novos recursos, visto que só as feiras livres não são capazes de absorver toda produção, preocupação que foi relatada por quase todas as famílias.

À medida que os recursos e as possibilidades de chamadas públicas foram chegando viabilizaram a manutenção das cooperativas, todavia, os cortes dos programas para o

município obrigaram as famílias voltar às vendas nas feiras livres. (ENTREVISTADO 17).

O que se sabe é que as famílias cada vez mais estão desconfiadas quanto à permanência da política. De acordo com o depoimento da secretária da COOPERFAT, muitos dos projetos que estavam em andamento foram desmantelados junto com esfacelamento da política.

A suspensão do PAA dificultou a comercialização não só para os assentados como também para outros agricultores familiares do município, conseqüentemente, muitos deixaram de ser cooperados, colocando as cooperativas em dificuldades financeira, uma vez que ela se mantém por meio das contribuições agricultores. O resultado disso foi que os cooperados deixam de pagar os 7% que são obrigatórios para se manter cooperados, com isso a sobrevivência da cooperativa fica em risco.

De acordo com o depoimento do secretário da Secretaria de Agricultura Familiar a falta de crédito somada com a suspensão do PAA dificultou em muito a comercialização desses agricultores:

Tudo ficou muito difícil, principalmente em relação as políticas do governo federal, PAA e PNAE. Não há disponibilidade de créditos por meio do PRONAF para o agricultor familiar, e a política dos bancos é que se 2% do município estiver inadimplente o recurso é cortado para os demais e nos assentamentos a inadimplência ultrapassa 80%. Mas foi a suspensão dos recursos do PAA o que causou maior impacto.

Os depoimentos são todos na mesma direção: antes o PAA e PNAE possibilitava maior comercialização, valorização do preço dos produtos, possibilidade de expandir e de promover a integração deles às cooperativas. Hoje as famílias contam somente com os recursos do PNAE. A Tabela 7 apresenta alguns valores totais do PNAE direcionados ao município no período de 2011 a 2017:

**Tabela 7** - Aquisições da agricultura familiar via PNAE no Município de Morrinhos/Goiás.

<b>Ano</b>	<b>Entidade Executora</b>	<b>Valor Transferido</b>	<b>Aquisições AF</b>	<b>Percentual</b>
2011	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 269.874,00	R\$ 52.384,22	19,41%
2012	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 325.056,00	R\$ 0,00	0,00%
2013	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 425.820,00	R\$ 119.297,96	28%
2014	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 352.836,00	R\$ 142.915,77	41%
2015	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 458.004,00	R\$ 147.747,53	32%
2016	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 480.717,49	R\$ 150.376,90	31,28%
2017	Prefeitura Mun. de Morrinhos	R\$ 552.206,00	R\$ 203.976,80	36,94%

Fonte: Elaborado com base em FNDE, 2019.



A Tabela 7 apresenta o percentual das aquisições da agricultura familiar via PNAE no Município de Morrinhos, variando o percentual adquirido pela agricultores familiares de 0% em 2012 e chegando a 41% em 2014. Ou seja, os alimentos adquiridos da agricultura familiar estão acima do mínimo obrigatório, conforme prevê o Artigo 14 da Lei 11.947/09, o que é fator positivo em meio a tantas dificuldades.

Ainda em relação à comercialização, principalmente de hortaliças, os agricultores afirmam que, além dos problemas relatados, ainda precisam enfrentar a figura do atravessador. Segundo eles, isso ocorre quando os agricultores não conseguem vender seus produtos por meio das chamadas públicas e vão em busca de frutarias, supermercados ou outros meios para conseguirem escoar sua produção. Embora tenham produtos de maior qualidade “esse atravessador é um concorrente em potencial já que tem uma estrutura bem maior e os seus produtos são visualmente melhores”, tornando-se um obstáculo e limitando o espaço de articulação dos agricultores, visto que possuem maiores recursos e possibilidades de negociação com os entrepostos (LIDERANÇA 04). Essas dinâmicas impactam no processo de comercialização, além de desconsiderar a cultura alimentar, os hábitos de consumo e as tradições locais.

As políticas públicas de desenvolvimento rural vieram como uma forma de equacionar problemas do desenvolvimento. Contudo, a realidade desses agricultores é de constante insegurança, tendo que contornar os desafios em vários momentos, mesmo com seu papel reconhecido, conforme o relato do secretário:

Os assentamentos cumprem papel importante à promoção de segurança alimentar da própria família e da comunidade local, mas entendo que precisam dispor de mecanismos para que isso ocorra, visto que são imprescindíveis para sua sobrevivência e reprodução. Além do mais, necessitam de outros recursos para que possam manter uma qualidade de vida e manter esses agricultores no campo. (LIDERANÇA 5).

Em 2020, o governo do estado de Goiás abriu um edital, publicado no dia 08 de setembro de 2020, contemplando 75 municípios goianos para cadastro de agricultores familiares que se encaixem no disposto da Lei 11.326/06 para compra com Doação Simultânea no Programa de Aquisição Alimentos do estado de Goiás (PAA/GO), no qual Morrinhos está incluso. Os primeiros itens da lista de critérios para atendimento são: a participação em associação de produtores e a participação em cooperativa. O valor total a ser disponibilizado é de R\$53.600,00. O limite anual de participação por unidade familiar na modalidade Compra com Doação Simultânea, nas aquisições realizadas individualmente, será de R\$ 6.500,00 (seis mil e

quinhentos reais) por ano civil. Todavia, é preciso frisar que o presente edital não atende sequer 1/3 dos municípios, visto que o Estado tem 246 municípios.

Mesmo diante de todas as dificuldades, atualmente 50% dos agricultores entrevistados são cooperados e acham importante a presença das cooperativas. Para estes, a venda coletiva é bem mais tranquila e sempre são informados de alguma chamada pública para que possam participar. Os agricultores que informaram não ter interesse em serem cooperados alegaram não verem vantagem diante de tantas incertezas ou que o custo para ser cooperado é alto.

Fomos informados que nos assentamentos Tijuqueiro I e II há uma associação. Tentamos por 3 vezes acesso à presidente, mas sem êxito. Buscamos as ações realizadas juntos aos agricultores, todavia, ninguém soube responder de que forma ela atua e não lembraram de nenhuma ação específica realizada pela associação em questão. A Associação de Moradores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, por seu turno, situa-se no próprio assentamento e sua sede é na residência do antigo proprietário da Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água na época da ocupação de terras. A sede da Associação é o local de encontro dos assentados para realização de reuniões. A associação oferece apoio em aspectos de saúde, educação ou tratamento odontológico. De acordo com os moradores os auxílios que estão recebendo são de estudantes e professores do IF Goiano – Campus Morrinhos e da Universidade Unicerrado – em Goiatuba.

Nos próximos tópicos serão apresentadas a forma com que essas famílias vêm utilizando suas terras e as principais atividades econômicas realizadas nas unidades produtivas.

#### **4.4.3 O uso da terra, produção e consumo dos assentados**

Enquanto o grande proprietário tem domínio sobre a terra, as famílias pesquisadas ainda não têm a titulação. Há um esforço empreendido que, segundo algumas famílias, se dá no sentido de pagar o georreferenciamento das terras para agilizar a efetivação da sua titulação. Essa garantia representa, para maioria deles, a efetivação de um direito social e econômico. A segurança obtida pode dar maior liberdade para que possam estabelecer suas estratégias a médio e longo prazo. O tamanho dos lotes apresenta-se como um dos gargalos a serem enfrentados pelos agricultores familiares assentados para sua produção e reprodução, tendo em conta que a maioria não pode contar com toda a sua extensão.

Como já foi relatado, o assentamento São Domingos se deu a partir de um grupo de 85 famílias que ocupou parte da terra improdutiva de um latifundiário no ano de 1997. E desde 2004, as famílias estão em regime de Contrato de Concessão de Uso (CCU). Os assentamentos Tijuqueiro I e II se formaram a partir da ocupação, em 1986, por 35 famílias de agricultores de terras ociosas do Estado. No entanto, só acessaram o direito de permanecer na terra por meio de comodato. Até os dias de hoje, tanto o Tijuqueiro I, quanto o Tijuqueiro II ainda estão sob este regime. Segundo dados do IBGE (2017), o registro dessas famílias apresenta-se como sendo ‘Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária’ e ‘Posse não titulada’, conforme Tabela 8:

**Tabela 8** - Número de estabelecimentos agropecuários por forma de obtenção das terras em Morrinhos.

Município	Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	Posse não titulada
Morrinhos (GO)	100	22

Fonte: Elaborado com base em IBGE, 2017.

**Nota:** No município tem apenas 121 famílias registradas como assentadas.

A questão fundiária é um problema histórico. A reforma agrária não pode representar apenas a distribuição de terras, mas precisa viabilizar a produção e reprodução pelos produtores. Assim sendo, o direito à terra é a primeira fase que os assentados precisam enfrentar para sua reprodução e permanência no campo, oferecendo mecanismos para sua efetivação. Os agricultores pesquisados só contam com a Contrato de Concessão de Uso (CCU) ou ‘Licença de Ocupação por Reforma Agrária’ e o Comodato, que é apenas um empréstimo gratuito, ou seja, não dá garantias a essas famílias de direito a sua terra.

#### 4.4.3.1 Produção nos assentamentos

Foram identificadas várias atividades agrícolas nos três assentamentos, prevalecendo a produção de leite *in natura* e seus derivados, seguidas pela produção de hortifrutigranjeiro, bovinocultura, avicultura, suinocultura, entre outros. O depoimento dos agricultores nos mostra que todas as atividades desempenhadas nos estabelecimentos visam garantir uma vida melhor, ao mesmo tempo que garante a produção para o autoconsumo, evidenciando o que Wanderley (2001) aponta sobre a integração ao mercado dessas famílias. Isso lhes assegura acesso a

atividades estáveis e rentáveis através da escolha de produtos de fácil comercialização, sem deixar de considerar a produção para o autoconsumo. O Quadro 4 apresenta as principais atividades geradoras de renda desempenhadas pelos entrevistados nos três assentamentos:

**Quadro 4** - Principais atividades desempenhadas pelos entrevistados.

Aluguel de pasto/Produção de Requeijão	01
Ervas Medicinais	01
Hortaliças/Leite	01
Hortaliças/Rapadura	01
Hortifrutigranjeiro	01
Leite/Hortaliças	01
Panificação	01
Pecuária de Corte	01
Produção de Leite	05
Produção de Leite/Peixe	01
Produção de Leite/Suinocultura/Avicultura	01
Produção de Leite/Suinocultura/Soja	01
Produção de Milho Mandioca	01
Produção de Queijos e Derivados	01
Rapadura + Derivados da Cana	01
Suinocultura/Avicultura	01
<b>Total</b>	<b>20</b>

Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

Uma das estratégias utilizadas por esses assentados para evitar a queda dos rendimentos se dá no sentido de diversificar a produção. Primeiro, porque pode ocorrer instabilidade de preço de alguns produtos. E segundo porque viabiliza o atendimento às demandas específicas. Ploeg (2008) atribui à diversificação o caráter de luta constante pelo fortalecimento da base de recursos disponíveis, buscando por autonomia e liberdade. De acordo com o autor, os agricultores inovam e reagem em face do contexto de conflitos e adversidades, sendo caracterizada por eles como estratégia muito comum de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade.

Além dos produtos *in natura*, muitas dessas famílias se dedicam à fabricação de: rapadura, açúcar mascavo, queijo, requeijão, mingau de milho verde, doces, pães, bolos, farinha de mandioca, polvilho etc. Um dos produtores de rapadura e derivados da cana, e outro de panificação realizam a produção em duas pequenas agroindústrias. Um dos produtores de

rapadura vem adicionando novos sabores à iguaria e, com isso, agrega valor a esses produtos. Na última visita ao assentamento, em setembro de 2019, fomos informados que essa agroindústria estava em processo de registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), para certificação.

Em relação à produção para o autoconsumo, questionamos se as famílias tinham medo de faltar comida para seu sustento e 100% responderam que não, pois têm quase tudo no assentamento. Completaram que precisam comprar muito pouco de alimentação no mercado e possuem o suficiente para suas necessidades básicas. Suas despesas maiores se referem a material de higiene e limpeza:

Aqui tem quase tudo: carne, ovos, leite, frutas e hortaliças. De consumo a gente só tem que preocupar com arroz, feijão, café e açúcar. Daí o que a gente vende é para outras necessidades. (ENTREVISTADO 03).

Também questionamos caso tivessem que comprar os alimentos que obtêm diretamente no estabelecimento qual seria o valor gasto por mês e as informações foram de 1/4 do salário-mínimo até 1,5 salário-mínimo<sup>18</sup>. No entanto, responderam que, se tivessem que comprar tudo no mercado, não teriam recursos suficientes sem que isso comprometesse outras necessidades. Todos são unânimes em dizer que a diversificação da produção de gêneros alimentícios que assegure o autossustento sempre será a prioridade. Nessa direção, Grisa (2007) aponta que, fortalecer a produção de autoconsumo é importante não apenas por suprir as necessidades alimentares da família, mas pelo que ela representa na garantia da segurança alimentar e nutricional, caracterizando uma estratégia importante para reprodução da unidade familiar.

Praticamente todas as famílias possuem horta, criação de porcos, galinhas, milho e mandioca e a carne bovina também está entre os alimentos que são destinados para consumo próprio. Ademais, o autoconsumo é considerado como parte dos rendimentos informados pelos agricultores pesquisados. Para Maluf (2002), o desenvolvimento da produção agrícola deve ser considerado um elemento importante na reprodução das famílias rurais, sendo considerada fonte direta de renda. Na mesma direção, Schneider (2009) e Ploeg (2008) afirmam que essa renda não monetária compõe as estratégias de resistências, viabilizando que as famílias economizem recursos na compra de alimentos nos mercados.

Uma curiosidade encontrada é que eles não têm o costume de plantar arroz e feijão para o autoconsumo. As cabeças de gado, galinhas e porcos são criados à moda antiga, enquanto

---

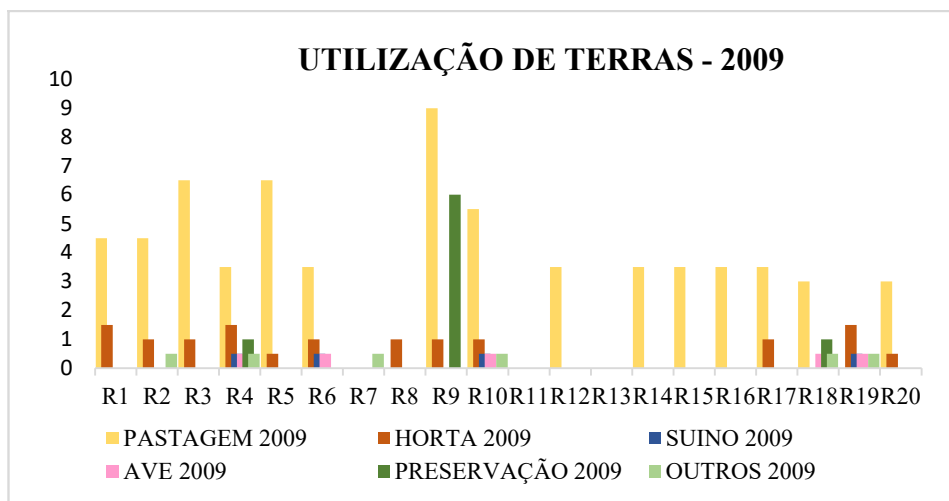
<sup>18</sup> Salário-mínimo vigente em 2019: R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

técnicas modernas permitem a criação de peixes em tanques e reservatórios encontrados em dois estabelecimentos. A maioria dessas famílias demonstra estar disposta a usar as tecnologias, buscar conhecimento sobre mecanização, diversificar sua produção e os mecanismos necessários para sua reprodução, seja a participação em mercados, políticas públicas, organização social, bem como outras formas para superar os desafios.

No que se refere às técnicas de produção, todos informaram que não utilizam adubos industriais. A maioria não faz uso de agrotóxicos nos cultivos e alguns informaram que, quando usam algum tipo de agrotóxicos, “é muito pouco”. Para eles, a redução ou não utilização de agrotóxicos, o cuidado com as nascentes e o respeito à reserva legal dos assentamentos geram efeitos positivos na preservação do meio ambiente. Contudo, não há produção orgânica nos assentamentos. A justificativa para não aderirem à produção orgânica refere-se aos custos elevados e a falta de mercado.

Na realização da pesquisa de campo, levamos em consideração as formas de utilização da terra e trabalho que visam a reprodução dessas famílias. Ao analisá-la, observa-se uma pequena mudança, quase imperceptível, nos últimos 10 anos. Isto é, houve uma tendência à transição de hortifrutigranjeiro para pecuária leiteira, conforme os relatos dos agricultores. Há alguns fatores que contribuem com as mudanças nos assentamentos. Primeiro por conta da instabilidade das políticas para o processo de comercialização, principalmente para comercialização de hortaliças. Segundo por conta da oportunidade de uma renda monetária mensal regular proporcionada pela pecuária leiteira.

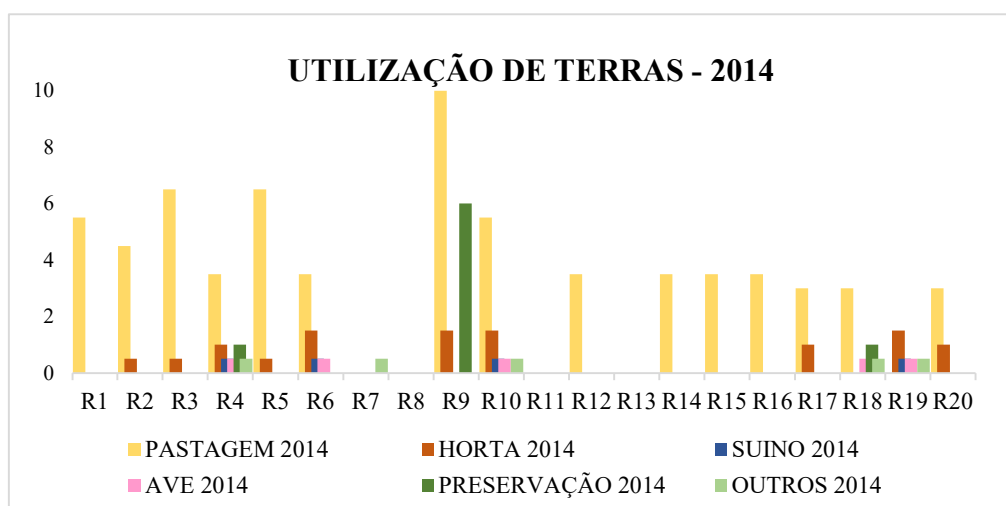
Os próximos gráficos (Figuras 6, 7 e 8) apresentam a forma como as terras foram utilizadas nos últimos 10 anos pelos agricultores. Das 20 famílias pesquisadas apenas um morador não utiliza suas terras para produção agrícola. Os demais cultivam em áreas que variam de 0,5 a 6,5 hectares. Alguns reclamam que cultivam em menos terra devido ao solo ser muito ruim. Por exemplo, em vários estabelecimentos do assentamento São Domingos os agricultores não conseguem utilizar quase 2 hectares. Os dados apresentados abaixo foram discriminados a partir das informações dos agricultores em relação à média de terra utilizada para produção. A Figura 7 apresenta essa descrição por respondente, onde R1 a R20 correspondem aos 20 responsáveis pelo estabelecimento pesquisado:



**Figura 7** - Utilização de terras em 2009. Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

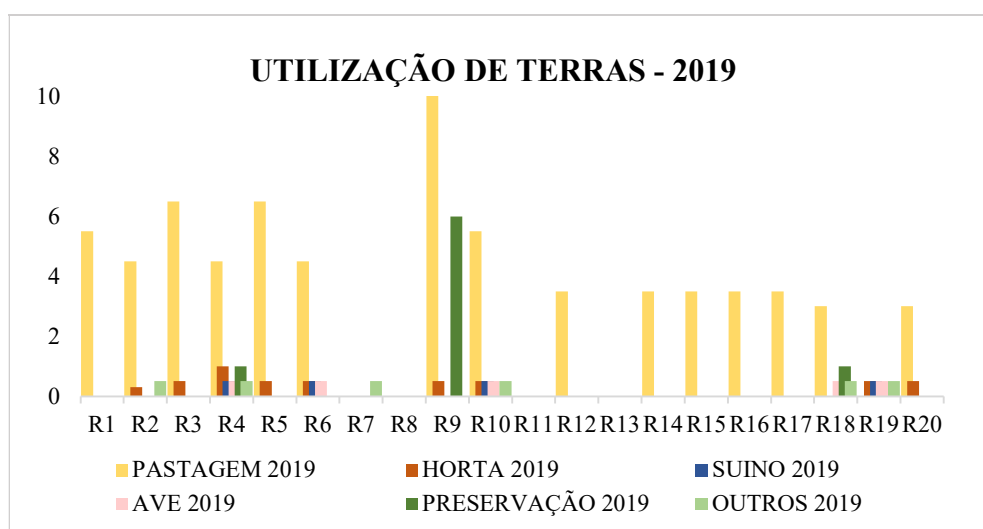
Algumas famílias afirmaram que encontraram oportunidades tanto pelo PAA quanto PNAE a partir de 2009, tendo uma nova perspectiva em relação a participação na merenda escolar e ao atendimento de entidades sociais mantidas pelo município, conforme já relatamos. A partir desse período, começaram a diversificar e plantar para atender os cardápios das escolas e das entidades, principalmente a partir de 2011, aumentando a produção de hortifrutigranjeiro e mantendo a produção de leite, milho, mandioca etc.

As oportunidades para participação nas chamadas públicas aumentaram e motivaram os agricultores a diversificar sua produção de hortaliças. Contudo, a partir de 2014, período que algumas famílias já começaram a mudança para produção de leite, conseqüentemente reduziram as hortaliças, como pode ser observado na Figura 8, onde R1 a R20 correspondem aos 20 responsáveis pelo estabelecimento pesquisado:



**Figura 8** - Utilização de terras em 2014. Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

De acordo com os relatos, a partir dessas oportunidades muitos se tornaram cooperados. Segundo eles, as adesões ocorreram pela expectativa de atender aos programas e pela oportunidade de vendas mais rápidas. Um dos entrevistados informou que passou a alugar a terra para plantio de soja, alegando que dessa forma teria renda da garantida no final do mês e sem riscos. O que variou entre os anos de 2014 e 2019, conforme Figura 9, refere-se à redução da quantidade de terra utilizada para o cultivo de hortaliças, onde R1 a R20 correspondem aos 20 responsáveis pelo estabelecimento pesquisado:



**Figura 9** - Utilização de terras em 2019. Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

Observamos, por meio dos depoimentos, que há uma insegurança em relação ao que produzir para vender mediante as instabilidades. Muitas vezes o que eles estão acostumados a produzir não é necessariamente o mais viável. Segundo os agricultores, a partir de 2015, eles perceberam que as oportunidades de atender às chamadas públicas foram diminuindo. Diante disso, os agricultores afirmam trabalhar fora do estabelecimento, o que ocorre para complementar a renda da família. Em consequência, reduz-se o tempo para as atividades agrícolas, indo em busca de alternativas sem, contudo, abandonar a produção e permanecendo no campo. Isso caracteriza um meio de resistência às mudanças.

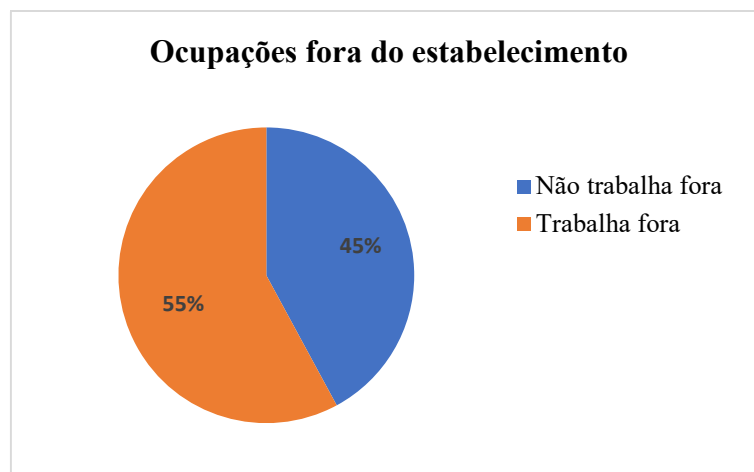


#### **4.4 Atividades agrícolas e atividades não-agrícolas nos assentamentos**

Boa parte dos agricultores familiares vêm apresentando alternativas frente aos processos de transformação no sistema agroalimentar e a modernização da agricultura. Contudo, tornou-se necessária a diversificação da produção, a realização de atividades agrícolas e não agrícolas, e a combinação de ambas as atividades para sua sobrevivência, o que caracteriza as famílias rurais como pluriativas. Conforme abordado ao longo da tese, a pluriatividade sempre esteve presente no meio rural e contribuiu para reprodução e permanência das famílias no campo, visto que está relacionada aos aspectos que caracterizam a dimensão econômica entre agricultura familiar e território.

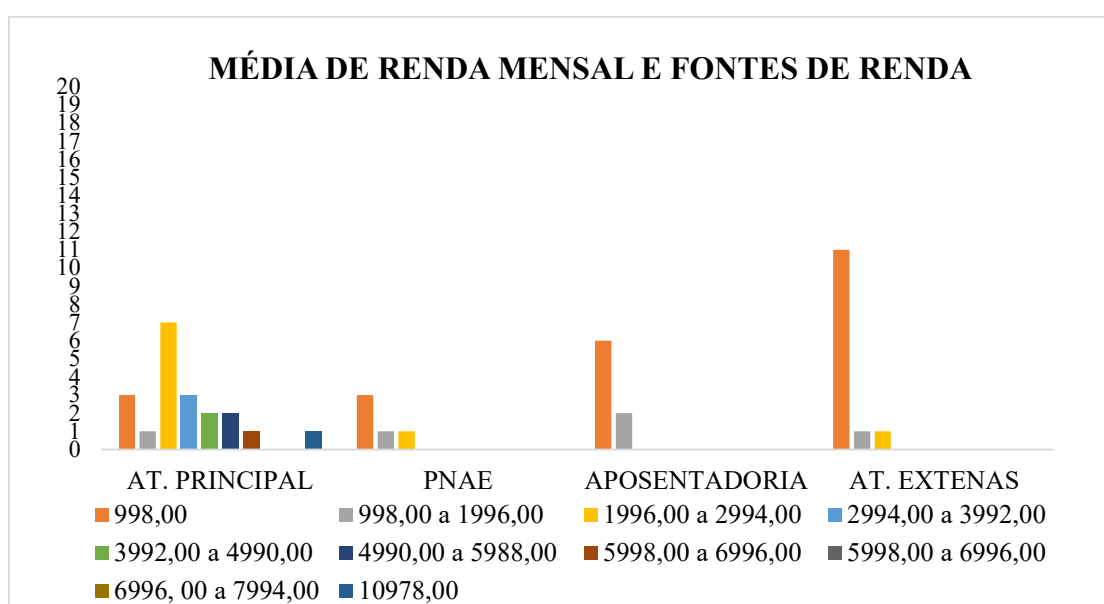
A pluriatividade é vista como uma das formas de promover estratégias de diversificação produtiva das famílias rurais e ampliar suas condições de reprodução socioeconômica, sendo reconhecida como alternativa de ocupação e renda para os agricultores e suas famílias. E, ainda, pode ser pensada em termos de políticas públicas, tendo em conta a sua capacidade de gerar mecanismos que apoiem a manutenção das populações no meio rural. Para os assentados pesquisados a proximidade dos assentamentos, tanto em relação ao município de Morrinhos, quanto ao município de Goiatuba (15km e 23km, respectivamente), pode ser um dos fatores que contribuem para as atividades não-agrícolas de alguns membros ou dos próprios responsáveis pelo estabelecimento, conforme relatos.

Neste sentido, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pode ser reflexo da proximidade com um centro urbano, facilitando o trabalho em tempo parcial, conforme o estudo apresentado por Fuller (1990). Embora 55% das famílias tenham afirmado exercer outra atividade remunerada fora da agricultura, eles pontuam que essa não é a renda principal. De acordo com as respostas obtidas, os rendimentos são provenientes de várias fontes, sendo elas: produção agrícola; vendas em feiras ou sob demanda; vendas realizadas por meio de chamadas públicas do PNAE; aluguel de terra para produção de soja; atividade administrativa nas cooperativas; trabalho assalariado na agricultura; trabalho na usina de cana-de-açúcar; trabalho no comércio e indústria do município de Morrinhos; e a renda proveniente da aposentadoria. Essas atividades são realizadas mediante as dificuldades na produção agrícola, levando as famílias a buscarem outras atividades para complementarem a renda insuficiente, conforme explicitado na Figura 10.



**Figura 10** - Ocupações fora do estabelecimento. Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

Ainda sobre a diversidade de fontes de renda, encontramos um assentamento onde a atividade principal é um pesque e pague, mas não conseguimos entrevistar o proprietário, e um outro que entrevistamos o responsável. Ele nos relatou que está em fase de adaptação para iniciar a atividade. Na época da entrevista, segundo o agricultor, essa será a principal renda nos próximos meses. A renda principal considerada por eles é aquela que os agricultores adquirem por meio da venda de sua produção no próprio estabelecimento e/ou feiras livres, e nas chamadas públicas do PNAE. A aposentadoria e o trabalho fora do estabelecimento são rendas complementares, conforme apresentado na Figura 11:



**Figura 11** - Média de Renda Mensal e Fonte de Renda. Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

Os agricultores informaram uma média de renda total mensal entre 1 e 7 salários-mínimos, tendo um agricultor que informou que ganha em média 11 salários. Todavia, a média total varia entre 3 e 5 salários (salários-mínimos vigentes em 2019). Os agricultores informaram que as despesas e receitas são feitas em pequenas anotações, onde controlam o gasto dos insumos e produtos necessários à produção agrícola.

A Figura 11 foi elaborada mediante as informações colhidas por meio de depoimento do responsável pelo estabelecimento, não sendo comprovadas. Os entrevistados afirmaram que há sempre muito trabalho para todos os membros da família, mas o retorno é baixo. Uma das lideranças afirma que a produção dos assentamentos é boa, diversificada e de qualidade, e garante que são produtos praticamente sem agrotóxicos. No entanto, ele considera que não basta colocar seus produtos no mercado, pois falta agregação de valor e certificação. Isso limita uma comercialização eficaz e valorizada, refletindo na renda dos agricultores.

Partimos do pressuposto de que as famílias rurais, mesmo em um contexto social e econômico adverso e marcado por incertezas, desenvolveram, ao longo dos anos, uma enorme capacidade de adaptação, e resiliência frente às condições desfavoráveis. Nessa direção, buscamos compreender qual é a percepção dos agricultores em relação as transformações em curso, de que forma essas mudanças interferem para sua reprodução e como se adequam diante desses desafios constantes, tema do próximo tópico.

#### **4.5 Percepção das famílias rurais em relação a sua condição de agricultor familiar**

O desenvolvimento das atividades das famílias rurais e a sua condição na sociedade são uma questão reconhecida como importante para uma boa parte da sociedade, conforme apresentamos ao logo da pesquisa. Assim sendo, buscamos compreender a percepção dos agricultores mediante: os desafios e estratégias que influenciam a produção e reprodução diante das condições nos assentamentos; o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização; o que eles conseguem produzir tanto para o autossustento, quanto para outras necessidades dada a sua inserção no mercado, entre outros.

A pesquisa empírica mostrou que as expectativas em relação à condição de agricultor familiar nos próximos anos são as mais variadas, visto que, para os pesquisados, falta muito a ser feito para se sentirem seguros. Esta (in)segurança refere-se: ao direito formal de suas terras; assistência técnica que os ajudem na produção; mais apoio do governo e políticas públicas que

auxiliem suas demandas específicas, principalmente no que se refere à comercialização; entre muitos outros fatores alegados pelos agricultores para que possam se sentir incluídos.

Alguns agricultores afirmaram se aproveitar do conhecimento que possuem, passado de geração em geração, além da prática adquirida ao longo dos anos. Com isso adequam-se às alternativas possíveis, conforme relato de um dos entrevistados:

Muitos estão resistindo como podem, variando a produção, trabalhando nas usinas, na prefeitura, no IF Goiano, etc. Mas acredito que nos próximos anos pode piorar, visto a falta incentivo municipal, política públicas de forma permanente, sem contar que o avanço do agronegócio na região poderá ser um entrave. Além do mais, o impacto com a transição de governo, principalmente em 2015, deixou claro que a atual equipe do governo não prioriza políticas que assegurem o autossustento para assentados, o que vai estagnar os avanços que essas famílias alcançaram, como a não previsão do PAA, por exemplo. (ENTREVISTADO 05).

Uma das dificuldades citadas pelo secretário de Agricultura Familiar no município refere-se à comercialização. Enfatiza a importância e o papel da agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno, com produtos diversos e de qualidade, preservação indireta do meio ambiente, contribuição para produção sustentável, plantio direto, preservação das nascentes e, ainda, garante a segurança alimentar dos assentados, entretanto, enfatiza também que não tem mercado para todos de forma equitativa:

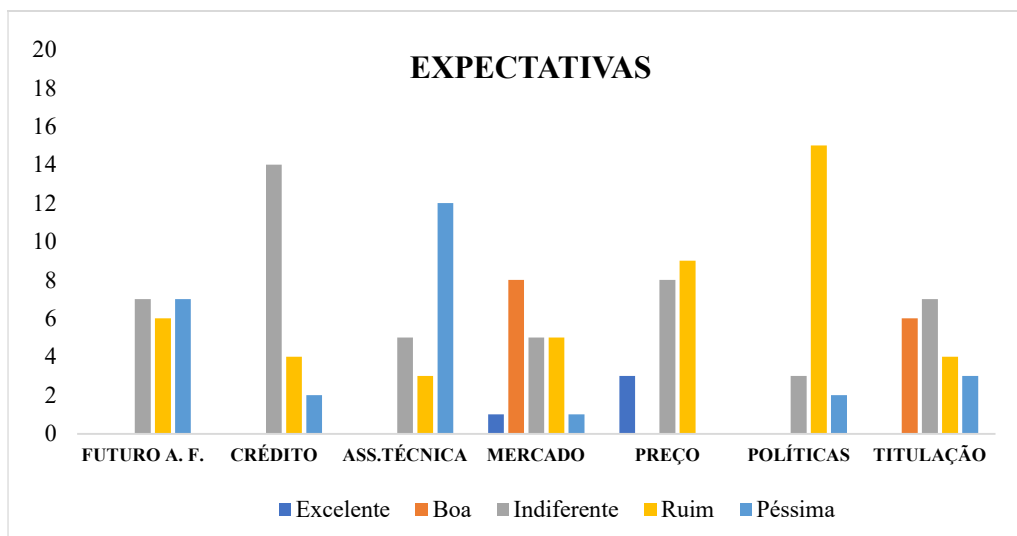
A agricultura familiar é forte no município, visto que consegue atender o mercado interno, no entanto, não é feita somente pelos agricultores familiares assentados. Há mais de 2.000 famílias classificadas como agricultor familiar no município.

Enquanto os agricultores procuram proteger o meio ambiente com uma produção mais sustentável, ele pondera que essas condutas são afetadas diante da grande quantidade de pulverização de agrotóxicos que passa por cima dos assentamentos. A produção de cana-de-açúcar vem causando danos ambientais, contaminando nascentes, com vários focos de incêndio, entre outros. Essas mudanças e a territorialização dos agentes do setor sucroenergético exemplificam as alterações no território, o que pode comprometer a produção sustentável nos assentamentos.

Os assentamentos estão na rota dos aviões agrícolas, ocorre pulverização o tempo todo, o que inviabiliza a produção orgânica. Embora o solo não receba nenhum tratamento químico, algumas famílias até tentaram, mas encarece e não tem mercado. Além do mais, há muita infestação de pragas. (ENTREVISTADO 04).

Durante as entrevistas, pedimos aos agricultores para opinarem a respeito de suas expectativas em relação ao futuro da agricultura familiar e suas expectativas imediatas. São

elas: expectativa de futuro como agricultor familiar; expectativa de melhorias no acesso ao crédito; expectativa de assistência técnica; expectativa de acesso ao mercado; expectativa de políticas no governo e expectativa para titulação das terras. Fizemos uma escala de 1 a 5, onde 1 representa expectativa excelente; 2 representa expectativa boa; 3 representa expectativa indiferente; 4 representa expectativa ruim e 5 representa expectativa péssima. Os resultados encontram-se na Figura 12.



**Figura 12** - Expectativas dos agricultores em relação ao futuro. Fonte: Trabalho de campo – agosto e setembro de 2019. Autoria própria.

Embora tenham informado que estão preocupados com a situação atual, quando questionamos qual era a expectativa de futuro como agricultor familiar, as respostas da maioria são contraditórias, visto que afirmaram não se sentirem ameaçados. Conforme mencionado anteriormente, a falta da posse de terra definitiva gera insegurança, por não terem condições de fazer planejamento a médio e longo prazo. Isto se reflete no fato de que a titulação de terra surge como o maior problema no momento presente. Mas, quando o assunto é assistência técnica e políticas para comercialização, todos afirmam que estão descrentes em relação a qualquer apoio vindo do governo.

A opinião desses agricultores acerca da situação é de constante preocupação e sentem-se ‘esquecidos’ pelo Estado, principalmente nos últimos cinco anos, considerando que as transformações ocorridas na conjuntura econômica e social atingiram fortemente a todos. Todas essas expectativas relacionam-se à necessidade de se sentirem seguros para melhorarem as condições de inserção social e econômicas, seja por meio de ações e/ou políticas públicas, seja por meio de estratégias para que possam garantir sua autonomia.

Tanto as famílias rurais no município de Morrinhos quanto as demais no resto do país, conforme abordado ao longo da tese, ainda têm “um longo caminho a percorrer”, principalmente as famílias assentadas, visto que há uma série de fatores que ainda precisam enfrentar para garantirem sua reprodução. Elencamos as principais dificuldades das famílias pesquisadas: a instabilidade e a falta de políticas específicas; o afastamento dos filhos adultos para os centros urbanos, o que caracteriza uma mão-de-obra a menos no estabelecimento; o avanço do agronegócio cada vez mais presente no Estado e no município; a presença dos atravessadores, representando um concorrente na disputa por mercado; a escassez de recursos e créditos para investimento; assistência técnica e adaptação às novas tecnologias impostas pela modernização; a limitação dos lotes em termos de tamanho e em termos de qualidade das terras e também a titulação definitiva; entre outros.

Essas famílias precisam lidar com todas as incertezas e desafios mencionados, tendo que buscar alternativas para se esquivarem dos obstáculos para permanecerem no meio rural e continuarem produzindo e se reproduzindo. Considerando a pesquisa de campo e o embasamento teórico abordado na presente tese, é característica das famílias rurais a busca contínua da adaptação necessária frente às ‘modernidades’. Mediante o cenário global de grandes transformações na agricultura, eles criam formas de resistência, são capazes de produzir para garantir a subsistência da família e para suprir outras necessidades para além do autossustento.

Consideramos que os maiores entraves para a compreensão da realidade das famílias rurais estão associados a essas transformações em curso. Elaboramos o Quadro 6 elencando as principais tendências, o contexto histórico mediante as reflexões teóricas e as consequências advindas do novo sistema agroalimentar. Os desafios e estratégias foram observados na pesquisa de campo sob a percepção dos agricultores pesquisados:

**Quadro 5 - Transformações em curso e as grandes tendências da produção agroalimentar.**

Tendências	Contexto histórico e as reflexões teóricas	Consequências das transformações	Fatores que influenciam à reprodução socioeconômica das famílias rurais	
			Desafios	Estratégias
Modernização da agricultura	A modernização da agricultura transformou a base técnica da produção agropecuária, alterando a dinâmica dos sistemas agroalimentares (SILVA, MANÇANO, FERNANDES)	Os impactos advindos dessas mudanças referem-se as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais; provocando o aumento da concentração fundiária e aumentando o êxodo rural	Os maiores desafios são a manutenção do agricultor no campo; a luta pela terra; a concorrência com o grande produtor; criação e uso de circuitos alternativos de produção e comercialização de alimentos	Como estratégias os agricultores vêm desenvolvendo novos produtos e serviços como lazer, turismo, etc.; que são modelos alternativos de produção, caracterizadas pela pluriatividade e atividades não-agrícolas
Tecnologias e inovação	As inovações tecnológicas derivadas da modernização geraram o aumento da produtividade, com alto grau de mecanização, a substituição de lavouras tradicionais por culturas agrícolas modernas (SILVA, SANTOS)	A partir das inovações tecnológicas aumentaram a produção em larga escala e produção de commodities, com o aumento do uso de agrotóxicos e transgênicos; intensificação da migração campo-cidade; prejuízos à biodiversidade e ao meio ambiente	O baixo conhecimento de técnicas de produção e a dificuldade de adaptação às novas tecnologias tornaram-se os principais desafios para o agricultor, além das dificuldades de concorrerem com as grandes propriedades	Manutenção da produção de alimentos de forma sustentável, visando a preservação dos recursos naturais; da biodiversidade e dos bens públicos em geral, indo ao com a noção da multifuncionalidade da agricultura
Questão agrária	A questão agrária no Brasil pode ser resumida na concentração fundiária, que tem origem na distribuição desigual de terra (BERGAMASCO, NODER; FERNANDES)	O aumento da concentração de terra gerou a disputa de terras e territórios; aumentando a desigualdade social e pobreza no campo; desterritorialização da pequena produção, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo	Disputa e perda dos territórios mais férteis, luta pela terra e pela reforma agrária; concorrência com grandes empresas transnacionais	Capacidade de adaptação e resistência; fortalecimento de circuitos locais e regionais de produção, comercialização e distribuição de alimentos
Políticas públicas	Tanto as políticas públicas quanto os princípios de SSAN têm a conotação de luta contra-hegemônica ao projeto neoliberal, marcado por lutas de movimentos sociais e outros atores sociais (MALUF, SCHNEIDER)	As políticas públicas para o meio rural não têm contemplado a todos de forma igual, tendo caráter totalmente excludente, sendo mantida a prioridade para a agricultura empresarial, o que se gerou conflitos de interesses e ações políticas divergentes	Acesso ao crédito, à tecnologia e a instrumentos de gestão condizentes com a AF; oscilação das políticas de SSAN, comercialização e a manutenção dos agricultores no meio rural	Diversificação da produção, participação em chamadas públicas, feira livres, venda sob demanda
Produção e mercado	As políticas neoliberais, vinculadas ao contexto internacional e ao modelo hegemônico comprometem a capacidade de agricultores familiares de oferecer produtos alimentícios principalmente para o mercado interno (DELGADO, N; PAULA)	Os impactos socioeconômicos e sociais advindos das políticas neoliberais e do livre comércio transformaram os alimentos em mercadoria, gerando a padronização e artificialização dos alimentos, além do aumento das monoculturas	Os maiores desafios da agricultura familiar e os grupos que a integram referem-se à hegemonia do agronegócio; o aumento do poder político em torno da questão alimentar e do controle de terras	Os meios encontrados variam desde a diversificação da produção, atividades não agrícolas; produção para autoconsumo (renda não monetária); adesão ao cooperativismo e ao associativismo

Fonte: Autoria própria, 2021.

Recuperamos o objetivo principal da presente tese cujo propósito era conhecer os fatores dos processos de transformação em curso e as grandes tendências para agricultura que mais incidem sobre a reprodução socioeconômica das famílias rurais, tendo as famílias assentadas no município de Morrinhos (GO) como objeto de análise. O espaço rural, que durante muitos anos limitava-se a executar atividades agrícolas, incorporou novas atribuições e surge como local para múltiplas atividades. As atividades não-agrícolas ou pluriatividade, seja dentro ou fora da unidade de produção, apresentam os múltiplos papéis que a agricultura familiar pode exercer, reconhecendo o seu caráter multifuncional, sobretudo na função de promover a soberania e segurança alimentar e nutricional.

Durante o percurso teórico e pesquisa de campo, nós nos deparamos com as consequências diretas e indiretas do processo de transformação da agricultura e dos sistemas agroalimentares para a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Assim, é lícito afirmar que a modernização do campo, somada as intensas mudanças em tecnologia e inovação, à prioridade das PP para a agricultura empresarial e à força das políticas neoliberais, interfere de forma positiva e negativa em vários aspectos para que as famílias rurais conduzam suas atividades e mantenham uma atuação contínua.

As transformações no meio rural podem ser compreendidas se associadas ao processo de transformações dos sistemas agroalimentares, visto que o modelo de modernização viabilizado por incentivos fiscais, crédito subsidiado, assistência técnica, entre outros, incentivou uma parcela de agricultores à modernização das atividades agropecuárias, tornando-os mais competitivos e, conseqüentemente, inseridos à lógica de produção capitalista. Em contrapartida, muitos foram marginalizados por motivos já apresentados, visto que não conseguiram adotar as inovações tecnológicas e se adequarem às exigências do mercado. São alterações significativas no estado de Goiás que mudaram o ordenamento territorial, o sistema produtivo, as relações socioespaciais e a expansão do agronegócio, conforme foi abordado por Calaça (2014).

A forma que essas famílias vêm se organizando para equacionar questões relacionadas à produção agrícola reflete o que discutimos ao longo da tese e diz respeito a estratégias de reprodução embasadas em projetos próprios, articulando as dimensões social e econômica, capazes de se articularem para se fortalecerem como comunidade. Entretanto, algumas das estratégias empreendidas pelos agricultores podem ser influenciadas pelo tamanho dos lotes que, segundo os entrevistados, é outro desafio enfrentado por eles.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da tese buscamos entender como o processo histórico de modernização da agricultura influenciou a agricultura familiar no Brasil. O conhecimento das principais transformações no meio rural foi fundamental para entender essas mudanças e compreender os problemas relacionados à agricultura familiar e ao sistema agroalimentar. O período compreendido entre os anos 1985 e 2019, recorte cronológico da presente tese, foi de grande importância para os agricultores familiares e resultou em consequências para a dinâmica da agricultura. Tais mudanças promoveram expectativas positivas quanto ao processo da inserção social e econômica das famílias rurais.

Também levamos em consideração para análise a conjuntura política, econômica e financeira, tendo em conta o cenário atual e a desconstrução das políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento rural. Observamos retrocessos significativos diante de todo o aparato constituído, contribuindo para desmantelamento das políticas públicas destinadas a esse grupo social.

No decorrer da pesquisa, mostramos a necessidade de ressaltar o contexto particular do território em análise e toda complexidade que o envolve, visto que o enfoque territorial comporta dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. O estado de Goiás passou por alterações significativas advindas da modernização, principalmente no que se refere às atividades agropecuárias voltadas para o mercado internacional, e isso refletiu nos municípios goianos.

Os espaços urbano e rural do município de Morrinhos foram bastante modificados devido ao desenvolvimento trazido pela ‘modernização’. Essas mudanças ocorreram inicialmente pela produção agropecuária, em seguida pelas agroindústrias instaladas em seu território e, por fim, pela expansão do agronegócio e o setor sucroenergético.

Diante disso, buscamos entender a lógica do território sob a ação do Estado, as relações dos diferentes atores sociais e as mudanças que ocorreram no município de Morrinhos no processo de apropriação do espaço e do território. Também discorremos sobre a importância em analisar a localidade mediante as mudanças do sistema agroalimentar global, a hegemonia das grandes corporações e os reflexos para o desenvolvimento local e regional.

A inquietação no início da pesquisa foi na direção de estudar como as políticas públicas, a agricultura familiar e o agronegócio se correlacionam nas dinâmicas territoriais. Pretendemos compreender os vínculos e correspondência existentes, sendo enfatizada a relação entre as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias rurais e as políticas públicas no uso do

território. Também ressaltamos o protagonismo do agronegócio em Goiás e o seu avanço no município pesquisado, tendo em vista que o estado foi colocado sob o interesse capitalista, acentuado pela força das relações econômicas globalizadas e pela contribuição dos agentes políticos e sociais.

Para realização dessa discussão dividimos o trabalho em três capítulos. No capítulo I analisamos os desdobramentos da modernização da agricultura, reforma agrária e o agronegócio no estado de Goiás. Em seguida, apresentamos a importância da construção do conceito de agricultura familiar no Brasil e, por fim, abordamos a dinâmica territorial no município de Morrinhos, apresentando o objeto de pesquisa. Neste primeiro capítulo abordamos o estado de Goiás caracterizado por um modelo de desenvolvimento reconhecido pela força econômica e política do agronegócio, sendo importante gerador de divisas, por meio de suas exportações.

Com isso, o estado tornou-se palco de transformações socioespaciais, econômicas e ambientais decorrentes da reestruturação produtiva. O processo de modernização no estado ampliou-se mediante a intensa utilização de inovações tecnológicas, somada aos benefícios de inúmeros programas governamentais que ajudaram a implementar uma agricultura cada vez mais avançada.

Durante o percurso buscamos analisar o processo em curso dos últimos 50 anos. Todavia, é importante frisar que a hegemonia da grande propriedade tem bem mais de 50 anos se considerarmos o peso da herança colonial, caracterizada pelo predomínio do latifúndio. Essas novas dinâmicas foram estabelecidas não só no Estado, mas também em diversos municípios goianos, entre eles, o município de Morrinhos, sendo modificado mediante a lógica da expansão do capitalismo no campo.

Tais mudanças no meio rural se defrontam em dois movimentos relativamente autônomos e contraditórios. De um lado, há um projeto neoliberal marcado pela hegemonia de grandes propriedades e corporações, que alterou as formas de produção e provocou um novo rumo ao sistema agroalimentar. Recordamos do ‘nó górdio’ apontado por Ploeg (2008), em que a nova conformação caminha no sentido de aliviar determinado aspecto, momento e lugar. Como consequência, há o agravamento da crise em outro lugar e outros momentos, transferindo-os para outras dimensões. Na ascensão do ‘império’, a industrialização provocou a destruição do capital ecológico, social e cultural, e as próprias formas de produção, tendo consequências para todas as dimensões.

Em contrapartida, há um projeto democratizante, que trata da valorização dos conhecimentos e das formas tradicionais da agricultura em um movimento contra-hegemônico. Esse projeto coloca em evidência os problemas inerentes à crise alimentar e suas consequências, advindas desse sistema, sendo direcionados pelos conceitos de SSAN. Esse contramovimento veio em oposição às ordens alimentares neoliberais, resgatando aspectos fundamentais para reprodução socioeconômica das famílias rurais, e trouxe para discussão os projetos de reforma agrária, da preservação dos recursos naturais e dos conhecimentos e formas tradicionais de produção.

Essa dicotomia entre o modelo socialmente imposto como modelo ideal para a agricultura e a condição diferenciada da agricultura familiar gerou e ainda gera inúmeros debates acerca de constantes disputas políticas e econômicas. Embora não sejam modelos de agricultura totalmente distintos e dissociados, são carregados de conflitos, o que resulta em dinâmicas antagônicas. Em Goiás, a expansão do agronegócio trouxe o aumento da produtividade, maior participação no Produto Interno Bruto (PIB), colocando o estado como um dos grandes destaques da agropecuária nacional, e um exportador de produtos primários importante para a economia do país.

Contudo, há de se observar que as alterações em curso trouxeram também mudanças significativas no ordenamento territorial, alterando as dinâmicas sociais e territoriais, os sistemas produtivos e as relações socioespaciais. Isso aumentou as desigualdades regionais e a exclusão social, e intensificou o desenraizamento da produção ‘camponesa’, como observado na dinâmica do município de Morrinhos.

Isto posto, apresentamos o que se oculta nessas relações, como: a concentração do latifúndio; os impactos negativos ao meio ambiente; o aumento irrestrito do uso de agrotóxicos e de transgênicos; entre outros. Paralelo a essa discussão, enfatizamos a importância e contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, para a sociedade e os múltiplos papéis que ela pode desempenhar, contribuindo para SSAN dos povos, além de produzir para o mercado local e regional. Por fim, destacamos a dinâmica territorial mediante as transformações no Estado e os reflexos para município de Morrinhos.

No Capítulo II, dedicamo-nos às principais abordagens teóricas relativas às mudanças nas formas de reprodução social e econômica no meio rural e as principais tendências globais, correlacionando as implicações do sistema agroalimentar mundial com a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Abordamos os conceitos da multifuncionalidade, pluriatividade e de segurança alimentar e nutricional, ressaltando as transformações no modo

de produção que provocaram propostas antagônicas, principalmente no que diz respeito ao desafio de alimentar a crescente população mundial. Somou-se a isso, o conjunto de prioridades sociais, econômicas, políticas, culturais e sustentáveis, bem como as disputas territoriais que fortaleceram, ao longo dos anos, os processos de acumulação e a transformação dos alimentos em mercadoria.

Com o impacto dessas mudanças, as famílias rurais precisam enfrentar as adversidades das novas dinâmicas sociais e territoriais motivadas pela modernização da agricultura, o avanço do agronegócio, e a falta de assistência técnica para adequação das inovações tecnológicas e a descontinuidade de políticas públicas. Identificamos que a agricultura familiar articula diferentes estratégias de sobrevivência, possuindo um sistema produtivo diversificado e multifuncional. Destacamos as principais estratégias de reprodução social e econômica das famílias rurais encontradas na literatura, mostrando a importância da pluriatividade (adoção de atividades diversas, podendo ser agrícolas e não agrícolas), que viabiliza sua reprodução nos contextos contemporâneos e sua permanência no campo.

Também destacamos que as atividades no espaço rural não mais se restringem à atividade agrícola. É necessário considerar as múltiplas funções que a agricultura pode exercer. A agricultura familiar legitima-se em meio ao desenvolvimento rural e à reorganização dos territórios na dinâmica de reprodução social. Assim, deve-se olhar de forma ampliada ao analisar a agricultura em relação à perspectiva tradicional, ou seja, para além da produção de bens privados. Nessa direção, o papel das unidades familiares extrapola a barreira de simples produtora de alimentos e passa a desempenhar novas funções, emergindo uma concepção de meio rural.

Os formuladores de ações públicas utilizam-se da dupla caracterização da agricultura familiar para propor políticas e programas que abarquem todas as dimensões da SSAN, desde o acesso aos alimentos até o consumo alimentar, a produção e o abastecimento alimentar, atuando nos sistemas alimentares de modo a transformar territorialmente (e em diferentes escalas) não apenas as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais. A perspectiva da multifuncionalidade no espaço rural prevê a interação de diferentes atores internos e externos, públicos e privados, valorizando as atividades presentes, promovendo outras potencialidades existentes e conectando os territórios ao saber e a cultura local.

Os princípios de SSAN têm sido defendidos como medidas públicas importantes para combater os problemas da fome e pobreza que, entre outros aspectos, garantem o direito dos povos de definirem suas estratégias de como, onde e quais alimentos produzir. Todavia, a

garantia desse direito se vê afetada pelos conflitos que surgem da interação entre os diferentes sistemas alimentares que se manifestam nos territórios. Assim sendo, a SSAN e os territórios estão imbricados, visto que os processos de produção no campo carregam a concepção do desenvolvimento sustentável, apoiada na valorização e preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural dos espaços rurais.

Como já foi exposto em vários momentos, a agricultura familiar cumpre um importante papel em aspectos socioeconômicos e ambientais, e seu caráter multifuncional coadunam com a possibilidade de efetivação de SSAN. Destacamos na presente pesquisa duas das quatro funções abordadas pelo enfoque da multifuncionalidade da agricultura: a primeira, a reprodução socioeconômica das famílias rurais, que diz respeito às fontes geradoras de ocupação e renda, manutenção no campo, as práticas de sociabilidade, entre outros; e a segunda, a promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade em geral; produção para o autoconsumo familiar; produção mercantil de alimentos; opções técnico-produtivas; entre outros.

Para fechar o Capítulo II, discorreremos sobre a importância das lutas de grupos de agricultores e dos movimentos sociais, que culminaram em políticas públicas importantes para essa nova categoria social, sendo estabelecido um conjunto de diretrizes para nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares, iniciado pela criação do PRONAF. Também enfatizamos a importância do PAA e PNAE para promoção de SSAN e para viabilizar a comercialização da agricultura familiar.

Expomos que, entre 1996 e 2019, no contexto de fortalecimento de um conjunto ampliado de atores sociais, estabeleceram-se políticas públicas à luz dos objetivos e princípios de SAN. Contudo, as melhorias em relação às políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional ainda não são suficientes para atender a todos de forma equitativa, visto que sempre foi mantida a prioridade para a agricultura empresarial. Isso dificulta a conciliação entre o processo hegemônico do sistema agroalimentar e a possibilidade de garantia de SSAN, o que conseqüentemente afeta a reprodução socioeconômica das famílias rurais. O fato de as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar serem relativamente menores em relação às políticas neoliberais é uma questão que nos remete à afirmação de poder e força nos territórios que abordamos ao longo da tese.

No Capítulo III apresentamos a pesquisa de campo realizada junto às famílias assentadas no município de Morrinhos (GO). Retomamos a problematização sobre as alternativas das quais

esses agricultores familiares estão se valendo para sua reprodução socioeconômica. Observamos que as famílias rurais têm se mostrado resilientes, construindo estratégias e sendo capazes de se adaptarem mediante às adversidades, produzindo e se reproduzindo de modo a permanecerem no campo. Buscamos entender de que forma ocorre a interação entre agricultores familiares e a sua relação com o território, as PP de SSAN, as redes mercantis e as tecnologias, inclusive como iminência para sua reprodução.

Já inserindo os objetivos específicos da tese, observou-se que a estratégia central de reprodução das famílias pesquisadas diz respeito à reprodução do grupo familiar, onde a produção para o autoconsumo cumpre papel de destaque. Isso foi apontado por Grisa e Schneider (2008) como sendo fator fundamental para reprodução das famílias rurais. Depois de garantido o autossustento, os agricultores se preocupam com suas outras necessidades, seja na produção agrícola, trabalho assalariado na agricultura ou atividade fora do estabelecimento, características presentes nas famílias pesquisadas. Parte delas está buscando outras formas de inserção no mercado de trabalho, por meio de atividades não-agrícolas e mantendo as atividades agrícolas (pluriatividade). Além disso, eles se mantêm como membros das cooperativas, participam de políticas de comercialização, quando possível variam a produção de acordo com a sazonalidade dos cultivos e na aceitação dos produtos no mercado.

A capacidade de adaptação e resistência das famílias rurais, enfatizada na presente discussão, é vista por meio das novas abordagens para o processo de desenvolvimento. Este processo conta com novas possibilidades que se aproximam da pluriatividade em seu caráter multifuncional e dos princípios de SSAN, visto que respeita à diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental. Assim sendo, a pluriatividade que se manifesta nos assentamentos se configura como forma complementar às atividades desenvolvidas pelos agricultores. Ela tem sido não apenas fonte de rendas monetárias, mas também exerce funções socioeconômicas e ambientais, vista como fator positivo em um ambiente que as monoculturas aumentam rapidamente.

A pluriatividade mantém o vínculo das famílias em alguma atividade agropecuária, sobretudo, para o autoconsumo familiar, ratificando que a reprodução das famílias rurais não se baseia em atividades exclusivamente agrícolas. Essas alternativas são vistas por eles como garantia do autossustento, renda imediata, e, ainda, para a maioria representa a permanência no campo. Essas novas dinâmicas e estratégias de inserção nos mercados para produção e reprodução estão presentes nos contextos atuais das famílias rurais de modo geral.

Olhando sob a ótica da multifuncionalidade, o território abordado constitui-se de atores que estabelecem entre si relações sociais e territoriais variadas, pleiteando o uso da terra e dos espaços rurais de formas distintas. Eles demonstram que os processos de transformação global são rebatidos na escala local. Por um lado, há uma preocupação dos agricultores assentados em relação ao cuidado com as nascentes, a produção com menos uso de agrotóxicos e a conservação da reserva legal presente nos três assentamentos, entre outros aspectos. Em contrapartida, as condutas de preservação dos bens públicos são comprometidas mediante a grande quantidade de pulverização de agrotóxicos por cima dos assentamentos, somadas aos danos ambientais causados pelo avanço do setor sucroenergético, que vem se constituindo como uma das principais atividades produtivas do município e exemplificando as mudanças nas dinâmicas do território.

A promoção da segurança alimentar nos assentamentos pesquisados é assegurada a partir da produção para o autoconsumo. Mesmo aquelas famílias que mudaram a produção de hortaliças para o leite afirmaram que mantêm a produção para o autoconsumo. Contudo, algumas famílias informaram que precisam vender sua força de trabalho para complementação de renda para atenderem outras necessidades. De acordo com as lideranças no município, os assentamentos cumprem papel importante à promoção de segurança alimentar de toda a comunidade local por meio das famílias beneficiadas pelos programas do governo. Todavia, eles ponderaram que essas políticas precisam ser contínuas e de alcance de todos.

O fortalecimento da agricultura familiar constituiu-se em uma das principais estratégias de efetivação de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, possibilitando a reprodução socioeconômica de um contingente significativo de famílias rurais. Essas famílias, mesmo enfrentando as adversidades, ainda resistem no meio rural. No contexto das políticas públicas, um dos programas que auxiliou essas famílias foi o PAA. Contudo, a suspensão do programa causou descontentamento para os assentados que se beneficiavam do programa para comercialização dos excedentes. Com a suspensão uma parte da população em condição de vulnerabilidade social que estava sendo beneficiada pelo programa deixou de ser atendida.

Embora não seja a única alternativa, é preciso destacar que a intervenção do Estado foi e continua sendo um importante apoio à promoção de SSAN e para reprodução de famílias rurais. A ampliação da relação dos agricultores com o mercado via PAA (enquanto houve recursos) e a possibilidade de participação no PNAE viabilizaram o fortalecimento das relações organizativas. Isso representa uma alternativa importante para essas famílias. Além de garantir o autoconsumo, as políticas aumentam as possibilidades de comercialização e inserção no

mercado, reforçando o que Maluf (2004) pontua sobre o tema, uma vez que o mercado viabilizado pelos programas representa um nicho que pode auxiliar a produção e a comercialização, contribuindo para que grande parte dos produtores não seja excluída do processo produtivo.

Percorremos os vários fatores de transformação em curso que mais incidem no processo de reprodução socioeconômica, apontando para a necessidade de as famílias rurais atenderem às exigências impostas pelo mercado para que não sejam excluídas e adaptem-se aos mais diferentes contextos econômicos, sociais e políticos. Mesmo com as dificuldades, elas têm mostrado diferentes formas de adequação para atender suas necessidades, exercendo suas atividades produtivas de acordo com os recursos financeiros disponíveis para o trabalho agrícola. Quando os recursos não são suficientes, os agricultores recorrem às atividades não agrícolas para complementação de renda. Ao longo da sua trajetória, essas famílias fizeram algumas mudanças e buscam novas alternativas no que se refere à sua reprodução. Uma das mudanças significativas está relacionada a mudança da produção de hortaliças para pecuária leiteira, sendo influenciados pelos segmentos produtivos locais.

A pesquisa de campo apontou que 50% dos agricultores abandonaram seus lotes, alguns deles logo no período de ocupação. Situação justificada pelos agricultores atuais por conta da enorme escassez de recursos, fator determinante para o abandono de alguns agricultores naquele momento. Além do mais, esta situação não é exclusiva desses assentamentos, mas sim das famílias rurais como um todo. Como foi exposto ao longo do estudo, a modernização da agricultura marginalizou muitos dos pequenos agricultores que não deram conta de acompanhar todas as mudanças impostas por ela.

Mesmo tendo que alterar suas estratégias, 50% dos agricultores pesquisados que moram nos assentamentos desde sua constituição demonstraram poder de resistência às adversidades. É preciso observar o contexto histórico brasileiro e mundial para entender a intensa mudança do sistema agroalimentar nos últimos anos. Remetemo-nos à pesquisa de Lamarche (1993), quando o autor afirma que muitos agricultores não permaneceram em suas terras porque não puderam modificar seu sistema de produção e adequá-lo às novas exigências de mercado quando foi preciso.

A agricultura familiar tem sido analisada sob diferentes enfoques. Analisar as estratégias de reprodução baseadas na realidade de um determinado território permitiu observar o quanto as estratégias mais amplas e globais podem influenciar nas dinâmicas territoriais. Nessa direção, o enfoque territorial traz uma série de implicações para as estratégias de desenvolvimento rural.



Os questionamentos acerca do modelo produtivista fizeram surgir um novo contexto no meio rural, valorizando as sinergias locais e regionais.

Diante da pesquisa realizada, apreendemos que Morrinhos (GO) segue a tendência do estado de Goiás e do país com a expansão da agricultura voltada para monocultura. Primeiro, com o aumento da produção da soja, que aos poucos é substituída pela de cana-de-açúcar. De certa forma, entendemos que essas mudanças impactam no modo de vida e nas atividades dos agricultores familiares, visto que as transformações do sistema agroalimentar chegam cada vez mais próximo dos assentamentos. Este é o caso de algumas famílias que começaram a plantar soja e alugar o pasto para a plantação de cana-de-açúcar e, ainda, aos poucos a diversificação da produção cede espaço para produção de leite.

Apresentamos o paradoxo entre o modelo produtivista e o modelo de produção em pequena escala e da agricultura familiar, tendo em conta o cenário atual e os contextos econômicos adversos. Contextos estes que as famílias rurais demonstram criatividade em situações de crise e incertezas, conforme apontado por Ploeg (2008) e Lamarche (1993, 1998), levando-os a lidar com todos os obstáculos que lhes são impostos. A realidade vivenciada no meio rural, de modo geral, e pelos agricultores assentados é resultado de um processo histórico de formação do espaço rural brasileiro, caracterizado pela hegemonia da grande propriedade, somado ao descaso de sucessivos governos.

Observa-se nessa conjuntura que essas famílias tomam decisões que são pertinentes com a presente discussão, quando indagamos o quanto pequenas ações auxiliam no processo de reprodução socioeconômica em diferentes territorialidades e escalas lançando mão do conhecimento e da experiência que desenvolveram ao longo da vida. Em sentido amplo, as famílias rurais ainda terão muitos desafios a serem enfrentados em aspectos de modernização para que possam superar os obstáculos que dificultam seu desenvolvimento de forma equitativa e permanente. Elas carecem de uma produção que atenda a padrões técnicos para se manterem competitivos, falta-lhes agregação de valor de seus produtos e há todos os entraves mencionados durante a pesquisa.

Entendemos que há muitos outros aspectos que não foram contemplados e respondidos a contento, e que estão correlacionados principalmente no que se refere à valorização e continuidade dos processos de SSAN, mediante o desmonte das políticas sociais e de desconstrução do papel da agricultura familiar nesse processo. Assim sendo, é de extrema relevância a realização de estudos que analisem quais serão os seus novos desdobramentos

mediante a conjuntura política, social e econômica que se instalou no Brasil, tendo em conta o modelo hegemônico da agricultura.

No Brasil, como visto acima, a agricultura familiar assume função primordial para produção de alimentos para o mercado interno. Assim sendo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ampliaram a comercialização dos agricultores familiares. Isso influencia de forma positiva no sistema alimentar, visto que os circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo, não só incluem a produção familiar, mas também alimentos mais saudáveis para as pessoas. Essas medidas estão no rol das conquistas dos últimos anos na área de SSAN, resultado de um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento da fome e da pobreza no País. Trata-se de ações que contribuíram de forma significativa para redução da insegurança alimentar no período de 2003 a 2016, fato que retirou o país do mapa da fome.

No contexto dessas políticas, agricultores familiares foram reconhecidos pelas múltiplas funções que podem desempenhar, condizente com o fato de que estabelecimentos familiares deixam de ser vistos como espaços que remetem ao passado, à tradição, ao arcaico, a algo que será necessariamente superado. Estabelecimentos de agricultores familiares também deixaram de ser vistos como espaço unicamente de produção, conforme abordado por Bonnal e Maluf (2009). A agricultura familiar representa um modo de vida relevante para manutenção da cultura alimentar, de preservação da natureza, como produtora de alimentos agroecológicos, fonte de emprego no meio rural etc. Assim sendo, compreendemos que as políticas públicas deveriam ser adequadas à diversidade da agricultura familiar, às dinâmicas dos territórios e à realidade local e regional.

Compreendemos ainda que, as estratégias e a capacidade das famílias rurais de se manterem resilientes e adaptarem-se às mudanças são motivadas por limites e dificuldades constituídos pelas forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, que foram se materializando pela modernização e hegemonia do capitalismo no campo. A heterogeneidade da agricultura familiar, dos assentamentos e as diferentes dinâmicas locais e territoriais são variáveis importantes, não sendo possível analisar a sua reprodução socioeconômica de forma isolada.

A tentativa de buscar referências e explicações acerca da capacidade de resistência dessas famílias situa-se entre a necessidade de sobrevivência e a falta de oportunidades fora do estabelecimento. Todavia, o nosso entendimento é que os agricultores demonstraram ligação afetiva pelas terras, às atividades desempenhadas e pelo modo de vida no campo. A terra é a

única herança que eles podem oferecer aos filhos. Assim sendo, há inúmeros fatores que fazem o contraponto entre o ir e o ficar no meio rural. O autossustento talvez seja a principal justificativa para esses agricultores não terem a intenção de saírem de suas terras.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social. São Paulo, Rio de Janeiro: FEA PROCAM/USP, 2000.

ABREU, Marco Antônio Pereira. **Urbanização e (des) ruralização da agricultura familiar e seus atores**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado Multidisciplinar em Ecologia e Produção Sustentável. Pontifícia Universidade Católica de Goiás–PUCGO. Goiânia.

ALENTEJANO, Paulo R. **As relações cidade-campo no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, pág.25-39, jul/dez. 2003.

\_\_\_\_\_. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n.15, pág.87- 112, 2000.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. pág. 148-173.

ALMEIDA, Luiz Manoel Moraes de Camargo et. al., **PP, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para a construção de indicadores de eficácia**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol.14, n°2, 2006.

ALMEIDA, R. P. **“Não estudou, fica na roça e vai pro cabo da enxada”:** sentidos e significados atribuídos à escola pelos Trabalhadores rurais em Goiás. Dissertação. 2009. (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. -UFG, Goiânia, 2009. Disponível em: [https://PPge.fe.ufg.br/up/6/o/Dissert-\\_Rosivaldo.pdf](https://PPge.fe.ufg.br/up/6/o/Dissert-_Rosivaldo.pdf).

AMARAL, Ana Paula Xavier. **Incentivos fiscais e o programa “produzir” em Goiás: impactos**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ANACLETO, A. **As disputas territoriais na construção do Assentamento Canudos**. Dissertação de Mestrado. UNESP. 2014.

ARAUJO, E. S. **Avaliação dos Programas de Incentivos Fiscais do Estado de Goiás entre 2000 e 2013**. Economia-Ensaio, v. 30, n. 2, pág. 65-87, 2016.

ARRAIS, Tadeu Alencar. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás (regional planning and regional development: government intervention and regional problematics in Goiás). **Mercator**, v. 6, n. 12, p. 25 a 36-25 a 36, 2007.

\_\_\_\_\_. **O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional.** XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em planejamento urbano e regional 21 a 25 de maio de 2007 Belém - Pará – Brasil.

BALESTRO, M.V., LOURENÇO, L.C. **Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade dos preços das commodities.** In: Alvez, E., Navarro, Z. (eds). *O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.* Brasília: Embrapa, 2014.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

BERGAMASCO, S.M; NORBER, L. A. C. **O que são assentamentos Rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. Coleção Primeiros Passos; 301.

Bernstein, H. (2011). **A Dinâmicas de classe da mudança agrária.** 2011.

BORGES, J. C. P; CALAÇA, M. Desterritorialização: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás. X EREGEO – Simpósio Regional de Geografia. Abordagens geográficas do cerrado paisagens e diversidades. Catalão (GO), Setembro de 2007.

BRASIL. **Documento final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde,** Mimeo, 1986.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.** 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao).

\_\_\_\_\_. **Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Brasília/DF: Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 16.02.18.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010.** Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010a. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 24/08/2018.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010.** Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010b. Disponível: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 25/08/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16/06/2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Brasília-DF. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 16.02.18.

\_\_\_\_\_. MDA/IBGE. **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar,** Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE. 2009.

\_\_\_\_\_. MDA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural.** Brasília:1999.

BURLANDY, Luciene. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 851-860, 2009.

BURLANDY, Luciene; MALUF, Renato S. Soberania Alimentar. In.: CONSEA. **A Segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: Indicadores e Monitoramento, da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília: CONSEA, novembro, 2010.

BRUMER, A. *et al.* **A exploração familiar no Brasil**. In: LAMARCHE, H. (coord.). Agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 179-234.

Delgado Cabeza, M. (2010). **El sistema agroalimentario globalizado: imperios alimentarios y degradación social y ecológica**. *Economía crítica*, 10, 32-61.

CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). *Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANASAN 2012 – 2015*. Brasília/DF: MDS, (janeiro), 2014.

CALAÇA, Manoel; MISNEROVICZ, José Valdir. Agronegócio, campesinato e as especificidades da territorialização do capital em Goiás. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 2, p. 163-188, 2020.

\_\_\_\_\_. **A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014. Vitória, ES. **Anais...** AGB, 2014, pág. 1-11.

CALAÇA, M.; DIAS, W. A. **A modernização do campo no cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás**. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, 2010, pág. 312-332.

CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: UFG, 1983.

CARNEIRO, M. J. (1996). Pluriatividade no campo: o caso francês. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n.32, p.89-105. CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 95, p. 143-180, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Maria José Carneiro – coordenadora. – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mundo Rural Brasileiro: ensaio interdisciplinares/** Luiz Flávio de Carvalho Costa, George Flexor, Raimundo Santos (organizadores). Rio de Janeiro – Mauad X, Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

\_\_\_\_\_. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 223-240, 2002.

\_\_\_\_\_. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: COSTA, Luís Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 255-269.

\_\_\_\_\_. **Agricultores Familiares e Pluriatividade: tipologias e políticas.** In: CARVALHO COSTA, L. F. e outros (Orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad e Pronex, 1999. pág. 323-344.

CASTRO, M.C; LOPES, J.D.; SOUZA, C.B.S.; NASCIMENTO, A.R. **Cadeia Produtiva do Leite em Goiás: uma análise para o Território Estrada de Ferro.** Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj30/artigo\\_06.pdf](http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj30/artigo_06.pdf). 2014. Acesso em 20.07.17.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Org.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA. 2009.

CLAPP, J. FUCHS, D. **Corporate power in global agrifood governance.** Londres: the MIT Press, 2009.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança alimentar e nutricional). **Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança alimentar e nutricional: Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança alimentar e nutricional** (pdf). Fortaleza: 2007. Disponível em [www4.planalto.gov.br](http://www4.planalto.gov.br). Acesso em 17.10.18.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Olinda/PE: 2004. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/relatorio-final-2deg-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/view>. Acesso em: 17.10.18.

CONSEA/DF (Conselho Nacional de Segurança alimentar e nutricional). **Relatório Final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar: Fome, uma questão nacional.** Brasília/DF: 1995.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FEE**, v. 31, n. 1, 2010.

COSTA, J. G. **Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar** Rio de Janeiro 2018. Tese de doutorado.

DA SILVA BARBALHO, Maria Gonçalves; SILVA, Adriana Aparecida; DE CASTRO, Selma Simões. A expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar na região sul do estado de Goiás de 2001 a 2011. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 29, p. 98-110, 2013.

DA SILVA, J. G. Os desafios das agriculturas brasileiras. **GASQUES, JG; VIEIRA-FILHO, JER; NAVARRO, Z. A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília: IPEA, p. 157-183, 2010.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999. 238 págs.

\_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p. (Economia & Planejamento. Série “Teses e Pesquisas”).

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994, págs.137-143.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

DADOS.GO.BR. **Indicadores sobre Ensino Básico - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/ensino-basico-pnae-programa-nacional-de-alimentacao-escolar> 2014. Acesso em 23.08.18.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, v. 470, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século: (1965-2012)**. 1a. ed. vol 1. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.43, p.157- 172, set./dez.2001.

DELGADO, N. G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula**. In: DELGADO, N.G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, pág.28-78.

\_\_\_\_\_. Política econômica, ajuste externo e agricultura. LEITE, Sérgio Pereira (coord.). **PP e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula**. Avanços e impasses. Mimeo, 2007. IN.: Mundo Rural IV configurações rural-urbanas: poderes e políticas/Eli Napoleão de Lima, Nelson G. Delgado, Roberto José Moreira, organizadores. – Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2007.

FREITAS, Wagner Abadio de; MELLO, Marcelo de. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 3, p. 471-482, 2014.

DESMARAI, Annette Aurélie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DYE, Thomas. Mapeamento dos modelos de análise de PP. In: HEDEMANN, F.; SALM, J. (Orgs.). **PP e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., pág. 97-129, 2010 [2005].



DOS SANTOS, Marlus Silva; DA LUZ, Janes Socorro. **Morrinhos, do destaque regional e político à estagnação econômica e populacional**. Colóquio Nacional Henri Lefebvre Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras 30, 31 de Out. e 1 de Nov. de 2013.

Escher, F. **A concentração do sistema agroalimentar global e os desafios do Brasil**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2018/03/a-concentracao-do-sistema-agroalimentar-global-e-os-desafios-do-brasil/>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

ELLIS, F. *Rural Livelihoods and Diversity in developing Countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ed. Goiânia (GO): Editoria da UCG, 2004.

FAO. *Cooperativas agrícolas alimentam o mundo*. Roma, Italia, FAO. 2012

FAO. **A fome continua a crescer no Mundo, alerta novo relatório da ONU**. 2018. Disponível em <http://www.fao.org/portugal/noticias/detail/en/c/1152583/>. Acesso em 21.02.2020.

FAVARETO, Arilson S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp; Iglu, 2007.

FEIJÓ, Ricardo L. C. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: um estudo sobre seus custos e benefícios**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 35, n. 3, pág. 379-416. Rio de Janeiro, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-40, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. O MST no contexto da formação do campesinato no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José. **A questão agrária e a justiça social**. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2000.

FLEXOR, Georges. **A Globalização do Sistema Agroalimentar e seus Desafios para o Brasil**. Economia-Ensaio, Uberlândia, 20(2) e 21(1): 63-95, jul./dez. 2006.

FOOD, I. P. E. S. *Unravelling the food-health nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems*. 2017.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **"A população de Goiás"; Brasil Escola**. Disponível em <[http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-populacao\(GO\)ias.htm](http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-populacao(GO)ias.htm)>. Acesso em 05 de julho de 2017.

FRIEDMANN, Harriet. Soberania Alimentar na Região de Golden Horseshoe em Ontário, Canadá. In.: CRUZ, Fabiana da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. (p. 69 – 94).

FRIEDMANN, H. **The political economy of food: a global crisis.** New Left Review, n. 197, 1993.

FULLER, Anthony M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of rural studies**, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.

GORDILLO, G. e O. M. JERÓNIMO (2013): Seguridad y soberanía alimentarias. Documento base para discusión. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). Disponível em <http://www.fao.org/3/a-ax736s.pdf>. Acesso em 26/02/2020.

GOIÁS. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. **Plano estadual de mitigação / adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono.** Goiânia: Superintendência de Política Agrícola e Agronegócio, jan;2011. 16.p. (Slides).

GRASSI NETO, Roberto. **Segurança Alimentar – da produção agrária à proteção ao consumidor.** São Paulo: Saraiva, 2013.

GRISA, C. **PP para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** 2012. 280f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012.

\_\_\_\_\_. **A produção pro gasto: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Porto Alegre - RS, 2007. 200 f.

GRISA, C. y SCHNEIDER, S. (2014), Brasil. In: E. Sabourin, M. Samper y O. Sotomayor (coords.), **PP y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas.** Santiago de Chile, CEPAL, pág. 75-102

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "**produção invisível**" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalim**, Mérida , v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010. Disponível em <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 29 oct. 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de PP para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, pág. 125-146, 2014.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "**Plantar pro gasto**": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antonio; CALAÇA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do mst em Goiás/Challenges on parceling settlements of land reform from an environmental perspective based on the experience of the MST in Goiás. REVISTA NERA**, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, C. J. C; D'Agostini, A. **Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 PPág. 174-198 Jan-Abr./2017.

IANNI, Octavio. **A formação do proletariado rural no Brasil**. In: STEDILE, João Pedro (org.. v.2. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pág.127-146.

\_\_\_\_\_. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.  
IBGE, **Produção Agrícola Municipal 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2017 | v4.3.8.18.4 Acesso em: 29.08.2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/reforma\\_agraria](http://www.incra.gov.br/reforma_agraria). Acesso em 25.09.2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em [http://www.incra.gov.br/reforma\\_agraria](http://www.incra.gov.br/reforma_agraria). Acesso em 20.09.2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é Agricultura Familiar**. Disponível em <http://www.fao.org/g/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>. Acesso em 15.04.2016.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Goiás em Dados – 2016** - Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em 27.04.2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas sociais: acompanhamento e análise, Brasília: Ipea, v. 1, n. 17, 2008.

JESUS, N. J. CALAÇA, M. **O processo de desarticulação da agricultura familiar camponesa e o agronegócio no Estado de Goiás**. XIII ENGA. 2016.

JOLLIVET, Marcel. **A vocação atual da sociologia rural**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, Rio de Janeiro, Nov./1998, pág. 5-25.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KATO, K.Y.M. **A agricultura e o desenvolvimento sob a óptica da multifuncionalidade: o caso de Santo Antonio de Pádua/RJ**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006. 136p.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme**. Trad. Ângela M. N. Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LA VIA CAMPESINA: **Declaração da Via Campesina**. Tlaxcala Via Campesina, 1996.

\_\_\_\_\_. **The International Peasants' Voice: globalising hope, globalising the struggle!**. 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAUDAU, E. C ... [et al.]. **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil /Sete Lagoas**: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

LEBARON, F. **Dicionário de Sociologia de A a Z – 250 palavras para compreender**. Escolar Editora, Paris, 2009.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau, SC: Edifurb, 2000.

LEITE, S. et.al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: NEAD/MDA, 2004

LEITE, S. P. **A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclogh, Furtado, Hirschman e Sen**. In: MATTEI, L. Reforma agrária no Brasil – trajetórias e dilemas. Insular, 2017.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 777-805, 2007.

Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M., & Cintrao, R. (Eds.). (2004). **Impacto dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista.

LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. **A política de silêncio do problema agrário brasileiro.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 3, p. 483-508, out. 2019.

LIMA, S. C.; CHAVEIRO, E. F. **O cerrado goiano sob múltiplas dimensões: um território perpassado por conflitos.** Espaço em Revista, Catalão, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010, p. 66 – 83.

LOPES, Juliana Dias; MACÊDO, Murilo Rosa; MELO, Lucelena Fátima de. Vulnerabilidade social e desempenho desigual dos municípios goianos. 2017.  
\_\_\_\_\_. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Goiânia: IMB, 2017.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MALUF, R. S. J. Soberania alimentar no continente das desigualdades, se tiver.[Posfácio à XX edição]. In: BEZERRA, Islândia; PEREZ-CASSARINO, Julian. Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. **Curitiba: Editora UFPR**, 2016.

\_\_\_\_\_. **A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios.** In: Desenvolvimento agrícola e questão agrária. Desenvolvimento agrícola e questão agrária / Carlos Mielitz (org.). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios.** In: MIELITZ, Carlos (org). Desenvolvimento agrícola e questão agrária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Programas de desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas.** Raízes, Campina Grande, v. 28, n. 1 e 2, jan.– dez./2009; v. 29, n. 1, jan.-jun./2010, pág. 19-26.

\_\_\_\_\_. **Segurança alimentar e nutricional.** 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. **Produtos agroalimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil.** In: MOREIRA, J.M.; COSTA, L.F. de C. (orgs.) Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa.** In LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (orgs.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

\_\_\_\_\_. A multifuncionalidade da Agricultura na Realidade Rural Brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs) **Para Além da Produção: multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD , 2003. pág.135-152.

MALUF, R. S.; LUZ, L. F. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*, Rio de Janeiro, E-papers, p. 214-224, 2018.

MALUF, R.; MENEZES, F. **Caderno segurança alimentar**. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávio L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. *Revista Cadernos de Debate*. v. IV, p 66-88, 1996.

MARCELINO, M.A. **A territorialização do setor sucroenergético no município de morrinhos/goiás: transformações territoriais e (Re)Existências**. Dissertação de Mestrado na área de Geografia e Ordenamento do Território. UFG Catalão. 2016.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (Ed.). **Campesinato e marcha para Oeste**. Editora UFSM, 2013.

MARQUES, Maria Ines Medeiros. **A questão Agrária hoje e os Desafios do Governo Lula**. *Agrária*, nº 1, 2004, pág. 37-54. Disponível em: <http://www.revistas.uspág.br/agraria/article/view/74/72>. Acesso em 23.12.2018.

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 4251-4262, 2019.

MATTEI, L. F. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do Estado de Santa Catarina**. In: *Anais do XLV Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)*. Londrina, 2007. 2007. SOBER.

\_\_\_\_\_. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007.

McMICHAEL, P. **Regimes Alimentares e Questões Agrárias**; tradução Sônia Midori. –São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

\_\_\_\_\_. 2005. **Global development and the corporate food regime**. In: F.H. Buttel and PÁG. McMichael, eds. *New directions in the sociology of global development*. Oxford: Elsevier Press.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu, 2003

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDINA, Gabriel. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

MELO, S. C. **Assentamento canudos (GO) e a relação cidade-camponas sociedades complexas globalizadas**. *Ateliê Geográfico Goiânia (GO)*, v. 3, n. 2set/2009, pág.126-148, página12.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294.f.

MENDONÇA, M. *et. al.* **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (44), 2002.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC ABRASCO, 1994.

MISNEROVICZ, José Valdir. **A Territorialização do Capital e os Novos Sujeitos da Questão Agrária Brasileira na Contemporaneidade**. Dissertação apresentada ao Programa 94 de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2015.

MOREIRA, R. J. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, abr./2003, pág. 120-143.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 9-24, 2014. OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. VII Colóquio Internacional Geo-crítica, 2012.

NIEDERLE, Paulo André. **A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea**. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 2, n. 5, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS**. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

\_\_\_\_\_. **O uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo**. In: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. (Org.). *Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e reforma agrária no Brasil*. Goiânia: UCG, 2006. p. 29-78.

ORTEGA, Antonio César. **Meio ambiente e representação de interesses na agricultura do cerrado mineiro**. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antonio César (Orgs.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: UFU, 1997. 372pág.

OXFAM BRASIL - **Brasil como epicentro da fome: meios para impedir a catástrofe.** Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/epicentro-da-fome/2020>. Acesso em: 10.02.2021.

PARANAIBA, Adriano de Carvalho. **Agroindustrialização e incentivos fiscais estaduais em Goiás.** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do Sistema Agroalimentar Mundial: contradições e desafios.** Curitiba: Editora CRV, 2017.

PAULA, N. M; SANTOS, V.F; PEREIRA, W.S. **A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar.** 2016. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/522>. Acesso em 04.09.18.

PAULINO, E. T. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. *GEOgraphia* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2015.

PEIXOTO, S. L. F; ARRAIS, E. **Políticas sociais públicas no Capitalismo contemporâneo e a Realidade brasileira.** 2012. Disponível em: <https://repositorio.unpág.br/index.php/raunp/article/download/294/209>. Acesso em 25.02.18.

Pelegri, G.; GAZOLA, M. **A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar.** *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 2009: 332-378.

PESSÔA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia. Goiânia: Ed. da UFG, 1.999.

PETERSEN, Paulo. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In.: *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro / Paulo Petersen.* - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. - (Agriculturas: experiências em agroecologia; Edição especial)

PONTES, Alzair Eduardo; SANTOS, Moacir José dos. Produção e comercialização em assentamentos rurais: estudo do caso do assentamento São Domingos dos Olhos D'Água (Morrinhos, Goiás-Brasil). *Mundo agrario*, v. 16, n. 33, 2015.

PLOEG, J.D. V. D. **Camponeses e arte da agricultura: um manifesto Chaynoviano.** Tradução Claudia Freire – 1Ed. São Paulo; Porto Alegre. Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

\_\_\_\_\_. **Dez qualidades da agricultura familiar.** *Agriculturas: Experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, n. 1, pág. 6-14, fev. 2014. Disponível em: <http://aspta.org.br/revista/cadernos-para-debate-n1-dez-qualidades-da-agricultura-familiar/>. Acesso em 24.02.18.

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Organizador). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. pág.13-56.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.



PLOEG, Jan D. Van der. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry.** Assen: Van Gorcum, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS. **A cidade.** Disponível em: [http://morrinhos.go.gov.br/site/?page\\_id=20](http://morrinhos.go.gov.br/site/?page_id=20). Acesso em 24.05.2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RANGANATHAN, J. *et al.* Installment 11 of ‘Creating a Sustainable Food Future’. **Shifting Diets for a Sustainable Food Future.** 2016.

RECINE, E. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00087617, 2017.

RIBEIRO, L.N. **Os territórios, a via campesina no Brasil e o conceito de movimento socioterritorial.** Boletim DATALUTA – Artigo do mês: fevereiro de 2015. ISSN 2177-4463.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni.** In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs). *Questão Agrária, cooperação e Agroecologia.* São Paulo: Outras Expressões, 2015. (p. 21 – 39).

Rocha C, Burlandy L, Magalhães R. **Segurança Alimentar Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as PP.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.

SALGADO, Tathiana Rodrigues; ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar; DE LIMA, Leandro Oliveira. **Desigualdade regional e intervenção estatal: uma análise da concepção de planejamento regional no I e II plano plurianual do governo do estado de Goiás.** Caminhos de Geografia, v. 11, n. 36, 2010.

Sambuichi, R. H. R., Kaminski, R. S., Perin, G., Moura, I. F., Januario, E. S., Mendonça, D. B., & Almeida, A. F. C. (2019). **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

SANTANA, J. **A extinção do CONSEA é retrocesso que impacta a mesa dos brasileiros, por Jenifer Santana.** REDAGRI - Rede de Estudos Agroalimentares Internacionais. CCSA. 2019. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/redagri>. Acesso em 03.10.20.

SANTARELLI, Mariana, BURITY, Valéria, *et al.* **Da democratização ao golpe: avanços e retrocesso na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil.** Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75pág.

SANTOS, M. S. dos. **O processo de modernização da agropecuária e o agronegócio: a dinâmica territorial na microrregião da Meia Ponte e no município de Morrinhos (GO), 1970-2010.** Goiânia. Editora Espaço Acadêmico. 2017.

Santos, M. S; LUZ, J.S. **Morrinhos, do destaque regional e político à estagnação econômica e populacional**. Anais do Colóquio Nacional Henri Lefebvre: Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

Santos *et al.* **A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil: Uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/1031.pdf>. Acesso em 08.07.17.

SANTOS, S. F.; A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In.: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (Orgs). **Questão Agrária, cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. (p. 40 – 63).

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia**. Programa de seminários Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais — métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, out. 1996/99.

SAUER, S.[*et al*] [Org.]. **Comissão Camponesa da Verdade: Relatório final: violações de direitos no campo: 1946 a 1988**. Brasília: Dex-Unb, 2016.

\_\_\_\_\_. **Agricultura versus agronegócio: a dinâmica socio-política do campo brasileiro**. Brasília-DF: Embrapa- Informação Tecnológica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília**. Brasília, 1999.

SCHMITT, C. J. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional**. Revista de Política Agrícola, Brasília, ano 14, n.2, pag. 78-88, abr./jun. 2005.

SCHNEIDER, S.; **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3, pág. 511-531, 2010

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e pluriatividade**. In: **A pluriatividade na agricultura familiar** [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pág. 73-108.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.16, pág.164- 84, abr. 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, pág. 99-121, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em 25.09.2018.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica**. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra. 2ª edição, 1990.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, PÁG. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. pág. 989-1014.

SCHNEIDER, S. y Cassol, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.

\_\_\_\_\_. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para PP**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF., v. 31, n. 2, pág. 227-263, maio/ago. 2014

SCHNEIDER, S. *et al.* **Regimes Alimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate**. 2016. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151166/001009891.pdf?sequence=1>.  
Acesso em 26.01.18.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A.; Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, p. 21-50, 2004.

SCHNEIDER, S., SHIKI, S. e BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. *Rivista di economia agraria*, a. LXV, n. 2, p. 225-259, 2010.

SCHOTTZ, V. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): controvérsias sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar**. 2017. 232 págs. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Radiografia do Agro em Goiás**. Governo do Estado de Goiás, Goiás, 2020.

Sekine, K. Bonanno, a.; **Segurança alimentar e nutricional: mobilização social e aprendizado político-institucional no brasil**. In.: *The Contradictions of Neoliberal Agri-Food: Corporations, Resistance and Disasters in Japan*. Morgantown, West Virginia University Press. 2016. Disponível em:  
[http://www.sbspág.org.br/z1files/pub/153598333123266\\_153369350272574\\_1533693500\\_G T1-239.pdf](http://www.sbspág.org.br/z1files/pub/153598333123266_153369350272574_1533693500_G T1-239.pdf). Acesso em 06.02.19

SILVA, C. M. R.; Bernardes. **A cidade de Morrinhos: Uma abordagem geográfica**. Goiânia: Grafset, 2006.

SILVA, F. C. **Os índices agropecuários e o desenvolvimento rural pela reforma agrária: contradições no Estado de Goiás**. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SILVA JÚNIOR, A. R. ; VALE, N. K. A; WANDER, A. E. **Modernização Agrícola e o Êxodo Rural entre 1960 e 2010 no Estado de Goiás**. Revista Conjuntura Econômica Goiana, n.º 36, março, 2016

SILVA, J. M. PÁG. **Poder, governo e território na sociedade contemporânea**. 2009. Disponível em [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Joao\\_Palheta.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Joao_Palheta.pdf). Acesso em 24.02.18.

SIMONETTI, M. C.; LACERRA, B.S.; ARBAROTTI, A.E.; GOES, N.PÁG. **A Reprodução Social nos assentamentos de reforma agrária: o caso do Assentamento Reunidas/promissão /SPÁG**. In: Anais VI Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais. Uniara, Araraquara, 2013.

SILVÉRIO, L. D.; **Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril 1980-2012**. 2012. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Estudos 14 Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOARES, A. C., **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta N.º. 87 Dezembro/Febrero de 2000/2001.

SOLER, M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: La evolución de los sistemas agroalimentarios**. Master en Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura Ecológica.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-S**. Disponível em: acessado em 24 de maio de 2005.

SOUZA, F. E. de, *et al.* **Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: as lutas pela conquista e permanência na terra no município de Goiás**. 2006. Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias. Capes/2000.

SPANVELLO, Rosani Marisa *et al.* A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

STEDILE, J.P; CARVALHO, H.M de. Soberania Alimentar. In CALDARTE, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTO, G. (organizadores). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. In.: CALDART, Roseli S.; *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. (p. 714 – 723).

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Teixeira E. C. **O papel das PP no desenvolvimento local e transformação da realidade.** Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_PP\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_PP_papel.pdf), 2002.

NETO, Antônio Teixeira. **Estrutura fundiária do Estado de Goiás-2003.** Boletim Goiano de Geografia, v. 31, n. 2, p. 129-160, 2011.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?** Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, Sérgio. **Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural.** *Cuadernos de Desarrollo Rural*. Bogotá/Colômbia. 12(75). Enero-Junio, 2015.

VIEIRA, M. A. F. R. D. **Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água em Morrinhos/GO: a luta para entrar e o desafio para permanecer na terra.** 2010. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

WANDERLEY, M. N. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos, Sociedade e Agricultura, v. 21, pág. 42-61, out. 2003.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. cap. 1, p. 21-56.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Reforma Agrária. Campinas (SP), v. 25, n. 2/3, pág. 27-57, 1995.

\_\_\_\_\_. **O camponês: um trabalhador para o capital.** In: Cadernos Difusão de Tecnologia. v. 2, n. 1, p. 13-79, jan./abr., 1985.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. (2003) "A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina", *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.21.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agrária. In.: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce Consuelo A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** BRASÍLIA: MDA/São Paulo: Uniara, 2008, 348 páginas. (p. 323 – 340).

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143pág.

XAVIER, K. D.; MARQUES, D. M. F.; CAMARGO, A. M. M. A relevância da agricultura familiar segundo os dados do censo agropecuário de 2006: Uma análise comparativa entre os estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. **Conjuntura Econômica Goiana**, v. 21, 2012.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADAS  
NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GO)**

“Analisar as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO), sua inserção mercantil apoiada em política públicas de SSAN; bem como as perspectivas colocadas para os mesmos considerando as transformações do sistema agroalimentar nacional e mundial, o avanço do agronegócio no Estado de Goiás e a instabilidade das políticas públicas de SSAN voltadas para agricultura familiar”.

**Questionário - Agricultores familiares assentadas no Município de Morrinhos (GO)**

**Entrevistador:** .....

**Data da entrevista:** ...../...../ 2019.

**Pessoa entrevistada** (nome e posição na família): .....

**Observação:**

- a unidade familiar é composta pelo conjunto das pessoas que habitam o mesmo domicílio.

- famílias rurais são aquelas cujo responsável trabalha diretamente a terra, em uma ou mais parcelas.

**Dados da estrutura familiar**

Nome do responsável pela propriedade: \_\_\_\_\_

Escolaridade do responsável: \_\_\_\_\_

Ocupação principal do responsável: \_\_\_\_\_

Ocupação secundária (caso tenha): \_\_\_\_\_

Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_

Especificar o parentesco e faixa etária: \_\_\_\_\_

**OBJETIVO 1 - DESCREVER A TRAJETÓRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSENTADOS NO MUNICÍPIO DE MORRINHOS (GO) E CARACTERIZAR O PERFIL PRODUTIVO**

**1. Das atividades desempenhadas pelo(a) senhor(a), atualmente, qual a que considera a mais importante?** \_\_\_\_\_

**2. Como está organizado o trabalho no assentamento?**

- Trabalho individual
- Trabalho coletivo (família e agregados)
- Trabalho coletivo (via cooperativa)
- Trabalho coletivo (via associação)
- Trabalho coletivo (práticas solidárias: mutirão)

Quantos e quais são os trabalhadores? \_\_\_\_\_

**3. Dedicção à atividade agrícola?**

- 01. Mais de 80% -
- 02. Entre 50% e 80%-
- 03. Menos de 50% -
- 04. Trabalhos esporádicos -

**4. Que nome o(a) senhor(a) acha mais acertado para definir a sua condição, considerando o seu trabalho na agricultura?** \_\_\_\_\_

*Atenção: se o(a) entrevistado(a) não responder espontaneamente, oferecer as alternativas a seguir:*

- 01. agricultor(a)
- 02. agricultor(a) familiar
- 03. produtor(a) rural
- 04. camponês(a)
- 05. pequeno(a) produtor(a)
- 06. trabalhador(a) rural
- 07. sitiante
- 08. lavrador(a)
- 09. outro  - especificar: \_\_\_\_\_



## 5. Identificação da propriedade ou parcela de terra

Residência do responsável:  No estabelecimento  Em outro local - urbano

Em outro local – rural \_\_\_\_\_

Cidade mais próxima: \_\_\_\_\_ Distância: \_\_\_\_\_

Tempo de deslocamento: \_\_\_\_\_

### Há quanto tempo trabalha nesta propriedade ou parcela de terra?

01. 20 anos ou mais  02. entre 15 e 20 anos  03. entre 10 e 15 anos

04. entre 5 e 10 anos  05. entre 1 e 5 anos  06. menos de 1 ano

07. Outros(especificar) : \_\_\_\_\_

### Condição legal da terra:

01. própria  02. arrendada  03. parceria  04. posse

05. outra (especificar) : \_\_\_\_\_

Houve mudança na forma de aquisição: 01. Sim  02. Não

01. herança do pai/mãe  02. herança do pai/mãe da/o esposa/o  03. compra de vizinho

04. compra de parente  05. Assentamento

06. Outros(especificar) : \_\_\_\_\_

### Alteração na área nos últimos 10 anos:

01. aumentou  02. diminuiu  03. não se alterou

#### Se aumentou:

01. comprou de parente  02. comprou de vizinho

03. outro (especificar) : \_\_\_\_\_

#### Se diminuiu:

01. vendeu p/ parente  02. vendeu p/ vizinho  03. vendeu p/ gente de fora

04. outro (especificar) : \_\_\_\_\_

Informações complementares: \_\_\_\_\_

Qual o tamanho da propriedade? \_\_\_\_\_

*Atenção: utilização de terras nos últimos 10 anos*

*- quando o(a) entrevistado(a) explorar áreas descontínuas, considerar o total das áreas exploradas e especificar o número de parcelas (ou glebas) na última coluna.*

*- quando se tratar de exploração coletiva, considerar a área total explorada pelo grupo e especificar embaixo do quadro o número de famílias participantes do grupo.*

## 6. Utilização das terras

Utilização de terras por hectares	2009	2014	2019
Lavoura (produção de alimentos)			
Lavoura (outros fins)			
Pastagem			
Horta			
Área de preservação			
Outros			

*Atenção nos quadros a seguir – 7 a 11:*

*- eles se referem aos produtos parcial ou integralmente comercializados, bem como aqueles destinados à criação animal ou à transformação no estabelecimento; anotar o percentual da produção total destinado a cada finalidade*

*- caso não haja produtos em qualquer destas condições, anotar o motivo*

*- o quadro do item 10 é específico para as atividades (e produtos) destinadas exclusivamente para o autoconsumo.*

## 7. Produção, consumo e comercialização de produtos vegetais

Principais Produtos	Produção média anual Kg/Un	Venda (%)	Alimentação animais (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)

Formas de comercialização:

01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito 05. Varejo 06. Atacado  
07. Feira 08. Direto ao consumidor 09. Outros (especificar): \_\_\_\_\_

### 8. Produção, consumo e comercialização de produtos animais/Derivados

Principais Produtos	Rebanho (cabeças)	Produção média anual	Venda (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Aves		Cab				
Bovinos		Cab				
Suínos		Cab				
Ovinos-caprinos		Cab				
Leite/dia		Lt				
Ovos/dia		Dz				
Peixes		Kg				
Mel		kg				

Formas de comercialização:

01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito 05. Varejo 06. Atacado  
07. Feira 08. Direto ao consumidor 09. Outros (especificar): \_\_\_\_\_

### 09. Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos

Principais Produtos	Produção média anual	Venda (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Lenha-carvão					
Ervas medicinais					
Outros					

Formas de comercialização:

01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito 05. Varejo 06. Atacado  
07. Feira 08. Direto ao consumidor 09. Outros (especificar): \_\_\_\_\_

### 10. Atividades exclusivas para autoconsumo

Atividades de autoconsumo	Principais produtos	Quem cuida (a)	Observações complementares (b)
Pomar			
Roça			
Criação animal			

### 11. Atividade agroindustrial rural - agregação de valor

Realiza processamento regular de matéria-prima*? 01. Sim [ ] 02. Não [ ]
Principais produtos e quantidades vendidas: _____
Unidade de processamento: 01. Individual [ ] 02. Associativa rural [ ] 03. Associativa urbana [ ]
Origem da matéria prima: 01. Própria [ ] 02. Terceiros [ ] 03. Ambos [ ]
Renda líquida total: R\$ _____ Não sabe informar: [ ]
O(s) produto(s) que vende é(são) inspecionado(s) ou registrado(s)? 01. Sim [ ] 02. Não [ ] Se não, por quê? _____

(\*) Exemplos: farinha, queijo, requeijão, iogurte, embutidos de carne, conservas, doces, polpa de frutas, açúcar, cachaça, rapadura, etc.

### 12. Caso tivesse que comprar os alimentos que obtém diretamente na(s) sua(s) parcela(s), quanto o(a) senhor(a) avalia que gastaria por mês? (atenção: considerar o total do autoconsumo informado anteriormente – item 10).

01. até R\$ 250,00 [ ]      02. R\$ 250,00 a 500,00 [ ]      03. R\$ 500,00 a 1000,00 [ ]  
04. mais de R\$ 1000,00 [ ]      05. não sabe avaliar [ ]

### 13. Qual a renda mais importante para a manutenção da sua família?

01. atividade agropecuária própria [ ]      02. trabalho em atividade agropecuária de terceiros [ ]  
03. aposentadoria/pensão [ ]      04. comércio [ ]      05. artesanato [ ]      06. extrativismo [ ]

07. outra (especificar): \_\_\_\_\_

**14. Qual o seu ganho mensal total com as atividades mencionadas acima, descontadas as despesas de produção?**

01. até R\$ 998,00 [ ]      02. R\$ 998,00 a 1996,00 [ ]      03. R\$ 1996,00 a 2994,00 [ ]  
04. R\$ 2994,00 a 3992,00 [ ]      05 R\$ 3992,00 a 4990,0 [ ]      06. acima de R\$ 4990,00 [ ]  
07. não sabe responder [ ]      08. não quis responder [ ]

*\*Valor baseado no salário-mínimo nacional*

**15. Que outras ocupações remuneradas o (a) senhor (a) exerceu nos últimos 10 anos, além da sua condição atual?**

01. trabalho assalariado na agricultura [ ]      02. trabalho assalariado fora da agricultura [ ]  
03. comércio [ ]      04. não exerceu [ ]  
05. outra [ ] especificar: \_\_\_\_\_

Se sim, qual atividade/ocupação? \_\_\_\_\_

**16. Houve mudança em relação à produção agrícola com o aumento das empresas em volta dos assentamentos? 01. Sim [ ]      02. Não [ ]**

Se houve, quais mudanças? \_\_\_\_\_

Se houve mudanças, se sente prejudicado? \_\_\_\_\_

*Exemplo: (empresa de cana-de-açúcar, sementes e agrotóxicos, como é o caso da CEM – Central Energética de Morrinhos (GO) e a Monsanto)*

**17. O senhor adota alguma conduta visando qualidade diferenciada para os produtos que comercializa (produtos orgânicos, coloniais, artesanais, saudáveis, etc.)? 01. Sim [ ]**

02. Não [ ]

**Se adota:**

Quais condutas? \_\_\_\_\_

Por que as adotou? \_\_\_\_\_

Contou com algum estímulo ou apoio? \_\_\_\_\_

**Se não adota:**

Por que não? \_\_\_\_\_

*Obs.: Evita lançamento de resíduos nos rios, plantio direto (com rotação de culturas – sem monoculturas), redução de pesticidas, técnicas contra poluição, redução de adubos químicos*

**18. O(a) senhor(a) considera que sua família está protegida contra o risco de não ter alimentos suficientes para comer?** 01. Sim [ ] 02. Não [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**19. O(a) senhor(a) considera que sua família e as demais famílias rurais da sua comunidade contribuem para que a sociedade não tenha falta de alimentos e para que estes alimentos sejam de boa qualidade e saudáveis?** 01. Sim [ ] 02. Não [ ]

Se sim, como? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**20. O(a) senhor(a) gostaria de modificar os tipos de produto que cultiva?** 01. Sim [ ] 02. Não [ ] 03. Diversificar mais [ ] 04. Especializar mais [ ] 05. Outro [ ] - especificar: \_\_\_\_\_

## **OBJETIVO II – IDENTIFICAR AS ESTRATÉGIAS RECENTES DE INSERÇÃO MERCANTIL DESSES AGRICULTORES E O PAPEL DAS PP DE SSAN.**

**21. O senhor acha que as políticas e programas do governo contribuem para a agricultura familiar?**

01. Sim [ ] 2. Não [ ] 3. Não tem opinião a respeito [ ]

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**22. Quais as PP acessaram ou acessam atualmente?**

[ ] PRONAF [ ] PAA [ ] PNAE [ ] Não acessa nenhuma

[ ] OUTRAS: \_\_\_\_\_

Se não acessam, por quê? \_\_\_\_\_

**E Quais as PP já acessou?** \_\_\_\_\_

**23. O (a) senhor(a) já teve dificuldade para acessar alguma política?**

01. Sim [ ] 2. Não [ ]

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Qual foi a dificuldade? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**24. Quais as maiores dificuldades o(a) senhor (a) considera que já enfrentou para dar continuidade a produção agrícola?** \_\_\_\_\_

**25. Quais as principais fontes de rendas da família?**

Ocupação principal	Renda mensal na ocupação principal	Ocupação secundária	Renda mensal na ocupação secundária	Renda advinda de PAA	Renda advinda de PNAE	Outros meios de rendas	Renda de outros meios

**renda mensal**

- 01 até R\$ 998,00
- 02 R\$ 998,00 a 1996,00
- 03 R\$ 1996,00 a 2994,00
- 04 R\$ 2994,00 a 3992,00
- 05 R\$ 3992,00 a 4990,00
- 06 acima de R\$ 4990,00

**ocupação principal e secundária**

- 01 trabalho por conta-própria na agricultura
- 02 trabalho assalariado na agricultura
- 03 trabalho não remunerado na agricultura
- 04 serviços domésticos
- 05 estudante
- 06 aposentado(a)
- 07 transformação agroindustrial
- 08 comércio de mercadorias
- 09 serviços de transporte
- 10 administração pública
- 11 atividades de ensino
- 12 indústria da construção
- 13 outras (especificar)
- 14 não se aplica

**Outros meios de renda**

- 01. renda fundiária (arrendamento, parcerias),
- 02. aluguel de pasto,
- 03. aluguel de máquinas e equipamentos,
- 04. aluguel de casa de farinha e engenho,
- 05. venda de esterco,
- 06. aluguel de casa em área urbana,
- 07. aluguel de alojamento para turismo rural,
- 08. pesque-e-pague,
- 09. bolsa-escola, bolsa-alimentação, cesta básica, etc.

**Listar os membros da família que tem renda:** \_\_\_\_\_

**26. Estão escoando a produção por meio de alguma política?** 01. [ ] Sim 02. [ ] Não

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

É de forma contínua? \_\_\_\_\_

Se não, desde quando perdeu a continuidade? \_\_\_\_\_

Formas de comercialização:

01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito 05. Varejo 06. Atacado 07. Feira 08. Direto ao consumidor 09. Outros (especificar): \_\_\_\_\_

**27. Existe alguma política, projeto ou ação municipal específica para os agricultores familiares assentados?** 01. Sim [ ] 02. Não [ ] 03. Não sabe responder [ ]

Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_  
alguma? \_\_\_\_\_

**28. O(a) senhor(a) pensa em outras possibilidades ou utiliza a terra para outras atividades?**

01. Sim [ ] 02. Não [ ] 03. Já usa para outras atividades [ ]

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**OBJETIVO III - ANALISAR O PAPEL E AS CONTRIBUIÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS EXISTENTES NOS ASSENTAMENTOS COMO ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA**

**29. O senhor tem algum vínculo com alguma associação/Cooperativa?**

01. Sim [ ] 02. Não [ ]

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**30. Como o senhor costuma comercializar seus produtos?**

[ ] Individual – Por quê? \_\_\_\_\_

[ ] Coletiva - Qual e por quê? \_\_\_\_\_

[ ] Cooperativa/Associação - Qual e por quê? \_\_\_\_\_

**31. Qual a finalidade das cooperativas e associações nos assentamentos?**

[ ] Aquisição de insumos [ ] Ter acesso aos financiamentos e equipamentos coletivos

[ ] Comercialização dos produtos [ ] Utilização de equipamentos coletivos

[ ] Divisão de tarefas [ ] Outros, especificar : \_\_\_\_\_

**32. Existe alguma prática cooperativista/associativista para o escoamento da produção?**

01. Sim [ ] 02. Não [ ] 03. Não sabe responder [ ]

Se sim, quais? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**33. O senhor mantém relações com cooperativas/associações externas?**

01. Sim [ ] 02. Não [ ]

Qual (is) e por quê? \_\_\_\_\_



#### IV - OBSERVAÇÕES GERAIS DOS ASSENTADOS

**34. O senhor está sendo obrigado a adequar as estratégias de produção recente com a redução das PP?** 01. Sim [ ] 02. Não [ ]

Se sim, por quê? \_\_\_\_\_

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

**35. Qual a expectativa de futuro do senhor enquanto agricultor familiar?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**36. Como o senhor avalia a forma que o crédito é liberado para os assentamentos?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**37. Como o senhor avalia a assistência técnica que chega para os assentados?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**38. Qual a expectativa de futuro do senhor em relação ao mercado (escoamento)?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**39. Qual a expectativa de futuro do senhor em relação aos preços dos produtos?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**40. Qual a expectativa de futuro do senhor em relação as políticas para AF do governo atual?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

**41. Qual a expectativa de futuro do senhor em relação à titulação da terra?**

01. Excelente [ ] 02. Boa [ ] 03. Indiferente [ ] 04. Ruim [ ] 05. Péssima [ ]

Por quê? \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS JUNTO AOS GESTORES LOCAIS E LIDERANÇAS

“Analisar as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares assentados no município de Morrinhos (GO), sua inserção mercantil apoiada em política públicas de SSAN; bem como as perspectivas colocadas para os mesmos considerando as transformações do sistema agroalimentar nacional e mundial, o avanço do agronegócio no Estado de Goiás e a instabilidade das políticas públicas de SSAN voltadas para agricultura familiar”.

**Questionário - Agricultores familiares assentadas no Município de Morrinhos (GO)**

### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS JUNTO AOS GESTORES LOCAIS E LIDERANÇAS

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS JUNTO AOS ATORES LOCAIS

##### I. Identificação do entrevistado:

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo está vinculado à organização: \_\_\_\_\_

Como foi escolhido: \_\_\_\_\_

Sua posição na organização: \_\_\_\_\_

##### II. Identificação da organização:

Nome: \_\_\_\_\_

Objetivos: \_\_\_\_\_

Criação da organização: ano, razões principais, fatos marcantes em sua evolução: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Principais atuações e metas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Atores sociais que a integram: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Espaços de atuação e seu âmbito em termos territoriais (município, localidade, região...) e sociais (conjunto da população, segmento social particular): \_\_\_\_\_

---

### **III. REPRESENTAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O TERRITÓRIO:**

1. O senhor tem conhecimento das principais dificuldades que os agricultores estão enfrentando?
2. Existem Políticas Públicas, projetos e ações específicas para os Agricultura Familiar assentados. Quais são e quais estão sendo efetivadas?
3. Quais as formas de acesso e canais de comercialização desses agricultores? Existem auxílio do município? Se existe quais?
4. O senhor tem conhecimento dos principais interesses representados no interior dos assentamentos e como eles se expressam na atuação de associação/cooperativa?
5. Qual(is) a(as) contribuição(ões) das associações e cooperativas existentes nos assentamentos como estratégias de inserção desses agricultores no mercado e na construção de relações sociais?
6. O(a) senhor(a) considera que os espaços/esferas de atuação das associações/cooperativas são satisfatórios? Por quê? (identificar o que o entrevistado considera como satisfatório).
7. Quais os efeitos da atuação da organização sobre a localidade (pensar em termos de ordenamento do território, atividades econômicas, manutenção dos recursos naturais, etc.) e sobre o bem-estar da população?
8. O avanço do agronegócio na região é um empecilho para o avanço dos agricultores familiares?
9. O fato de estarem muito próximos à área urbana é um fator positivo?  
Se sim, em quais aspectos? \_\_\_\_\_  
Se não, por quê? \_\_\_\_\_
10. O senhor tem conhecimento das condutas praticadas pelos agricultores em relação a produção orgânica, artesanal, assistência técnica são utilizadas pelos agricultores?

### **IV. REPRESENTAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA:**

11. Como o(a) senhor(a) vê o papel da agricultura familiar no município? Poderia justificar sua resposta?
12. Quais são, na sua opinião as perspectivas para a agricultura nos próximos 10 anos caso se mantenha a tendência atual? Qual seria o modelo desejável?
13. O(a) senhor(a) considera que a agricultura familiar interfere (positiva ou negativamente) no meio ambiente? Se sim, como? Se não, por quê?
14. Há algum tipo de conflito entre as ações de controle ambiental e a prática agrícola?
15. Na sua opinião, a agricultura desempenha algum papel importante para a vida das pessoas no município? Se sim, que segmento(s) da população mais se beneficia(m) da agricultura?

### **V. REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA E SOCIEDADE:**

16. Que setores da sociedade o(a) senhor(a) destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local?
17. Que instituições ou organizações o(a) senhor(a) destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local?
18. A Lei nº 3.067, de 18 de setembro de 2014, instituiu o Projeto de Incentivo e Apoio a Pequena Propriedade Rural. De que forma é esse apoio, a lei foi efetivada?
19. O(a) senhor(a) considera eficientes a interação e os debates entre as diversas organizações e segmentos sociais no município? Teria sugestões para aperfeiçoá-los